

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

LEILA MARIA INOUE

***A REVISTA DE EDUCAÇÃO (1921-1923), O NACIONALISMO E A REFORMA DE
1920: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SÃO PAULO***

Marília-SP
2010

LEILA MARIA INOUE

***A REVISTA DE EDUCAÇÃO (1921-1923), O NACIONALISMO E A REFORMA DE
1920: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SÃO PAULO***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da UNESP, Campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira.

Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery

Marília-SP
2010

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

I58r	<p>Inoue, Leila Maria. A Revista de Educação (1921-1923), o nacionalismo e A Reforma de 1920 : a formação dos professores em São Paulo / Leila Maria Inoue. – Marília, 2010. 118 f. ; 30 cm.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009. Bibliografia: f. 102-109 Orientador: Profª Drª Ana Clara Bortoleto Nery</p> <p>1. Revista de Educação. 2. Nacionalismo. 3. Reforma de 1920. 4. Professores – Formação. I. Autor. II. Título.</p>
CDD 370.71	

LEILA MARIA INOUE

***A REVISTA DE EDUCAÇÃO (1921-1923), O NACIONALISMO E A REFORMA DE
1920: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SÃO PAULO***

Banca Examinadora

Orientadora: Ana Clara Bortoleto Nery

2ª Examinadora: Hélia Sonia Raphael

3ª Examinadora: Maria Rita Toledo

a Jesus e a meus pais Diro e Marta.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e a Mãe por minha vida, por ter permitido que eu me tornasse mestre em educação em uma universidade pública; agradeço por me ajudar a superar as dificuldades e pelos meus pais que sempre me apoiaram;

Agradeço especialmente aos meus pais, meu bem mais precioso, pelo amor e dedicação e por acreditarem nos meus sonhos; agradeço pelo exemplo de honestidade, de pais trabalhadores e por me ensinarem valores tão nobres e tão raros dos quais eu jamais esquecerei;

à minha orientadora Ana Clara, pelas orientações, pela oportunidade de crescimento intelectual, pelo apoio e amizade;

ao meu companheiro Luiz, pela paciência e carinho nos momentos difíceis que passei para concluir este trabalho;

às professoras da banca examinadora: Maria Rita Toledo e Hélia Sonia Raphael pela leitura atenciosa e pelas contribuições acerca deste trabalho;

aos meus amigos de estudo e pesquisa: Áurea, Cleila, Emerson, Jaqueline, Monalisa, Veloso e Viviani pela companhia nos eventos e pela troca de materiais;

à FAPESP e aos pareceristas pela concessão da bolsa tão importante na minha formação acadêmica;

aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, da Escola Estadual Sud Mennucci, do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, da Faculdade de Educação Física e Educação da UNICAMP;

aos professores Pedro Pagni, Adolpho C. F. Queiroz, Valéria Medeiros e Maria de Lourdes Pinheiro pelo envio de materiais;

aos professores que durante minha vida me incentivaram a continuar os estudos;

Por fim, agradeço a todos os amigos e familiares que verdadeiramente me apoiaram em minha trajetória, pois é impossível ser feliz sozinho.

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado analisa as ideias nacionalistas que orientaram a formação de professores presentes na *Revista de Educação* (1921-1923) partindo da hipótese de que esse periódico foi criado com o intuito de divulgar a *Reforma de Ensino*, implantada por Sampaio Doria em 1920. Desse modo, busquei analisar como os ideais nacionalistas da *Reforma de 1920* se materializavam na Revista. A finalidade deste estudo foi compreender e analisar as implicações das idéias nacionalistas na formação de professores e como os ideais nacionalistas emergiam na *Revista de Educação*. A análise parte do estudo da materialidade, da periodicidade e do conteúdo referente ao nacionalismo da Revista. O referencial teórico-metodológico apóia-se num conjunto de estudos que se baseiam na História Cultural, em especial, nas premissas de Roger Chartier (1990, p. 127) que considera que “não existe texto fora do suporte que o dá a ler e que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor”. O estudo da “arqueologia dos objetos em sua materialidade”. Segundo Carvalho (1998, p. 35), este procedimento implica tratar o impresso analisado como objeto cultural e discernir na sua materialidade, as marcas de sua produção, circulação e usos. Como resultados finais, considero que a *Revista de Educação* foi importante veículo na divulgação dos ideais nacionalistas e das medidas implantadas pela Reforma de 1920.

Palavras chave: Revista de Educação; Nacionalismo; Reforma de 1920; Formação de Professores.

ABSTRACT

This paper intends analyze the nationalistic ideas that had guided the teachers formation gifts in the *Revista de Educação* (1921-1923). I have the hypothesis of that this periodic one was created with intention to divulge the *Reforma de Ensino*, implanted for Sampaio Doria in 1920. In this manner, I search to analyze as the nationalistic ideals of the Reforma de 1920 if they materialized in the periodic. The purpose of this study is to understand and to analyze the implications of the nationalistic ideas in the teachers formation and as the nationalistic ideals emerged in the *Revista de Educação*. The analysis has left of the study of the materiality, the cycle of life and the referring content to the nationalism of the periodic. The teoric-metodológico referential in a set of studies that if base on Cultural History, special, the premises of Roger Chartier (1990, p. 127) that it considers that “does not exist text is of the support that of reading and that does not have understanding of a writing, any that it is, that it does not depend on the forms through which it arrives its reader”. The study of the “archaeology of objects in its materiality”. According to Carvalho (1998, P. 35), this procedure implies to treat the analyzed printed matter as cultural object and to discern in its materiality, the marks of its production, circulation and uses. As final results, I consider that the *Revista de Educação* was important vehicle in the spreading of the nationalistic ideals and the measures implanted for the Reforma de 1920.

Words key: Revista de Educação; Nationalism; Reforma de 1920; Teachers Formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Foto dos Diretores Gerais da Instrução Pública Paulista (1885-1930).....	20
Figura 2: Foto da construção da Escola Normal de Piracicaba.....	48
Figura 3: Foto do prédio da <i>Escola Normal de Piracicaba</i>	48
Figura 4: Capa da Revista de Educação volume I – número 1.....	56
Figura 5: Capa da <i>Revista de Educação</i> volume I – número 2.....	57
Figura 6: Capa da <i>Revista de Educação</i> volume III - número 1.....	58
Figura 7: Foto de Lourenço Filho aplicando os testes nos alunos da Escola Modelo de Piracicaba.....	68
Figura 8: Foto de uma criança em tratamento dentário.....	82
Figura 9: Foto da Comemoração do Centenário da Independência na <i>Escola Normal de Piracicaba</i>	85
Figura 10: Quadro <i>A pátria</i> ,.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Publicações da <i>Revista de Educação</i> (1921-1923).....	54
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – Antonio de Sampaio Doria, o Nacionalismo e a <i>Reforma da Instrução Pública de 1920</i>	18
1.1 A formação e atuação de Sampaio Doria.....	18
1.2 Sampaio Doria e a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo.....	26
1.3 A elaboração da <i>Reforma de 1920</i>	30
CAPÍTULO 2 – A <i>Revista de Educação</i> (1921-1923): características materiais	40
2.1 Espaço de produção: a <i>Escola Normal de Piracicaba</i>	40
2.2 O mercado editorial e editor: o <i>Jornal de Piracicaba</i>	50
2.3 A <i>Revista de Educação</i> (1921-1923).....	53
2.4 A organização conteudística: as temáticas gerais da <i>Revista de Educação</i>	61
2.5 A circulação da <i>Revista de Educação</i> e os leitores.....	72
CAPÍTULO 3 - A <i>Revista de Educação</i> (1921-1923): instrumento de difusão dos ideais nacionalistas.....	76
3.1 Higiene e saúde: para o corpo, para a mente e para a nação.....	78
3.2 Arte, Música, Literatura e Trabalhos Manuais.....	86
3.3 História, Moral e Civismo.....	93
3.4 Língua Vernácula.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	110

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados da pesquisa de Mestrado¹ em Educação (2008-2010), cujo tema é a formação de professores primários nas primeiras décadas do século XX, no Estado de São Paulo. Esta investigação é orientada pela Prof^a. Dr^a. Ana Clara Bortoleto Nery, recebe o apoio da FAPESP e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Marília/SP, na área de concentração Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira e na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação no Brasil.

Tenho como referência anterior a pesquisa que iniciei no 2º ano do Curso de Pedagogia, na Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília (2005), primeiramente como bolsista BAAE² e, depois, como bolsista de Iniciação Científica FAPESP (2005-2007). Tal pesquisa tinha por objetivo estudar e compreender, através do estudo da periodicidade e da materialidade e dos artigos da Revista de Educação (1921-1922), como os professores estavam sendo formados; como a Revista estava divulgando os conhecimentos pedagógicos da época; e como pretendia se firmar como formadora de um ideário pedagógico com a criação de uma revista. Esse estudo resultou em uma Monografia de Conclusão de Curso (2007), intitulada Divulgando “Novos” Ideais de Formação Docente: a Revista de Educação (1921-1923), sob a orientação da Dr^a. Ana Clara Bortoleto Nery. Para a realização e desenvolvimento dessa pesquisa, foram necessárias viagens para visitar a Escola Estadual Sud Mennuccci (antiga Escola Normal de Piracicaba) e buscar novos materiais, documentos e fotografias que trouxessem mais informações sobre a *Revista de Educação* e a Escola Normal. Tal trabalho contribuiu para a produção e publicação do CD-ROM intitulado Divulgando Práticas e Saberes: a produção de impressos pelos docentes das Escolas Normais do Brasil e Portugal (1911-1950)³, que reúne os estudos de impressos de destinação pedagógica do Brasil e Portugal.

¹ Esta pesquisa é parte integrante do projeto *Biblioteca Histórica da Escola Normal de Piracicaba: constituição do acervo, circulação de modelos culturais e formação do leitor*, que tem por coordenadora a professora Ana Clara Bortoleto Nery, como vice-coordenadora, Maria Rita de Almeida Toledo, e pesquisadores: Marta Maria Chagas de Carvalho; Cleila de Fátima Siqueira Stanislavsk (doutoranda); Émerson Correia da Silva (doutorando) e Leila Maria Inoue (mestranda).

² Bolsa de Apoio Acadêmico e Extensão destinada a alunos de baixa renda.

³ NERY, Ana C.B. (Org.). *Divulgando Práticas e Saberes: a produção de impressos pelos docentes das Escolas Normais do Brasil e Portugal (1911-1950)*. Marília/SP: M3T, 2007.

Este é um trabalho pioneiro sobre a *Revista de Educação* e, nesta Dissertação⁴ de Mestrado, procuro estudar, compreender e analisar, de forma mais aprofundada, o ideário nacionalista, veiculado nas páginas da *Revista de Educação* (1921-1923), tendo por hipótese que tal periódico foi criado como estratégia editorial para fazer a propaganda da *Reforma do Ensino de 1920* – a qual tinha o nacionalismo como uma de suas bases. Com isso, busco estabelecer relações entre as ideias nacionalistas, presentes na *Revista* com essa Reforma. A Reforma foi elaborada e empreendida por Sampaio Doria, em 1920, e tinha o objetivo de alterar toda a estrutura do ensino público paulista, desde a escola primária até a formação de professores e a *Revista de Educação* foi uma publicação da *Escola Normal de Piracicaba*, entre 1921 e 1923, e tinha Lourenço Filho como um dos seus principais criadores e editores.

Segundo Hilsdorf (1998), uma das primeiras medidas de Sampaio Doria, ao assumir o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, foi distribuir em diversas escolas do Estado pessoas de sua confiança, que propagariam as medidas implantadas pela *Reforma de 1920*, garantindo sua efetivação.

Nesse sentido, Lourenço Filho, com pouco mais de 23 anos de idade, foi enviado para a *Escola Normal de Piracicaba* por Doria, no dia 04 de fevereiro de 1921, para lecionar Psicologia e Pedagogia, com o intuito de fazer a campanha em prol da Reforma. Ele foi um dos maiores idealizadores da *Revista de Educação*, era amigo e ex-aluno de Doria e compartilhava com este os mesmos ideais políticos e educacionais. Após sua ida ao Ceará, para reformar a instrução do Estado, a *Revista* mostrou sinais de decadência, num indício de que sua criação e existência estavam ligadas à presença de Lourenço Filho, na *Escola Normal de Piracicaba*. Hilsdorf (1998, p. 96-98) afirma que a vinda de Lourenço Filho

[...] para Piracicaba não foi um ato do tipo “remoção de cadeira”, tão comum na vida dos professores: ela está diretamente ligada à implantação da reforma do sistema público paulista empreendida por Antonio Sampaio Doria em fins de 1920 (decreto 1750, de 08/12/1920). [...]

Para dar conta desse radical programa, Sampaio Doria colocou em pontos-chaves, administrativos e pedagógicos, da organização paulista de ensino, nomes do universo escolar comprometidos com ele, quer do ponto de vista do partilhamento das idéias, quer do ponto de vista das relações pessoais, professores jovens, muitos deles ex-alunos, adeptos das novas teorias do ensino e simpatizantes ou membros, como ele, da Liga nacionalista – que objetivava a nacionalização do país e a desalfabetização.

⁴ Nesta Dissertação de Mestrado, foi incluído o estudo da *Revista de Educação* v. III, nº 1, publicados em 1923 e encontrados no ano de 2008.

A *Revista de Educação* é um veículo muito importante no cenário educacional paulista, pois publicou as primeiras pesquisas de Lourenço Filho, as quais resultaram no livro *Testes ABC: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita* (1934). Não apenas por isso, mas também porque publicou artigos sobre diversas temáticas relacionadas às medidas implantadas pela *Reforma de 1920*, além de outras relacionadas à formação de professores. Nesse cenário, destaca-se a temática sobre nacionalismo – moral, civismo, história, higiene, língua materna, canto orfeônico, entre outros –, pois para Antunha (1976), o fundamento dessa Reforma pode ser encontrado no nacionalismo e no civismo e na ideia de que a educação é fundamental para o crescimento nacional.

Assim, a finalidade deste estudo é compreender e analisar quais eram as implicações das ideias nacionalistas na formação de professores primários, e como esses ideais da Reforma se materializaram na *Revista de Educação*.

Devido às preocupações apontadas por Antunha (1976), como a falta de cultura e de preparo militar dos brasileiros, a superioridade do imigrante estrangeiro, entre outras, foi colocada a necessidade de se rever a situação do ensino público, não apenas em São Paulo, mas em todo o país. Com isso, surgiram movimentos e organizações de caráter tanto militar quanto educacional, que visavam a fortalecer a nação, como a *Liga Nacionalista de São Paulo*, a qual tinha Sampaio Doria como um dos fundadores.

A ideia de *efervescência educacional* e *otimismo pedagógico*, conforme a terminologia utilizada por Nagle (1974), que tomaram a Primeira República, podem justificar as publicações sobre a educação e a cultura, entre outros temas que buscaram valorizar os elementos nacionais. Nesse contexto de desenvolvimento cultural do Brasil, a educação é considerada como

[...] fator de resolução de problemas sociais, e porque havia a necessidade objetiva de integrar e disciplinar sobretudo o imigrante para o trabalho na lavoura cafeeira, projetar e realizar a educação escolarizante torna-se a tarefa republicana pó excelência, tanto na fase de propaganda quanto na fase de instituição do regime. (HILSDORF, 2003, p. 60-61).

A escolarização passa a ser vista como o principal meio para a formação do cidadão republicano brasileiro e para fixar o imigrante estrangeiro no país que o acolheu. Em decorrência, a valorização dos elementos nacionais pela educação e pela escola se tornou um ponto importante para a formação da nação naquele momento.

Oliveira (1990) considera que o nacionalismo político esteve presente em todos os momentos em que se procurou reestruturar a vida política do Brasil. Em nosso país, a

mudança do regime monárquico para o regime republicano, ou as mudanças de regimes autoritários para o liberal-democrático, como em 1945, trazem à tona as questões sobre o pacto social básico que fundamenta a vida do país. Desse modo, os impressos educacionais publicados nesses momentos também foram marcados pelos ideais nacionalistas.

Para este estudo, tomo o conceito de *nacionalismo* apresentado por Oliveira (1990, p. 188), que o concebe como

[...] uma representação ideológica preocupada em definir os traços específicos de um povo e suas diferenças entre os demais – a identidade e a alteridade. Esta é uma característica presente em todos os nacionalismos. Ou seja, embora o conteúdo do nacionalismo possa se diferenciar de grupo a grupo, de nação a nação, de época em época, esta ideologia procura sempre responder a essas questões.

Foi na tentativa de definir traços específicos de um povo que educadores e intelectuais escreveram, publicaram, propagaram e formaram (ou inculcaram), por meio da leitura, os valores morais do cidadão “brasileiro” e o sentimento de valorização nacional. É nesse sentido que penso que o estudo dos impressos de destinação pedagógica é importante para a História da Educação, já que Carvalho (1998, p. 35-36) salienta que os impressos fornecem

[...] indícios sobre as práticas escolares que se formalizam nos seus usos, mas têm peso documental fortemente demarcado por sua relação com as estratégias que são produtos. O que significa dizer que as informações que fornecem sobre as práticas escolares são mediadas por sua configuração como produtos dessas estratégias. Essas configurações dão índices sobre políticas de atendimento escolar, sobre métodos pedagógicos, sobre critérios de seleção de conteúdo, sobre públicos visados; sobre os princípios e sobre as prioridades que orientam uma determinada iniciativa de reforma educacional.

Os estudos sobre impressos destinados à formação de professores têm-se constituído em uma área de relevância para a historiografia, enfatizando sua produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos pelos destinatários. Esses elementos são ressaltados pela História Cultural proposta por Roger Chartier e problematizada por Marta Carvalho, no artigo “Por uma História Cultural dos Saberes Pedagógicos”, publicado em 1998. A autora ressalta a importância do uso dos impressos como fonte de estudos em educação, tendo em vista que a investigação dos impressos de destinação pedagógica e seus usos escolares dão suporte para a história cultural dos saberes pedagógicos, interessada na materialidade dos processos de difusão e imposição de saberes e na materialidade das práticas que deles se apropriam. Por

isso, a ênfase da nova historiografia na materialidade das práticas, dos objetos e de seus usos produz um novo modo de olhar e interrogar as fontes históricas.

Esse procedimento toma o impresso em sua materialidade de objeto cultural, focalizando as práticas que o produzem e os usos que são feitos dele. Nesse sentido, Chartier (1990, p. 127) sublinha que “não existe texto fora do suporte que o dá a ler e que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor”.

A partir da História Cultural, os livros, as revistas, os guias curriculares, os programas, os regulamentos etc. não são apenas fontes de informação historiográfica, mas passam a interessar como objeto, “no duplo sentido de objeto de investigação e de objeto material, cujos usos, em situações específicas, se quer determinar” (CARVALHO, 1998, p. 34). A materialidade desses objetos passa a ser o suporte do questionário que orienta o investigador, no estudo das práticas que se formalizam nos usos escolares. Assim, configura-se o campo de uma história cultural dos saberes pedagógicos, interessada na materialidade dos processos de produção, circulação, imposição e apropriação dos saberes. Nessa perspectiva, o impresso é tomado como objeto de investigação, em duplo sentido: como dispositivo de normatização pedagógica e como suporte material das práticas escolares (CARVALHO, 1998, p. 34-35).

Materialidade dos suportes e meios de produção e circulação dos discursos: volumem que desenrola, codex que folheia, manuscrito redigido ou ilustrado com pluma ou ponta de metal, texto datilografado, computadorizado, ou impresso, cordel, livro, panfleto, volume isolado ou coleção, capítulos, paginação, exórdios, prefácios, posfácios, notas - e toda a variedade grande de materiais – papiro, pergaminho, papel. Fitas, disquete – e todos os tipos de letras, dimensão da página etc. Aqui, o interesse da operação de Chartier consiste principalmente no fato de incluir a matéria no sentido, evidenciando que o suporte ou ordenação material da mensagem é signo, logo, que a significação do texto não pode ser dissociada da matéria que organiza a forma da sua percepção nas apropriações. (CARVALHO; HANSEN, 1996, p. 10).

A ênfase na materialidade das práticas, dos objetos e de seus usos pode ser mais bem aquilatada na reconfiguração historiográfica pela observação que Chartier fez de uma questão proposta por Bourdieu: “[...] o que é que as pessoas fazem com modelos que lhes são impostos ou com os objetos que lhe são distribuídos”. É nesse sentido que o referencial proposto por Chartier visa ao estudo da “arqueologia dos objetos em sua materialidade”. Esse procedimento implica tratar o impresso analisado como objeto cultural e discernir, na sua materialidade, as marcas de sua produção, circulação e usos. Dessa maneira, os impressos de

destinação pedagógica podem ser analisados da perspectiva de sua produção e distribuição, como produto de estratégias editoriais em correspondência com os usos que modelarmente lhe são prescritos e, em acréscimo, é possível analisá-los como dispositivo de normatização pedagógica e como suporte material das práticas pedagógicas (CARVALHO 1998, p. 34-35).

Em casos específicos, como o de reformas educacionais, os impressos podem ser examinados como estratégias editoriais, porque os discursos normativos contribuem para implantar e justificar as medidas do reformador e, além disso, trazem as regras de usos dos impressos pelos destinatários. Assim, é importante contextualizar a análise dos usos dos impressos em situações determinadas, lembrando novamente que, conforme Chartier (1990 p.16-17), “a história cultural, tal como entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

[...] análise de situações específicas, como por exemplo, as delimitadas por iniciativas circunscritas de reforma escolar pode pôr em evidência a complexidade das relações entre as concepções pedagógicas e estratégias editoriais. Na situação de uma reforma educacional, a relação entre pedagogia como discurso normativo e usos do impresso é explicada pelas inúmeras justificativas que o reformador apresenta de suas iniciativas. Tal explicação é importante, pois nela se configuram representações sobre as relações ensino/aprendizagem que funcionam como regras que regem o uso que a Reforma faz do impresso, pondo-o em circulação. Regras que também prescrevem usos do impresso para destinatários visados. Com isso vêm à tona questões cruciais, relativas a representações sobre a prática docente e sobre o papel do professor como usuário do impresso, seja este material destinado ao aluno ou ao professor. Pondo em cena essa interrelação entre usos do impresso e modalidades de concepção e intervenção pedagógica que regem as estratégias de difusão, imposição e apropriação dos saberes pedagógicos. (CARVALHO, 1998, p. 37).

A análise dos impressos de destinação pedagógica contribui para o resgate de elementos da História da Educação Brasileira, visto que revelam as transformações políticas e culturais emergentes em determinados momentos e locais e as tendências pedagógicas que formavam os professores. Com a publicação dos periódicos e livros, não se objetiva a divulgação apenas das reivindicações profissionais ou luta de classes, mas, também, de um conjunto de ideias sobre educação, escola e política educacional. Portanto, os acervos das escolas normais são de natureza ímpar e reveladores de aspectos talvez ignorados pela história.

Por conseguinte, com o objetivo de resgatar os elementos esquecidos da história da formação docente, em São Paulo, realizei a busca e o mapeamento dos impressos;

digitalização das partes dos impressos que apresentam aspectos da materialidade⁵; organização do material; leitura; seleção e análise do conteúdo referente ao nacionalismo, procurando a compreensão das implicações das ideias nacionalistas, na formação de professores, divulgadas pelos impressos; estabelecimento da periodicidade do impresso e análise das características da materialidade.

Esta Dissertação foi organizada em três capítulos, sendo importante mencionar que, neste texto, a ortografia original do impresso foi mantida. No primeiro Capítulo, faço um estudo sobre a formação intelectual e política de Sampaio Doria, sua participação na *Liga Nacionalista de São Paulo*, sua atuação como professor da *Escola Normal da Capital* e, principalmente, como Diretor da Instrução Pública paulista, com o intuito de entender as medidas propostas pela Reforma.

No Capítulo 2, apresento o estudo da materialidade da *Revista de Educação* (1921-1923), para conhecer e compreender as marcas de produção, circulação e usos desse impresso, pelo leitor.

No terceiro e último Capítulo, busco relacionar e analisar as ideias nacionalistas da *Reforma de 1920* com os artigos da *Revista de Educação*, no sentido de compreender como os princípios da Reforma se materializavam na Revista e verificar a hipótese de que a ela foi criada como estratégia editorial para divulgar a Reforma.

Por fim, nas Considerações Finais, realizo uma síntese do que foi estudado nesta Dissertação e alinhavo algumas reflexões sobre a importância da *Revista de Educação* como veículo de divulgação dos ideais nacionalistas.

⁵ Capas, folha de rosto, notas de tradução, apresentação, prefácio, índice e introdução, pois trazem aspectos da materialidade dos impressos que poderiam se perder com as fotocópias. Por isso, a digitalização do material é necessária, como forma de reuni-lo para o estudo, porque os livros não podem ser retirados dos seus acervos e a digitalização facilita o acesso aos impressos, uma vez que a pesquisa se realizou no campus da UNESP em Marília.

CAPÍTULO 1. ANTONIO DE SAMPAIO DORIA, O NACIONALISMO E A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PAULISTA EM 1920

A *Revista de Educação* começa a ser publicada logo após a promulgação da *Reforma de 1920* e a reorganização do quadro de professores da *Escola Normal de Piracicaba*. Para explicitar as formas pelas quais este periódico funcionou como veículo de difusão da Reforma, busco, neste capítulo, compreender a atuação de Antonio de Sampaio Doria antes e depois desses acontecimentos.

Neste Capítulo, me detenho em reconstruir a trajetória de Sampaio Doria, com base na sua formação profissional, intelectual e política; suas relações profissionais e de amizade; sua atuação como professor do ensino normal e sua atuação política como membro da diretoria da *Liga Nacionalista de São Paulo* (LNSP).

Pretendo verificar com este estudo as origens de seu pensamento educacional que formaram a base ideológica da *Reforma de 1920* e assim, compreender suas propostas para a reorganização da Instrução Pública Paulista e relacioná-las, no Capítulo 3, com a temática publicada pela *Revista de Educação*, pois tenho a hipótese que a Revista foi criada com o intuito para fazer a propaganda desta Reforma.

1.1 A formação e atuação de Sampaio Doria

A Primeira Guerra Mundial trouxe diversas preocupações ao Brasil. A presença do imigrante estrangeiro, o insuficiente preparo militar, a falta de uma identidade nacional, de consciência política e o baixo nível cultural da população colocaram em evidência a necessidade de rever os princípios e instituições de ensino, a fim de obter um sólido alicerce para a manutenção da paz (TANURI, 1979, p. 153).

Em consequência dessas preocupações, surgiram diversos movimentos e organizações de cunho educacional que visavam fortalecer a nação. Dentre elas, a *Liga Nacionalista de São Paulo* (LNSP) tinha como objetivos principais lutar pelo voto secreto e obrigatório, pela efetivação da obrigatoriedade do serviço militar e pela difusão da instrução e desenvolvimento da educação em todo país (MOREIRA, 1988, p. 45-46).

De acordo com Medeiros (2005, p. 31-32), a criação da LNSP⁶ foi resultado da atuação de alguns integrantes de sociedades secretas compostas por intelectuais já formados e

⁶ Olavo Bilac foi poeta e fundador da *Liga de Defesa Nacional*, com sede no Rio de Janeiro, transformando-se no principal divulgador do ideário nacionalista, tendo sido responsável pela fundação da LNSP.

estudantes do ensino superior. A LNSP foi um “projeto” da *Sociedade dos Patriotas*⁷ elaborado por uma comissão nomeada em assembléia no dia 11 de dezembro de 1916, formada por Amadeu Amaral, *Antonio de Sampaio Doria*⁸ e Clóvis Ribeiro.

Para Medeiros (2005), o exame da documentação manuscrita da *Sociedade dos Patriotas* deixa entrever que a criação da Liga não foi uma atitude espontânea. Sua criação estava prevista tanto no parecer da comissão, quanto no próprio projeto do *Estatuto da Sociedade dos Patriotas*. Dia 16 de Dezembro de 1916 foi a data escolhida para tornar pública a existência da associação que estava sendo planejada pelo grupo de intelectuais e estudantes.

Os objetivos da LNSP eram tanto de caráter militar, quanto cívico, político e educacional que visavam o desenvolvimento do ensino em todos os níveis. Devido a sua ação educacional, a LNSP exerceu grande influência no magistério nas primeiras décadas do século XX. Essa adesão do magistério e de seus líderes aos princípios nacionalistas ocorreu principalmente como forma de revalorização da educação e do professor, pois naquele momento se ressaltava que, não apenas a educação cívica, mas a educação em todos os níveis era “o instrumento básico do progresso espiritual e material dos indivíduos e das nações”. (ANTUNHA, 1976, p. 144).

Para a LNSP, a nação enfrentava dois grandes problemas: os imigrantes e seus filhos, muitos deles analfabetos, que se sentiam ligados aos países de origem, e os brasileiros, que não cultivavam o sentimento nacional.

Sampaio Doria estava entre os primeiros integrantes⁹ da LNSP. Era alagoano da cidade de Belo Monte, mas sua trajetória escolar iniciou-se na cidade de São Paulo. Aprendeu as “primeiras letras” com seu irmão mais velho Pedro Soares de Sampaio Doria e os estudos secundários foram realizados no colégio Silvio de Almeida – instituição privada. Em 1904,

⁷ Sociedade secreta formada por um seletto grupo de intelectuais e alguns poucos estudantes do ensino superior da Faculdade de Direito, Medicina, Engenharia e a Escola Politécnica de São Paulo. Pode-se afirmar que os membros da LNSP eram da elite paulista.

⁸ Sampaio Doria ocupava funções de destaque da *Sociedade dos Patriotas* e era membro do Conselho Deliberativo da Liga Nacionalista (MEDEIROS, 2005, p. 32). Isso significa que Doria era homem de confiança, responsável pela tomada de decisões da Liga.

⁹ Segundo Medeiros (2005, p. 31), muitos desses nomes passaram pela Faculdade de Direito, Faculdade Medicina e Engenharia de São Paulo e alguns deles também eram membros da “Bucha” (sobre a Bucha ver em Bandecchi, 1978). A “Bucha” foi uma união ou sociedade secreta de moços, estudantes da Faculdade de Direito, seus membros eram chamados de “bucheiros”. Para Medeiros (2005, p. 36), Sampaio Doria não era integrante da Bucha, mas estava ligado a ela na condição de “juramentado”, isto é, homens que não eram propriamente membros, mas que estavam bastante próximos dos seus objetivos e ligados aos seus integrantes por laços de amizade e parentesco. Para integrar a Bucha não dependia da vontade do participante, os membros eram convidados a integrar o grupo. Há outros nomes importantes que fizeram parte da Liga no decorrer de sua trajetória como Oscar Thompson, cujo nome não aparece na lista dos primeiros membros. Após o fim da LNSP, muitos desses nomes também fizeram parte da *Sociedade de Educação de São Paulo* e da *Associação Brasileira de Educação*.

com 21 anos, ingressou na Faculdade de Direito (MEDEIROS, 2005, p. 50). Na foto abaixo, Sampaio Doria é o terceiro da segunda fileira.



Figura 1: Diretores Gerais da Instrução Pública Paulista (1885-1930)

Juntamente com Doria, os outros primeiros integrantes¹⁰ da LNSP eram:

Amadeu Amaral,
 Antonio de Sampaio Doria
 Antonio Pereira de Lima,
 Armando Salles de Oliveira,

¹⁰ É importante mencionar que muitos desses nomes também fizeram parte da Sociedade de Educação e da Associação Brasileira de Educação (ABE) anos mais tarde. Ver: NERY, Ana Clara B. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Pulo, São Paulo, 1999.

Archimedes Pereira Guimarães,
 David Ribeiro,
 Ernesto de Souza Campos,
 Francisco Alves dos Santos,
 Francisco Alves dos Santos Filho,
 Francisco Mesquita,
 Frederico V. Steidel,
 Gana Siqueira (Luiz Barbosa Gama Siqueira),
 Gofredo da Silva Telles,
 João Alberto Salles Junior,
 João Sampaio,
 José Carlos de Macedo Soares,
 Júlio de Mesquita Filho,
 Júlio Maia,
 Laerte Assumpção,
 Manuel Elpídio de Queiroz Neto,
 Marcelo da Silva Telles,
 Mário da Silva Serva,
 Nicolau Marques Schmidt,
 Ovídio Pires de Campos,
 Plínio Barreto,
 Renato Maia,
 Roberto Moreira,
 Theodureto de Carvalho,
 Thomaz Lessa,
 Waldemar Ferreira,
 Waldomiro de Carvalho (MEDEIROS 2005, p. 29-31)

Sampaio Doria ocupava funções de destaque na *Sociedade dos Patriotas*, participou do projeto de criação dessa entidade, planejou suas ações e também atuou em suas atividades. Isto indica que Sampaio Doria, provavelmente, era do “Conselho dos Maiorais” da Sociedade e, conseqüentemente, um dos membros do “Conselho Supremo da Liga Nacionalista”, ou seja, integrou os órgãos decisórios (MEDEIROS, 2005, p. 36).

Na Faculdade de Direito, em 1905, Doria integrou a diretoria do “Centro Acadêmico XI de Agosto” na gestão de José Carlos Macedo Soares e, junto com Júlio Prestes, Benedito Galvão e Ricardo Gonçalves, foi redator do Jornal *Centro Acadêmico XI de Agosto* que se transformou em revista anos depois.

A relação com José Carlos Macedo Soares no seu círculo de amizade e atividades políticas pode explicar o ingresso de Doria no quadro de professores do *Ginásio Macedo Soares* – instituição particular pertencente à família Macedo Soares. Nessa escola, Doria lecionou Psicologia e Lógica enquanto cursava a faculdade e, no mesmo período, lecionou na *Escola de Comércio Álvares Penteado*. O fato de Doria trabalhar e estudar pode indicar que sua família tinha vida modesta (MEDEIROS, 2005, p. 53-54).

A *Faculdade de Direito* foi um ambiente cultural decisivo na formação intelectual, profissional e política de Doria. Na sua formação, o convívio com colegas e professores e o conteúdo aprendido em sala de aula foi importante e refletido nas suas produções. Além de José Carlos Macedo Soares, os colegas de turma Waldemar Ferreira, Spencer Vampré e os professores como Pedro Lessa e Reynaldo Porchat, da Faculdade de Direito de São Paulo, atuaram juntamente com Doria na LNSP (MEDEIROS, 2005, p. 54).

Logo no primeiro ano da faculdade, Doria foi aluno de Pedro Lessa¹¹ - Lente de Filosofia do Direito. Medeiros (2005, p. 56) ressalta que Pedro Lessa, “em suas aulas deveria transpirar as idéias liberais e republicanas” e argumenta que tais professores deixaram marcas na formação dos alunos no que diz respeito a esses ideais¹². Outro professor importante na formação de Doria foi Reynaldo Porchat (professor de Direito Romano, membro do Club Republicano Acadêmico e redator do periódico *A República*, da Faculdade de Direito de São Paulo, entre os anos de 1888 e 1892) que certamente contribuiu para a disseminação dos ideais republicanos.

Frederico Vergueiro Steidel¹³ não foi professor de Doria, mas a relação entre os dois se deu nas conferências e solenidades na Faculdade de Direito, onde Steidel discursou e, também, pela LNSP. O estudo de Medeiros (2005) indica ainda que, Sampaio Doria foi um dos discípulos de Steidel. Em discurso em homenagem a Steidel, Doria destaca que

Esta Faculdade acolhe com maior carinho a homenagem da Liga Nacionalista ao dr. FREDERICO STEIDEL. Querendo ela que seu busto figure neste salão nobre, ao lado dos de RUI BARBOSA, PEDRO LESSA e JOÃO MENDES, certo, não presta apenas um pleito de saudade ao seu fundador e presidente, mas consagra a atitude, digna de memória, que ele soube manter na preparação dos moços para os grandes destinos que o futuro nos reserva. (REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO, 1908, apud MEDEIROS, 2005, p. 62).

O discurso de Sampaio Doria, em homenagem a Steidel após seu falecimento, enfatiza a atuação do professor como fundador e presidente da LNSP e os ensinamentos que ele deixou àqueles que continuariam as atividades cívicas e patrióticas.

Sampaio Doria recebeu os primeiros conhecimentos de psicologia em algumas cadeiras cursadas na Faculdade de Direito. Pedro Lessa foi um dos divulgadores das teorias psicológicas - um dos campos de estudo preferido por Doria. É possível que tenha sido nesse

¹¹ Foi “bucheiro” e um dos fundadores da Liga de Defesa Nacional (1916) ao lado de Olavo Bilac.

¹² Medeiros informa que Sampaio Doria também teve professores defensores das ideias monarquistas como Raphael Correa da Silva – lente de Prática do Processo.

¹³ Presidente da Liga Nacionalista e professor da Faculdade de Direito de São Paulo.

período que Doria firmou laços políticos com os demais integrantes da Liga (MEDEIROS 2005, p. 63).

Outro importante espaço de atuação foi a *Escola Normal da Capital*¹⁴ onde Sampaio Doria lecionou junto com outros membros da LNSP. Doria ingressou na Escola em 1914, como professor da cadeira de Psicologia, Pedagogia e Moral e Cívica, permanecendo até 1920. Depois se afastou para assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública, cargo que exerceu de 29 de abril de 1920 até abril de 1921. Após sua exoneração do cargo de Diretor Geral em abril de 1921, retomou as atividades docentes na *Escola Normal da Capital* de onde se afastou definitivamente em 1925, para ingressar na *Faculdade de Direito de São Paulo*.

Na *Escola Normal da Capital*, Doria trabalhou com os professores Ruy de Paulo Souza e Américo Brasiliense de Moura¹⁵ e com o diretor da escola Oscar Thompson. Todos estes participaram com ele da LNSP (MEDEIROS, 2005, p. 64).

Medeiros (2005, p. 66) destaca que, após concluir a Faculdade de Direito, Sampaio Doria¹⁶ era quase um desconhecido, pois, sua produção intelectual teria maior êxito nas décadas de 1920 e 1930. Desse modo, um dos fatores que o levaram a ingressar na LNSP pode ter sido os laços de amizade, profissionais e políticos que se estabeleceram durante a faculdade e nas escolas que lecionou.

Havia relações entre os membros da Liga com a *Revista do Brasil*¹⁷ e com os jornais *O Estado de São Paulo* (OESP) e o *Correio Paulistano*. Para Medeiros (2005, p. 81), a *Revista do Brasil*¹⁸ não era um braço cultural da LNSP, mas, de certa forma, era representada por ela. Homens como Doria, Julio de Mesquita Filho, Amadeu Amaral, Plínio Barreto, entre outros, participavam paralelamente tanto do grupo do *OESP*, quanto o da *Revista do Brasil*, da LNSP e de outras instituições culturais.

A fundação da LNSP marcou o início da vida pública de Sampaio Doria e grande parte de sua trajetória intelectual, profissional e política. Desse modo, é importante neste trabalho, reconstruir, mesmo que brevemente, a trajetória da LNSP.

Conforme o Estatuto da LNSP – redigido por Sampaio Doria - seus objetivos eram os seguintes:

¹⁴ Conhecida como Escola Normal da Praça.

¹⁵ Ruy de Paulo Souza, Américo Brasiliense de Moura participaram junto com Doria do “Conselho Deliberativo da LNSP”.

¹⁶ Doria publicou o Livro princípios de Pedagogia em 1914, e artigos na *Revista do Brasil* e o OESP.

¹⁷ Julio de Mesquita Filho era diretor da *Revista do Brasil* e do jornal *O Estado de São Paulo* e também companheiro de Sampaio Doria na LNSP.

¹⁸ Sobre a *Revista do Brasil* ver: DE LUCCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

- 1º) empreender a campanha pela liberdade contra atentados civis ou militares contra a soberania nacional;
- 2º) desenvolver o sentimento da unidade nacional;
- 3º) obter a efetividade do voto, mediante o registro civil da maioria cívica, o sistema de sigilo eleitoral, o imposto à abstenção, o feriado nos dias de eleição e mais eficazes penalidades à fraude;
- 4º) promover a organização e o desenvolvimento da defesa nacional pelo escotismo, linhas de tiro e preparo militar. (MEDEIROS, 2005, p. 84).

A atuação da Liga procurava atingir o governo como também a população na tentativa de formar culturalmente o povo para a construção de uma “pátria”, de uma nova sociedade, promovendo a alfabetização de operários e a divulgação do nacionalismo por meio de conferências para professores e profissionais liberais, publicação de artigos no *OESP* e na *Revista do Brasil*, entre outros impressos, cursos para pessoas já alfabetizadas e a produção de livros e folhetos para a distribuição gratuita (MEDEIROS, 2005, p. 88).

O jornal *OESP* publicou, em 31 de outubro de 1915, uma exortação de Sampaio Doria aos alunos da *Escola de Comércio Álvares Penteado*. O jornal informa que o diretor da Escola convidou Doria para fazer aos seus alunos uma exortação sobre cultura cívica. Em sua fala, Doria apresenta uma avaliação da situação do país (inclusive no âmbito escolar) e as razões que justificam a urgência de campanha nacionalista.

A força assimiladora das imigrações pela educação das escolas se perdeu com descentralização do ensino primário. A grosseria cívica e política de um povo com escravos, surpreendido pelas liberdades da Federação, reduziu municipalidades, Estados e a própria União à situação precária de pedintes e falidos. Somos um povo que vive na indiferença muçulmana do – o que for soar.

Tem pois toda a razão de ser, toda a oportunidade e toda urgência a campanha nacionalista, nascida na palavra mágica de Bilac aos estudantes brasileiro, a vós, todos os brasileiros.

Na maneira de a por em prática, eu tenho que (sic) três princípios, fundamentais e solidários, devem conclamar todos os moços e velhos, homens e mulheres. É a instituição de ensino nacional obrigatório. É a instituição do voto secreto e obrigatório. É a organização militar da Nação. O mais virá da ação conjugada desses três fatores supremos. (OESP, 1915, apud MEDEIROS, 2005, p. 92-93).

É possível observar no discurso as preocupações de Doria sobre a situação do ensino paulista. Preocupações nas quais resultaram em medidas propostas pela *Reforma de 1920* anos mais tarde para integrar o imigrante propondo maior controle às escolas particulares estrangeiras e implantar a obrigatoriedade do ensino.

Doria publicou o livro *O que o cidadão deve saber*¹⁹ (1919), sob encomenda da LNSP, cujo prefácio foi escrito pelo presidente Frederico Steidel. Nesse livro, Doria defende os ideais da LNSP, alguns já mencionados neste texto como o voto obrigatório e secreto, a organização militar, as características geográficas e naturais do Brasil, a história, a língua e a educação (moral e cívica). Segundo Doria

A educação profissional, tornando mais inteligente o trabalho, melhora as condições das massas populares, atenuando-lhes a miséria, que é uma das maiores causas da criminalidade. Isto equivale, para os estados, ao melhor preservativo pela paz, pela ordem, pelo respeito ao direito. Sempre, em tudo, é mais inteligente prevenir do que reprimir. (DORIA, 1919, apud MEDEIROS, 2005, p. 109).

Então, a educação era o único meio de integrar brasileiros e estrangeiros e formar uma nação, por isso, nos seus discursos e em suas publicações, Doria chama a atenção do governo sobre as questões educacionais do país.

Nesse livro, Doria alerta para a responsabilidade do governo em garantir condições de higiene pública para a população e destaca a atuação de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, e de Emilio Ribas (membro da LNSP), em São Paulo. Com essa informação e pelo fato da *Sociedade dos Patriotas* ter sido formada por pessoas ligadas à Faculdade de Medicina, penso que os higienistas também integraram a LNSP e por isso Doria também se preocupou com essas questões nas suas produções e também na *Reforma de 1920*.

É possível observar que a LNSP entendia que, por meio da educação cívica do povo todos os outros objetivos seriam alcançados. Desse modo, a difusão da instrução era o principal objetivo da Liga, atuando principalmente contra o analfabetismo. Neste sentido, Doria definiu no livro mencionado acima que, a cultura cívica promoveria a revolução na consciência e no espírito dos brasileiros.

Nos grupos escolares, nas escolas normais, nos ginásios, nas escolas profissionais, nas academias por uma sociedade interna, adequadas, espécie de república em miniatura, podem os moços adquirirem hábitos de moral cívica, compreendendo e praticando os mandamentos da Pátria. [...] No seio delas os estudantes desenvolvem o seu espírito de iniciativa; defendem-lhe o bom nome, são os escoteiros, treinam-se nos torneios de jogos olímpicos; contribuem com parte da taxa escolar para o sustento delas; criam e renovam por eleição o seu governo; censuram e julgam os infratores do dever comum; habitam-se ao respeito das autoridades, que, constituem; empenham-se para que seja mantida a lei; adestram-se no manejo da língua tersa e elegante; e, no convívio a que são obrigados, vão polindo pouco a pouco o espírito.

¹⁹ DORIA, Sampaio. *O que o cidadão deve saber*. São Paulo: Olegário Ribeiro, 1919.

[...] Só por esta forma podem os moços prepara-se para a vida, que os espera, de cidadãos da democracia brasileira. (DORIA, 1919, apud MEDEIROS, 2005, p. 122).

Para acabar com o analfabetismo, as escolas de alfabetização foram uma das estratégias educacionais da LNSP para a difusão da formação cívica aos trabalhadores e operários. A LNSP criou escolas noturnas destinadas aos trabalhadores. As “Escolas Nacionalistas” eram localizadas em bairros de população operária funcionavam de segunda às sextas-feiras das 19h00 às 20h30, e apenas poderiam se matricular aqueles que não pudessem frequentar a escola durante o dia (MOREIRA, 1988, p. 45-46).

Quanto à formação das crianças, a LNSP atuou no sentido de encaminhar ofícios aos governantes solicitando a abertura de novas escolas públicas para atender a população em idade escolar. A LNSP também promoveu palestras, conferências e a publicação e distribuição de livros e folhetos que tratavam de temas considerados fundamentais para a formação do espírito nacionalista dos brasileiros (MEDEIROS, 2005, 124).

A primeira escola da Liga, denominada 1º Grupo Escolar masculino - Mooca, foi instalada no edifício do *Grupo Escolar Oswaldo Cruz* com professores voluntários que ganharam apenas uma ajuda para o transporte. Nos anos posteriores foram instaladas novas escolas como a *Escola Nacionalista Álvares de Azevedo* (1918), *Escola Nacionalista Paula Souza* (1918), e a escola feminina instalada no *Grupo Escolar Regente Feijó* (1918). O programa de ensino das escolas da Liga foi dividido em Leitura e Linguagem (leitura e linguagem oral e escrita); Aritmética; Geografia e História (geografia e história do Brasil); Lições Gerais (morfologia geométrica, higiene, noções de ciências naturais) e Educação Moral e Cívica (MEDEIROS, 2005, p. 141).

O número total de escolas sob o controle da Liga foi de aproximadamente 30 a 40 escolas. Tal número de escolas não era pequeno em relação ao número de grupos escolares mantidos pelo Governo de São Paulo e por isso, o trabalho desenvolvido pela LNSP em apenas três anos não pode ser desprezado. Tais escolas foram fechadas em 1924, quando as atividades da Liga foram suspensas pelo presidente da República (MEDEIROS 2005, p. 159).

1.2 Sampaio Doria e a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo

Medeiros (2005) entende que, a nomeação de Sampaio Doria para assumir a Diretoria de Instrução Pública, em 1920, foi uma das principais expressões da participação da LNSP na organização da Instrução Pública Paulista. A autora aponta que a literatura educacional do

período da Primeira República, atribui, quase que unanimemente, à LNSP a responsabilidade pela nomeação de Doria. Há ainda alguns autores que afirmam ter sido uma “Carta Aberta”, escrita por Doria, em 1918, para Oscar Thompson, o principal motivo da nomeação.

Penso ainda que, as relações pessoais e profissionais que Doria formou na Liga e nas escolas que lecionou foram importantes para projetar o moço quase desconhecido ao cargo de Diretor Geral. A atuação de Doria na direção da LNSP e como professor contribuiu decisivamente para sua indicação pelo então presidente do Estado de São Paulo, Washington Luiz, que declarou combate ao analfabetismo em seu governo.

Oscar Thompson (Diretor Geral da Instrução Pública Paulista ente 1917 e meados de 1920) lançou a pergunta “Como extinguir o analfabetismo?” aos seus auxiliares, aos amigos e aqueles que se dedicavam aos estudos dos problemas do ensino primário. Desse questionamento, Thompson recebeu respostas que foram publicadas no *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*, em 1918, dentre elas, a de Sampaio Doria. Na “Carta”, ele apresenta seu posicionamento a respeito do analfabetismo considerando-o um mal ao progresso do país.

Um analfabeto é, sem exaggero, uma unidade negativa no seio do povo: não assimila as formas do progresso, não desenvolve sua capacidade produtiva, é a matéria por excelência prestável aos excessos de todas as sedições e facilmente suplantada e escravizada pelas raças mais cultas. (DORIA, 1918, p. 58).

Na “Carta”, Sampaio Doria se posiciona em relação à atuação do governo na extinção do analfabetismo, considerado, na época, o pior dos males do país. Ele chama a atenção e a responsabilidade do governo na correção desse mal. Para Doria

[...] não há segurança nem glória de Governo nenhum que se não erija sobre esta base primeira: alfabetizar o povo. [...] O Brasil, repleto de riquezas latentes, só será realmente uma nação poderosa se seus Governos primarem no proposito, decisivo e obstinado, de alfabetizar o seu povo, acobardado e murcho, numa indiferença que apavora. (DORIA, 1918, p. 58).

Ao considerar o povo “acobardado e murcho”, Doria aponta também o problema da superioridade cultural do estrangeiro que se instalava no Brasil naquele período. Com a alfabetização, o Brasil assimilaria o estrangeiro que aqui vivia e tornaria o povo apto ao progresso (DORIA, 1918, p. 59).

Uma das soluções apontada por Doria na “Carta” seria a duplicação das escolas, porém, ele reconhece que essa medida seria inexecutável, devido aos altos custos. Desse modo, expõe seu pensamento argumentando as dificuldades da escola em alfabetizar os alunos.

Que é que a escola primária consegue Hoje?

Dar as crianças uma educação elementar: ficam sabendo ler, escrever, contar, noções de história e geografia pátria, de instrução cívica, de sciencias naturaes, desenho, canto e pouco mais.

Mas, a quantas crianças logra cada escola dar este beneficio?

A resposta é fácil. Tomemos, como typo geral, a escola isolada. Ella comporta bem 40, alumnos distribuidos em dois anos, sob a direção de um só professor. Cada anno, a escola poderia receber, em media, 20 alumnos novos.

Destes, quantos são os alumnos que passam para o segundo anno?

É voz corrente, em documentos officiais, que nem 50%. Mas damos de barato que 60% são promovidos. Dos vinte alumnos que, cada professor poderia receber, annualmente, passam 12 para o segundo. Os outros repetirão o primeiro.

Praticamente, pois, cada professor alfabetiza annualmente 12 crianças. (DORIA, 1918, p. 60).

Para Doria, alfabetizado não era apenas aquele que soubesse ler, escrever e os cálculos elementares. “Ler, escrever e contar são os tres beneficios minimos a que aspira a campanha contra o analfabetismo” (1918, p. 61). Desse modo, a escola “alfabetizadora” que Doria expõe na “Carta” deveria ensinar:

Ler, escrever e contar; asseguram a saude e o vigor do corpo; saber ver, ouvir e mover-se; ensaiar a imaginação e o raciocinio, começar habitos de disciplina moral e civica – eis os objetivos desta escola popular.

Doria argumenta que seria melhor alfabetizar a todos dessa forma que, denomino de simplifica, do que alfabetizar poucos com mais elementos. Porém, ele distingui a escola “alfabetizadora” da escola primária de 4 anos, que não pretendia desmontar e sim, aperfeiçoar. Doria (1918, p. 62) argumenta que “entre alfabetizar 50%, com a dádiva de mais algumas noções, e alfabetizar o total sem essa dádiva, o bem do povo se inicia nesta ultima alternativa”.

Relacionando a exposição de como seria esta escola pensada por Doria na “Carta” e as medidas da *Reforma de 1920*, parece ficar evidente que o motivo que o levou ao cargo de Diretor Geral da Instrução Pública Paulista foi a proposta da escola alfabetizadora. Doria (1918, p. 62) explica que:

Attendemos bem como seria esta escola.
 Compor-se-hia de dous annos. No primeiro anno ensinar-se-hia, como base, ler, escrever e contar e, no segundo, a analyse, a linguagem, além das noções geraes, num e noutro anno, de historia e geografia pátria, instrução moral e cívica, desenho, canto e exercícius phisicos.

Tal escola de dois anos seria de carácter provisório até que o governo tivesse condições financeiras de ampliar o número de escolas para atender toda a população em idade escolar. Doria (1918, p. 63) coloca que esse tipo de escola só teria resultado com a participação do professor e propõe uma gratificação anual pelo número de crianças que alfabetizavam.

Como ha de o Estado de contar com a dedicação delles? Faça-os seus sócios na sua empresa. Para isto, bastará que, além dos escassos vencimentos de hoje, lhes ofereça uma gratificação annual, um tanto por crianças que conseguissem alphabetizar.

Doria (1918, p. 65) propõem uma gratificação aos professores alfabetizadores e termina a “Carta” dizendo que

Mas o Brasil não terá filhos dignos do seu destino os estadistas que não puzerem o mais sincero e ardente empenho em alphabetizar o povo. Se o Estado de São Paulo der o passo decisivo, os demais Estados o seguirão. E, só nesse dia, o Brasil estará de facto e de direito na vanguarda dos povos cultos da terra.

São Paulo foi considerado pioneiro por suas reformas educacionais após a Proclamação da República e a organização educacional paulista foi considerada um modelo para os outros estados brasileiros, por isso, Doria coloca para o Estado a responsabilidade de iniciativas que transformassem a educação paulista.

Thompson submeteu a “Carta” de Sampaio Doria a uma comissão de inspetores escolares composta por B. M. Tolosa, Julio Pestana e João Luiz de Brito com o intuito de estudarem as propostas de Doria. Então, segundo Medeiros (2005, p. 191)

A comissão apontou como principal argumento para desqualificar as propostas de Sampaio Doria o fato de, o ‘competentíssimo professor de pedagogia’ da Escola Normal, não conhecer ‘de perto as condições reais’ da escola paulista. Além disso admitiu que as propostas contidas na Carta Aberta já haviam sido experimentadas. Ao que parece a comissão pretendia descaracterizá-las como uma novidade que, enfim, surgiu para dar solução ao problema magno do país.

Devido a essas críticas, parece que houve um rompimento na relação de Doria e Thompson. Mas, as críticas se estenderam por todo período que Doria foi Diretor da Instrução Pública e divergências com o Governo - que explorarei a seguir - o levaram a deixar o cargo.

Medeiros (2005, p. 193) aponta um fato interessante que ajuda a entender a relação de Sampaio Doria e Oscar Thompson. A autora indica que foram publicados no jornal OESP os artigos abaixo, sobre a instrução paulista, escritos por José Macedo Soares:

OESP – 27/02/1920, p. 3 – *Escolas de Fachada* – O Jardim da Infância

OESP – 29/02/1920, p. 3 – *Escola de Fachada* – As escola primárias

OESP – 02/03/1920, p. 3 – *Escola de Fachada* - Escolas Complementares

OESP – 09/03/1920, p. 3 – *Escola de Fachada* – Escola Normal de São Paulo

Onze dias depois da posse de Sampaio Doria foi publicado, também no jornal OESP (18/04/1920, p. 2), o artigo *O melhoramento da instrução paulista*, de Mario Pinto Serva. Ao que tudo indica, os integrantes da Liga não pouparam críticas a gestão de Oscar Thompson, ex-diretor geral da Instrução Pública e igualmente, membro da LNSP e, elogiaram a gestão de Doria que havia assumido a poucos dias a Diretoria. Com isso, tenho a hipótese de que alguns membros da LNSP não aprovavam as medidas aplicadas por Thompson no ensino público e, por isso, apoiaram a indicação de Sampaio Doria. Diante dessa situação entre Doria e Thompson, pode se explicar a remoção de professores em determinadas escolas feita por Doria para desestruturar os grupos que apoiavam Thompson, como aconteceu na *Escola Normal de São Carlos*. Penso que, com as remoções, Doria pretendia desarticular os grupos que apoiavam Thompson para assim implantar a Reforma, sem resistência, de acordo com seus ideais.

Com o apoio da LNSP, Sampaio Doria tomou posse no dia 29 de abril de 1920. Porém, Medeiros (2005, p. 195) indica que alguns inspetores, incluindo aqueles que avaliaram a “Carta Aberta”, não viram com bons olhos a chegada do novo diretor. Para a autora, isso não pode ser desprezado, uma vez que, uma das funções do inspetor escolar era mediar a relação entre professores e Diretoria da Instrução. Esse fato pode ter contribuído para Doria remover pessoas de sua confiança para determinadas escolas do Estado (como apontarei mais adiante), pois, as pessoas que apoiavam Doria contribuiriam para a execução da Reforma.

1.3 A elaboração da *Reforma de 1920*

No livro *Princípios de Pedagogia*, publicado em 1914, Sampaio Doria reuniu os princípios educacionais e nacionalistas que formaram a base para a organização da *Reforma*

de 1920. Com o estudo deste livro, verifico que Doria buscava uma escola renovada, conhecedora da evolução e do desenvolvimento do indivíduo e que atendesse as novas exigências educacionais daquele momento. É possível verificar a influência das idéias educacionais de Stuart Mill, Herbert Spencer e Rui Barbosa. Doria foi um discípulo de Rui Barbosa e ambos consideravam que a instrução da população contribuiria para o crescimento econômico do país. Ele também cita autores como Claparède, Pestalozzi e Wilian James que também serviram de referência para os autores da *Revista de Educação*, pois são citados nos artigos.

Neste livro, Doria (1914, p. 73-74) se manifesta contrário ao método autoritário de ensino. Para ele, nesse método

O único dever é a obediência, a única responsabilidade é a obediência, sempre obediência sem tuncir nem mugir a superiores hierárquicos. Os resultados do método da autoridade são a escravaturas do espírito, a mais lamentável, porque para ella não há esperança de cura. Os submissos de espírito se tornam aliados de seus senhores, proclamando, com fé ingênua e sincera, mil razões de assim serem por um acto deliberado de sua vontade espontânea e livre.

Doria critica o método de ensino autoritário e o método de ensino baseado na decoração ou memorização do conteúdo pelo aluno, pois, ele levaria os alunos à submissão. Para ele esse método é um modo de “fixar a sêco formulas na memória” (1914, p. 74). Ele também critica o verbalismo e defende o “ensino efetivo” em que os alunos deveriam conhecer a realidade. Para Doria, “logo, há de ser, banido o verbalismo, vendo, tocando, ouvindo, observando a realidade viva e animada, que se há de educar o menino” (1914, p. 76).

Para o combate do verbalismo, Doria propõe o método intuitivo. Por esse método, os alunos, através de laboratórios, desenvolveriam experiências sem a ajuda do professor até obterem a solução verdadeira. Nas primeiras décadas da Primeira República, esse método foi considerado mais adequado

[...] para conformar a mentalidade progressista do homem urbano, civilizado e republicano, essa concepção era contraposta a pedagogia tradicional da memorização, da oralidade, do ouvir e do repetir falando, própria da monarquia atrasada. (HILSDORF, 2003, p. 62).

Em defesa do método intuitivo, Doria (1914, p. 113) argumenta que a “instrução intuitiva melhora os homens. Abrir uma escola é fechar um cárcere, quando a escola, em toda sua organização, se modelar pelos processos intuitivos”.

De acordo com Sampaio Doria (1914, p. 112-113), a instrução era o meio de se formar o sentimento nacionalista, pois para ele

A instrução escolar exerce a influência mais poderosa e decisiva na criação dos hábitos, inevitáveis, fataes, sem os quais ninguém sofreria, um instante, a dureza dos deveres e a obscuridade das profissões. Si esta influência escolar fosse boa, bons hábitos lhe resultarão: Si má, a Ella toda a culpa da maldade, que semeia. [...]

Ao Estado compete, tanto quanto aos paes, zelar pela formação exclusiva dos bons hábitos. A organização científica do ensino público deve ser de cuidados mais sérios que a organização dos aparelhos disciplinares.

A educação seria a melhor maneira de mudar os hábitos dos brasileiros desenvolvendo o civismo. É com esse objetivo que o fundamento da *Reforma de 1920* pode ser encontrado no nacionalismo e no civismo e na idéia de que a educação é fundamental para o crescimento nacional, com isso, é possível observar a importância da LNSP no pensamento educacional de Sampaio Doria.

Se procurarmos, agora, estabelecer o traço de convergência e o fundamento mais longínquo de todos os elementos unificadores que encontramos presidindo a concepção da Reforma e a sua própria execução, poderíamos talvez encontrá-los exatamente no nacionalismo e no civismo que inspiraram os reformadores e na idéia de que a educação é o elemento fundamental da mudança das instituições e a base da grandeza nacional. (ANTUNHA, 1976, p. 217).

Na avaliação que Hilsdorf (1998, p. 97) faz da *Reforma de Sampaio Doria*, observa-se que os objetivos da LNSP se encontram diluídos nas medidas implantadas.

[...] altera profundamente a organização desses níveis de ensino ao assumir um conjunto de paradigmas inteiramente modernos na sua proposição: controle e normatização dos procedimentos, com a unificação e centralização das diversas instituições de formação de professor pelo padrão das Escolas Normais Secundárias de formação acentuadamente pedagógica, o reforço da inspeção escolar e a criação das Delegacias Regionais de Ensino; tomada de decisão com base em informes técnicos, do tipo dados do Censo Escolar; adesão a Escola Nova, pelo duplo movimento de rotação em direção as fontes da cultura pedagógica: a social-nacionalista, pela adesão de manter na zona rural uma escola primária de dois anos, visando garantir minimamente a sua extensão a todas as crianças, com o objetivo de nacionalizar o imigrante [...] e a psico-pedagogia, pelo embasamento da pedagogia na ciência experimental (testes psicológicos) com a associação a cadeira de pedagogia às de psicologia e prática pedagógica, e sua dissociação da cadeira de moral e cívica.

Para a autora, a *Reforma de 1920* reorganizou o ensino implantando medidas consideradas modernas e tais decisões foram tomadas a partir de dados técnicos obtidos através do recenseamento escolar. O analfabetismo e o estrangeiro são questões prioritárias na visão desta autora.

Já Carvalho (2003, p. 228), considera que a *Reforma de 1920* que a foi

Concebida nos marcos spencerianos de uma educação intelectual, moral e física, a Reforma incorpora as metas das Ligas Nacionalista, que desde a década de 10 mobilizavam as classes médias urbanas em torno do alistamento eleitoral e do voto secreto como instrumentos de combate às oligarquias e de conseqüente republicanização da República. Em nome da erradicação do analfabetismo, a reforma reduziu a escolarização primária obrigatória de quatro para dois anos. Fazendo-o pretendia estar capitalizando o sucesso do modelo paulista, sintetizando-o em uma fórmula que o condensasse em uma formação básica de dois anos, extensiva a toda a população do estado

A primeira decisão de Sampaio Doria após assumir o cargo de Diretor Geral foi realizar o recenseamento escolar, como primeiro passo para transformar a organização da instrução. O recenseamento, chefiado por Antonio Ferreira de Almeida Junior²⁰, foi justificado para Dr. Alarico Silveira – secretário do Interior – no relatório de prestação de contas de 1920, onde Doria especifica o que buscava saber com o recenseamento.

[...] Três coisas nos cumpriam saber com segurança e verdade: quantos eram os analfabetos a que se iria dar instrução elementar, onde se achavam eles, e quais as condições locais com que se teria de lidar para maior eficiência das escolas. Sem estes dados, por melhor que fosse nossa boa vontade, o fracasso seria fatal. Daí termos proposto a Vossa Excelência começar pelo recenseamento. (DORIA²¹, 1920, apud MEDEIROS, 2005, p. 209).

Após os resultados do recenseamento escolar, Sampaio Doria submeteu à Câmara de Deputados o projeto de Reforma da Instrução Pública, em 04 de novembro de 1920. É importante assinalar que pouco mais de um mês a lei nº 1750, foi aprovada (08 de Dezembro, de 1920), com algumas modificações quanto à gratuidade do ensino médio, por exemplo. Consta no do Decreto 3356, de 31 de maio de 1921, que o ensino seria laico e ficariam isentos

²⁰ Medeiros (2005) indica que, Almeida Junior trabalhou com Sampaio Doria na *Escola Normal da Capital* e era pessoa de total confiança.

²¹ DORIA, Sampaio. *Recenseamento Escolar* (Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo). São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920.

da taxa do Ensino Médio os alunos pobres²², declarados pelos seus pais ou responsáveis e dispensados pelo Diretor Geral da Instrução Pública. Os pais fariam um requerimento por meio do diretor do estabelecimento de ensino que o encaminharia o Diretor Geral.

O Decreto 3356, que regulamentou a Reforma, aponta que as principais medidas para acabar com o analfabetismo foi a redução do ensino primário para 2 anos, a criação do ensino médio, que correspondia aos 3º e 4º anos do ensino primário, então extintos e a idade escolar obrigatória passaram a ser de 9 a 10 anos. Segundo Doria (1923, p. 300)

O ensino primario em S. Paulo era de 2 annos nas escolas ruraes, de 3 nas distritaes, de 4 nas escolas urbanas e grupos escolares. De 6 nas escola modelos, seguidas dos cursos complementares. Vem a reforma, e converte estes cursos complementares, incompletos e falhos, nas actuaes escolas complementares de 3 annos, com especialisação de funcção, materiais seriadas, com base solida ao curso posterior das escolas normaes. S. Paulo ficou com as escolas primarias isoladas de 2 annos, com os grupos de escolas primarias de 4 annos, e as 10 escolas primarias de 7 annos anexas as suas 10 escolas normaes

De acordo com a citação acima, para Doria a escola de dois anos seria apenas as escolas isoladas. Os grupos escolares manteriam a duração de quatro anos e as escolas anexas às escolas normais teriam duração de sete anos. Então, o propósito da Reforma não era de reduzir as escolas primárias de todos os tipos para dois anos. Tal “escola alfabetizadora” seria apenas para aqueles que não pudessem receber a instrução. Sendo assim, a *Reforma de 1920* não pretendia criar uma nova instrução, mas sim, reorganizar a instrução pública já existente com o intuito de distribuir equitativamente a educação às crianças (ANTUNHA, 1976, p. 164).

Todavia, consta no artigo 1º, do decreto 3356, que a Instrução Pública compreende “a) o ensino primário, de dois anos, que será ministrado nas escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares;” (SÃO PAULO, Anuário de Ensino, 1920-1921, p. 133)

Isso indica que o ensino primário de todas as escolas foram reduzidos para 2 anos, o que não era a pretensão de Sampaio Doria. Tal redução gerou muitas críticas de intelectuais e educadores e isso pode ter sido um dos motivos que o levou a se exonerar. Segundo Antunha (1976, p. 166)

²² Segundo o artigo 5º do Regulamento, consideram-se pobres os filhos de indigentes, operários e os que vivem mensal menor que 300\$00 Réis.

Ele nunca afirmou que essa escola fosse suficiente para formar o indivíduo; ele acreditava, que isto sim, que melhor do não receber nenhum benefício educativo seria desenvolver a escola *aligeirada*, de fins alfabetizantes. Mas, a seu ver, ia uma distancia muito grande entre estender essa escola aos que não recebiam nada a reduzir tudo a essa escola, mutilando o aparelho escolar. Para o governo, a idéia da escola simplificada apareceu como a solução de todos os problemas de extensão da rede: essa escola seria o bastante para todos os indivíduos.

Para o governo, a escola simplificada resultou na solução de todos os problemas de ordem quantitativa e econômica, pois essa escola reduzida cumpriria a lei constitucional relativa à gratuidade e obrigatoriedade da escola primária. Mas com isso, vemos a distorção da idéias do reformador, pois ele acreditava que a redução era apenas uma medida provisória para acabar com o analfabetismo e não uma Instrução Pública definitiva (ANTUNHA, 1976, p. 166).

Em virtude das divergências com o presidente do estado Washington Luís, Doria foi exonerado do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública no final de abril de 1921. Então, Guilherme Kuhlmann (assistente de Doria) assumiu a Diretoria. Isso teria ocasionado o rompimento entre os dois educadores, mas, mesmo depois do ocorrido atuaram juntos na *Sociedade de Educação* (1929 - 1931) e na comissão técnica da *Associação Brasileira de Escoteiros* em 1922 (NERY, 1999).

A taxa para o ensino médio também não fazia parte das medidas pensadas por Doria, mas sim, uma medida imposta pelo governo contrária aos seus objetivos.

A taxa ao curso médio foi o calcanhar de Achilles da reforma. Nunca estivemos por ella. Preservaremos em lhe negar apoio, e terminámos por alcançar a isenção della aos pobres. A matricula nos grupos escolares ficava, como tranquilisamos em circular, quetanta celeuma suscitou, assegurada a todos:- os que pudessem pagar, pagariam a taxa que alei estatuisse; os que não pudessem, della ficariam dispensados, com requerer matricula gratuita. (DORIA, 1923, p. 333).

Após sua exoneração, Sampaio Doria escreveu um livro intitulado *Questões de Ensino* (1923), onde se defende das críticas apresentadas no *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* de 1920-1921 e explica suas propostas para Reforma do ensino. De acordo com Doria (1923, p. 288-290) a intenção era de aplicar 44 medidas. Dentre elas, as medidas referentes ao nacionalismo são:

- 8º) educação cívica pela aquisição de hábitos cívicos;
- 14º) novo objectivo immediato da inspecção medico-escolar;
- 28º) desapropriação de pequenas areas de terra, para a instituição das verdadeiras escolas ruraes;
- 34º) adopção do escotismo nas escolas primárias;
- 37º) medidas nacionalizadoras do ensino primario particular;
- 38º) obrigatoriedade efectiva á escola primaria elementar;

Algumas destas medidas não se realizaram devido à exoneração de Sampaio Doria no fim de abril de 1921 e outras não foram aprovadas pelo Congresso Estadual. Dentre estas medidas, algumas se referem à Escola Normal e muitas delas foram implantadas com o intuito de divulgar as ideias nacionalistas e inculcar no educando o sentimento de amor à pátria. Como membro da LNSP e defensor do nacionalismo, Sampaio Doria procurou imprimir o ideário nacionalista na educação procurando corrigir os problemas sociais que apontamos acima, como os problemas com os imigrantes, a falta de cultura e civismo dos brasileiros, a nacionalização do ensino, entre outros. Sobre os imigrantes, Carvalho (1989, p. 41), alude que

Só resolvendo o problema do analfabetismo é que o Brasil poderia “assimilar o estrangeiro que aqui se instala em busca da fortuna esquiva”. Não havia como fugir do dilema: ou o Brasil manteria ‘o centro dos seus destinos, desenvolvendo a cultura de seus filhos’, ou seria dentro de algumas gerações absorvido pelo estrangeiro que para ele afluí.

Carvalho (1989) aponta que a educação poderia assimilar o imigrante estrangeiro que se instalava no Brasil. Para resolver esse problema a Reforma implantou medidas “nacionalizadoras” que propunham a ênfase na educação moral e cívica em todos os níveis de ensino. Em favor da nacionalidade, o Estado fiscalizaria e interviria nas escolas estrangeiras, pois, de acordo com as novas disposições legais da Reforma, as escolas estrangeiras respeitariam os feriados nacionais, ministrariam o ensino em vernáculo, incluiriam no programa o número de aulas determinado pelo governo, o ensino de português, da geografia e da história do Brasil seriam ministrados por professores brasileiros, e também, nessas escolas deveriam ensinar as classes infantis os cantos nacionais. Além disso, tornava-se proibido o ensino de língua estrangeira às crianças menores de 10 anos de idade (ANTUNHA, 1976, p. 167-168).

Segundo o decreto 3356, a Reforma determinou que fosse realizada a inspecção médica em todos os estabelecimentos de ensino; a criação de grupos de escotismo e linhas de tiro nas escolas masculinas; tornou obrigatória a participação no “orfeão escolar” para a prática de

canto, principalmente de cações nacionais, entre outras medidas, para favorecer e ressaltar os elementos nacionais que os cidadãos deveriam conhecer.

Quanto às medidas realizadas pela Reforma referentes à escola normal, considero que a experiência de Doria como professor de Psicologia, Pedagogia e Educação Cívica na *Escola Normal da Capital* foi importante, pois como professor, Doria conhecia suas deficiências.

Para Tanuri (1979), o predomínio da cultura geral sobre os estudos profissionalizantes tornava as escolas normais insatisfatórias devido à falta de conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança, os métodos e as técnicas do processo educativo. Com isso, iniciou-se juntamente com a Reforma, um movimento em prol a uma melhor formação, as escolas normais foram unificadas segundo o padrão das escolas normais secundárias de nível mais elevado e foi proposta a criação da *Faculdade de Educação*.

A unificação das escolas, normais, realizada tão precocemente em São Paulo, foi, a nosso ver, a conseqüência natural da criação, desde os primeiros tempos do período republicano, de um grande número de escolas desse tipo, o que levou a uma aparente superprodução de professores e um aumento das exigências na formação do magistério primário. Aliás, essa busca de aperfeiçoamento do magistério e de ampliação do número de anos de escolaridade transparece também na criação da Faculdade de Educação, tal como foi imaginada em 1920.

[...]

Paralelamente à unificação das escolas normais e como corolário dessa medida, a reforma de 1920 vinha equiparar todos os professores então existentes, extinguindo as distinções entre complementares, normalistas primários e secundários. (TANURI, 1979, p. 169 e 161).

Com a unificação das escolas normais paulistas, os professores formados por elas também foram equiparados, acabando com a distinção entre professores complementaristas, normalistas primários e secundários. Segundo o artigo a *Unificação das escolas normais*, de Pedro Mello (v. I, nº, 2, 1921), publicado pela *Revista de Educação*, a unificação trouxe muitos benefícios aos professores, que compartilhariam dos mesmos direitos. A *Reforma de 1920* trouxe ao lado da pequena ampliação do conteúdo pedagógico das escolas normais a simplificação dos estudos de cultura geral. Então foi suprimida a Língua Inglesa, instalaram-se cursos livres dessa disciplina até que os professores fossem remanejados para outros cargos; eliminaram-se as aulas de Estruturação Mercantil, Datilografia e Taquigrafia que não se ajustavam à finalidade do curso normal. Foram também transferidas as aulas de Trabalhos Manuais para as escolas complementares; a Zootecnia e a Agricultura foram retiradas do programa e o Latim foi reabilitado (TANURI, 1979, p.163).

A LNSP apoiou Sampaio Doria também após sua exoneração. Sobre as acusações e críticas de sua administração Doria (1923, p. 273) disse que

Das acusações que nos assacaram, nenhuma teve a gravidade da com que nos mimoseouo “Anuario de Ensino” de 1921, como publicação official que é. Não acreditaríamos que aquella mesma figura do actual director da instrucção, tão serviçal, tão humilde, tão pedinte, quando nosso auxiliar directo e de confiança, se transformasse depois, com nossa exoneração, no desastrado que se vio tão inhabil em manejar pedras.

A figura serviçal e humilde que Doria se refere era de seu assistente Guilherme Kuhlman que assumiu a Diretoria da Instrução após sua saída. Kuhlman criticou o ex-diretor no *Anuário de Ensino* 1920-1921 causando o rompimento dos dois.

Sampaio Doria (1923, p. 276), por não concordar com os rumos que a Reforma tomou sob a direção de Kuhlman procurou explicar que

O nosso silêncio, porém, jamais exprimiu concordância à orientação atual da instrução pública. Precisamente por estarmos em absoluto desacordo com o que se projeta e, se vem efetuando, parte com realidade, parte com aparência, devolvemos o cargo de diretor de ensino ao mesmo governo que no-lo havia confiado. Não quisemos, com a solidariedade da nossa continuação no cargo, precipitá-lo no desastre, em que jamais se afundara a instrução publica de país nenhum, tanto mais quanto este desastre, com os dados officiais que tínhamos em mãos, era previsível, quase palpável, a quem quer que dirigisse o ensino, por mais densas que lhe fossem as trevas do cérebro. Não se correspondem à confiança que nos depositem, senão servindo com franqueza e lealdade, ou abandonando os lugares cuja permanência se compre com o sacrificio de convicções.

Doria explicou que pela distorção que suas ideias tiveram, optou por deixar o cargo de Diretor da Instrução Pública e não gostaria de ser identificado com a Reforma da maneira que ela foi regulamentada.

Com o fim do período governamental de Washington Luis a Reforma foi revogada pelo ato do executivo – decreto 3858, de 11 de junho de 1925. Assim, a educação paulista retornou aos padrões que haviam tido êxito nos primeiros tempos de República (CARVALHO, 1989, p. 44).

Diante dos objetivos desta pesquisa, optei por estudar e analisar as medidas de ordem nacionalista no Capítulo 3 e relacioná-las com os artigos da *Revista de Educação* (1921-1923). Se havia necessidade de formar novos cidadãos, os professores também deveriam estar

preparados para isso. Desse modo, o professor precisava ter plenos conhecimentos dos elementos nacionais que apontarei no Capítulo 3 com a análise da *Revista de Educação* e as medidas nacionalistas da *Reforma do Ensino de 1920*.

Em síntese, a *Reforma de 1920* pretendeu nacionalizar o ensino acabando com o analfabetismo e “abrasileirar” os brasileiros e estrangeiros por meio da alfabetização e educação moral e cívica e pelo escotismo. Segundo a Reforma, em favor da nacionalidade, as escolas estrangeiras deveriam incluir nos currículos o ensino de Português, Geografia e História do Brasil por professores brasileiros e ensinar os cantos nacionais nas classes infantis. O ensino primário foi reduzido para dois anos (obrigatório e gratuito) e conseqüentemente foi criado o ensino médio de dois anos que corresponderiam aos terceiros e quartos anos, então extintos. O ensino médio deveria ser taxado, porém as famílias pobres poderiam ser isentadas da taxa mediante a comprovação da sua condição financeira.

A idade escolar obrigatória foi alterada para 9 e 10 anos de idade, sendo proibida matrícula de crianças em escolas públicas que não tivessem completado 9 anos de idade.

Foi sugerida a adoção do método intuitivo em todas as escolas. Carvalho (2003, p. 228) salienta que, “Sampaio Doria se convencera de que o único método adequado era o que chamava método de intuição analítica”. Ainda segundo Carvalho (2003, p. 230):

Alçando o analfabetismo ao estatuto de ‘quentão nacional por excelência’ e, por isso, priorizando a extensão da escola às populações até então marginalizadas, a Reforma o que, na sua experiência como pedagogo, Sampaio Doria entendia ser a base de toda a aprendizagem, arriscando uma resposta pedagógica a um desafio político. Convencido da eficácia do método de intuição analítica aliava a essa fórmula os objetivos de moralização e vigorização da raça da Liga Nacionalista de São Paulo. Promovendo essa aliança, sintetizava um programa que seria o ponto de referência principal dos debates e das reformas educacionais dos anos 20.

As escolas normais foram unificadas segundo o modelo da escola normal secundária que tinha o nível de formação intelectual e pedagógica mais elevado, com isso escolas normais primárias e secundárias formariam o professor para o ensino primário com o mesmo currículo.

A Reforma também criou a inspeção médico-escolar para fiscalizar as condições de higiene nos estabelecimentos de ensino público; o orfeon escolar e incentivou a prática do escotismo nas escolas e enfatizou o ensino da Educação Moral e Cívica com o objetivo de propagar o nacionalismo.

CAPÍTULO 2. REVISTA DE EDUCAÇÃO (1921-1923): CARACTERÍSTICAS MATERIAIS

Publicar um periódico que fosse veículo de divulgação dos ideais defendidos pelos professores da *Escola Normal de Piracicaba* parece ter sido um empreendimento ambicioso para a época. Apesar de não ser uma novidade – uma vez que outras escolas congêneres já o fizeram –, todo o trabalho que envolveu a elaboração do periódico, até chegar às mãos do leitor, merece ser estudado com o cuidado que requer. Neste capítulo, eu me deterei sobre as características materiais da *Revista de Educação* (1921-1923), considerando o impresso como objeto cultural, analisando-o do ponto de vista de sua produção, circulação e distribuição, como estratégias editoriais de imposição de modelos culturais e, também, como dispositivo de normatização pedagógica e suporte material das práticas escolares. Segundo Chartier (1998, p. 17), é preciso compreender que “não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou a ouvir), e sublinhar o fato que não existe a compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor”.

Nesse sentido, os estudos de impressos de destinação pedagógica são importantes, pois revelam elementos ainda desconhecidos sobre a História e a Historiografia da Educação Brasileira.

A análise da materialidade é relevante, segundo o enfoque da *História Cultural*, já que ela nos proporciona descobrir as marcas de produção, circulação e usos dos impressos, desvelando os sentidos construídos pela configuração tipográfica e textual.

2.1 Espaço de produção: a *Escola Normal de Piracicaba*

Para Carvalho (1989, p.7), a escola foi,

[...] no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso. [...] A escola foi, em consequência, reafirmada como arma de que dependia a superação dos entraves que estariam impedindo a marcha do Progresso, na nova ordem que se instaurava. Passa, no entanto, a ser considerada “arma perigosa”, exigindo a redefinição de seus estatutos como instrumento de dominação.

Nesse sentido, os intelectuais das primeiras décadas do século XX acreditavam que a educação seria a solução para os problemas sociais do Brasil e passaram a exigir mudanças na instrução pública, sobretudo no Estado de São Paulo. Isso levou a um entusiasmo pela

educação, gerando diversos movimentos de caráter educacional e nacionalista, que viam que a função da educação seria dar forma ao país, transformando os habitantes em povo e construindo uma nação.

No fim da segunda década do século XX, o movimento nacionalista contribuiu para a movimentação favorável à interferência da União no desenvolvimento e difusão do ensino. A corrente imigratória que se desencadeou, no fim do século XIX, a Primeira Guerra Mundial, a concentração de colônias estrangeiras, as quais mantinham escolas em que o ensino era ministrado em línguas distintas da língua nacional e o alto nível de analfabetismo existente no país, na época, causavam temores relativos ao predomínio da cultura estrangeira e ao rompimento da unidade nacional (TANURI, 1979, p. 55-57). Devido aos problemas acima mencionados, inicia-se um movimento denominado “movimento de chamada de participação do Governo Central no âmbito da escolarização primária”. Eis a finalidade dessa participação:

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações. (CARVALHO, 1989, p, 10).

Apesar das iniciativas para promover a interferência do Governo Federal na Instrução, este acabou não exercendo qualquer atividade normativa no ensino normal do país; desse modo, sem um estabelecimento que normatizasse o ensino normal, os Estados se organizaram independentemente, promovendo suas reformas na instrução (TANURI, 1979, p. 71).

No Estado de São Paulo, devido à incapacidade da *Escola Normal da Capital* no atendimento da demanda de professores, na época, escolas normais foram instaladas em diversas outras cidades paulistas, como é o caso da *Escola Normal de Piracicaba* – não apenas por isso, mas, sobretudo, pelo que representava a escola, no imaginário republicano. A instalação de escolas normais pelo interior do Estado atendia às mais variadas reivindicações dos poderes locais e ainda ao projeto de Oscar Thompson, de ampliação da rede de escolarização primária (NERY, 2009, p. 20).

O modelo escolar que antecede o surgimento da *Escola Normal de Piracicaba* é o da *Escola Complementar de Piracicaba*. Esta foi criada em março de 1896 e instalada em 21 de abril de 1897, sob a direção de Antonio Alves Aranha. A *Escola Complementar de Piracicaba* permitia desenvolver estudos em nível secundário, com duração de quatro anos, com a finalidade específica de formação de professores (primários) para o exercício do magistério, desde que os alunos tivessem um ano de prática pedagógica em grupos escolares

ou em escolas-modelo. Porém, o diploma de professor complementarista era distinto do diploma do professor formado pela *Escola Normal* (que formava os alunos para serem professores da Escola Complementar). Assim, os alunos da Escola Complementar precisariam fazer um ano de prática em grupos escolares ou em escolas-modelos, após cursar os 4 anos para se tornarem professores da Escola Preliminar. A partir de 1906, conferiu-se aos professores complementaristas o direito de ingressar no 3º ano da Escola Normal. O modelo de ensino da Escola Complementar era mais barato que o da Escola Normal, sendo uma forma de solucionar os problemas de profissionalização docente, naquele momento (NERY, 2009, p. 22).

Segundo Nery (2009, p. 20), desde os primeiros anos da República, começou um processo que levou ao interior paulista um modelo diferenciado de formação de professores, que foi a Escola Complementar. A Escola Complementar se tornou uma opção viável para formar professores tanto na Capital como no interior. A primeira a ser estabelecida foi a Escola Complementar anexa à *Escola Normal da Capital*. Em 1896, duas foram criadas no interior, a *Escola Complementar de Itapetininga* e a *Escola Complementar de Piracicaba*, dirigida por Antonio Alves Aranha. Em 1897, surgiu a *Escola Complementar Prudente de Moraes*, anexa à *Escola Modelo Prudente de Moraes*, localizadas na capital, mas, a partir de 1902, ela começa a ser transferida gradativamente para Guaratinguetá, passando a denominar-se *Escola Complementar de Guaratinguetá* e, em 1902, foi criada a *Escola Complementar de Campinas*, instalada no ano seguinte.

A *Escola Complementar de Piracicaba* foi a segunda instalada no interior de São Paulo e representou o início de um processo de modernização que levaria a cidade a ser referência nacional. Paulo de Moraes Barros – filho do senador Manoel de Moraes Barros e sobrinho de Prudente de Moraes – foi um dos responsáveis pela vinda desse tipo escolar. A vinda da escola para Piracicaba correspondia às ideias do Partido Republicano Paulista (PRP), que objetivava a difusão dos princípios de modernização, urbanização e nacionalização da sociedade, derivados do republicanismo (NERY, 2009, p. 23). Sobre o processo de modernização das cidades, Terci (2009, p. 1) argumenta que ele

[...] torna as cidades o *locus* privilegiado desse fazer histórico, institucionalizando então a luta republicana. Piracicaba figura entre as cidades que protagonizaram essa transição. Seguramente a "administração modelo" do PRP nos primeiros decênios e o bairrismo piracicabano, versão local da onda nacionalista dos anos 20, são ilustrativos da estruturação do poder dos republicanos: a construção do monolitismo político e o

"aburguesamento" da sociedade, reordenando o espaço urbano, definindo suas funções, segregando a população.

A Escola Complementar foi a primeira instituição laica do gênero a ser instalada na cidade, pois a laicidade era um dos princípios da República. A escola era aberta a meninos e meninas, mas eles ocupavam espaços distintos no prédio, visto que a coeducação dos sexos não existia no momento e as salas de aula eram separadas por tabiques, que não permitiam a comunicação (NERY, 2009, p. 24).

Sobre as práticas desenvolvidas na *Escola Complementar de Piracicaba*, o estudo de Honorato (2007) revela a presença de rigorosa disciplina. Fazia parte da formação do professor, nessa instituição, o aprender disciplinar. Ao estudar o *Livro de Imposição de Penas*²³ dessa escola, o autor conclui que o aluno deveria incorporar esse *habitus* professoral, durante sua formação. Salienta Honorato (2007, p. 4):

O professor recebeu o papel central de responsável pela educação escolarizada dos filhos republicanos, de reformador do ensino público e de detentor de uma nobre missão cívica e patriótica. Era pelo professor que se conseguiria transmitir e construir um comportamento disciplinado no corpo dos cidadãos em idade escolar. O professor como autoridade e como representante social, não poderia ser ofendido, desobedecido e desrespeitado, muito menos em um curso de formação profissional de docentes

Para Honorato (2007), o “poder aparece como relacional nas configurações inesperadas do cotidiano da escola. É a partir das manifestações de poder que se consegue visualizar o que era um comportamento indisciplinado”. Sud Mennucci – enquanto aluno da *Escola Complementar* – e outros colegas foram punidos por mau comportamento pelo Diretor Honorato Faustino.

Em vista da gravidade das faltas commettidas pelos alumnos Paulo Zanotta, Francisco Alves de Almeida Junior, João Pinheiro Almeida, Affonso da Silva Coelho, Sud Mennucci, Joaquim de Toledo Piza, Luiz Fernando de Almeida Prado, José do Amaral Mello, César Alves Cruz, H. Carlos Madeira, Paulo Marques de Carvalho, João Pereira da Fonseca, José de Assis Filho, Luiz Liberato de Macedo e Décio Paes de Barros, que confessaram em classe, perante os respectivos professores e o director dessa Escola Complementar, terem vaiado professores e professoras, por terem tido notas baixas nos boletins mensais, ficam esses alunos suspensos por cinco dias, a contar de amanhã, ficando as suas notas de comportamento reduzidas a 1 e bem assim as de aplicação no mez de abril próximo findo. Piracicaba, 7 de março de 1907. O Director. (LIVRO DE PENAS²⁴, 1908, apud HONORATO, 2007, p. 5).

²³ Um dos componentes da escrituração escolar, em que se registravam os casos de indisciplina cometidos na escola, bem como as respectivas penalidades impostas. Cabia ao diretor lavrar esse livro.

²⁴ LIVRO DE IMPOSIÇÃO DE PENAS, Escola Complementar de Piracicaba, 1908.

A primeira turma da *Escola Complementar de Piracicaba* se formou em 1900. Os alunos eram oriundos de várias cidades do interior, como Araraquara, Capivari, Itu, além de Piracicaba. Foram professores dessa escola, dentre outros, Antonio Firmino de Proença, Juvenal Penteadó, Honorato Faustino, Antonio Alves Aranha e Escolástica do Couto Aranha, todos vindos da *Escola Normal da Capital*. Alguns alunos formados pela Escola tiveram destaque no cenário paulista, como Sud Mennucci, Fabiano Lozano, Thales Castanho de Andrade, Olívia Bianco e Pedro Crem, que publicaram artigos na *Revista de Educação*.

A Câmara Municipal de Piracicaba ofereceu ao governo um edifício localizado na Rua Rosário, para a instalação da *Escola Complementar*. Esse edifício foi construído pela *Sociedade Propagadora da Instrução de Piracicaba*²⁵, a qual tinha o objetivo de construir uma escola particular e laica, com base nos ideais republicanos. De acordo com Perecin (2005), há poucas informações sobre o funcionamento dessa Escola, conhecida como “Colégio Rosa”. Em 5 de janeiro de 1897, procedia-se ao fim da *Sociedade Propagadora da Instrução de Piracicaba* e o prédio situado na Rua Rosário e um terreno foram vendidos à Câmara Municipal, pelo valor de trinta e quatro contos e quinhentos mil réis. Esse local seria a primeira sede da *Escola Complementar de Piracicaba*, instalada em 1897, com o objetivo de desenvolver estudos em nível secundário, com duração de quatro anos, com a finalidade específica de formação de professores para o exercício do magistério.

A dualidade entre as escolas de formação docente causou descontentamento e críticas ao baixo padrão de formação oferecida pelas escolas complementares. Foram feitos “apelos favoráveis à remodelação das escolas complementares ou simplesmente à retirada do caráter profissional que lhes fora concedido” (TANURI, 1979, p. 123). Todavia, foi apenas em 1920, com a *Reforma Sampaio Doria*, que se unificaram todos os tipos de escolas normais.

Segundo Antunha, em função da dualidade de formação de professores (1976, p. 25), a partir de 1910,

[...] avolumar-se iam críticas e cresceria a consciência da necessidade de introdução de reformas radicais na estrutura do sistema de ensino, a fim de ajustá-lo às novas solicitações do meio social. A nosso ver desse processo e sua culminância será a reforma de 1920.

Em virtude das críticas em relação às deficiências da Instrução Pública, desde a década de 1910, foi posta em evidência a necessidade de uma reestruturação. Sob a influência das

²⁵ Grupo de conhecidas famílias piracicabanas que constituíam uma sociedade de capital por ações que investiram no setor educacional. Essa Sociedade era um dos braços da maçonaria republicana, na cidade.

inovações educacionais internacionais, cuja porta de entrada em São Paulo foi a *Escola Normal da Capital*, iniciaram-se movimentos em prol de uma escola renovada e moderna, formadora de brasileiros para o progresso, em combate à escola “tradicional”. Em decorrência da ação dos movimentos político-sociais do período e pela influência das ideias positivistas, “a escolarização foi concebida como um instrumento de correção do progresso evolutivo e como uma força propulsora para o progresso da sociedade brasileira” (NAGLE, 1974, p. 125).

Em consequência, pelo Decreto 2025, de 9 de março de 1911²⁶, a Escola Complementar foi convertida em *Escola Normal Primária*²⁷. Ressalta Nery (2009, p. 35):

O que ocorre com a transformação da Escola Complementar em Normal Primária não é a elevação de uma à outra, mas, o término de um tipo de formação de professores. Assim, elimina-se um modelo para implantar um único, com base no desenvolvido pela Escola Normal da Capital, porém diferentes quanto à estrutura curricular, orçamento e destinação dos egressos. Nem mesmo os prédios das Escolas Complementares foram suficientes, levando à necessidade de construção de novos prédios para as escolas convertidas. As Escolas Normais Primárias mantiveram os mesmos 4 anos de duração dos cursos das Escolas Complementares e boa parte da estrutura curricular, acrescentando a disciplina Pedagogia, mas eliminou Escrituração Mercantil na qual os alunos aprendiam a fazer toda a escrituração da escola.

Honorato Faustino, que assumiu a direção da *Escola Complementar de Piracicaba*, em 2 de junho de 1904, após a transferência de Antonio Alves Aranha, passou a ser o diretor da *Escola Normal Primária*, cargo que exerceu até 1928, quando foi transferido para a direção da *Escola Normal da Capital*.

A *Escola Normal Primária de Piracicaba* foi instalada no mesmo prédio da Complementar, até a construção de edifício próprio, inaugurado em 1917, onde ainda hoje funciona a *Escola Estadual Sud Mennucci*. Em 8 de dezembro de 1920, com a *Reforma Sampaio Doria*, determinou-se que todas as escolas normais fossem equiparadas segundo o modelo da Escola Normal Secundária de nível mais elevado. Dessa forma, a *Escola Normal Primária de Piracicaba* passou a denominar-se *Escola Normal de Piracicaba*.

Em 05 de julho de 1913, Paulo Moraes Barros – Secretário da Agricultura durante o governo de Rodrigues Alves – lançou a pedra fundamental da nova sede da Escola projetada pelo Departamento de Obras de Piracicaba, sob a responsabilidade do engenheiro Eduardo Kiehl²⁸, situada na Rua São João, no Bairro Alto. A construção da nova sede da Escola

²⁶ Com exceção da *Escola Complementar de Itapetininga*, que, em 1910, foi reinstalada a *Escola Normal Secundária de Itapetininga*.

²⁷ A Escola Normal Primária formava professores para o ensino primário.

²⁸ *Jornal de Piracicaba*, 10/11/1985.

Normal custou o valor de 527: 416\$235 Réis. A construção da Escola Normal levou a Prefeitura de Piracicaba à falência, devido ao alto custo da construção, de acordo com Nery (2009, p. 36):

Os prédios construídos para as Escolas Normais recém criadas seguem um padrão dado pelos preceitos do republicanismo. A escola republicana foi concebida como local privilegiado de civilidade e cultura e, assim, sua arquitetura foi toda pensada, ao modelo das catedrais, baseada na grandeza dos espaços, pés-direitos altos, locais que pudessem ser facilmente avistadas nas cidades.

A pintura de símbolos republicanos que decoram as paredes e painéis no estilo neoclássico, presentes no Salão Nobre, na Biblioteca e no Saguão foi feita pelo artista italiano Luigi Lacchini, demonstrando sua importância histórica para o país. Essas pinturas imitam mármore, o que pode ter ocorrido pela impossibilidade de importar o mármore da Itália para a decoração da escola, em decorrência da Primeira Guerra Mundial, na Europa.

Para Nery (2009, p. 42), a sala de música – além do anfiteatro, localizado logo na entrada do prédio – “é um componente da importância que esta atividade tinha para a escola. Talvez por influência dos irmãos Lozano²⁹, que criaram a primeira Orquestra de Piracicaba, em 1906”. Fabiano Lozano foi responsável pela criação do Orfeão Escolar, na *Escola Normal de Piracicaba*, atividade que viria a se disseminar e ser modelo para as demais escolas normais do Estado. Ele foi também autor de várias obras direcionadas ao ensino de música nas Escolas Normais e de artigos na *Revista de Educação*.

A existência de espaços específicos, como os laboratórios de física, química e biologia, e o Museu Escolar “demonstram o tipo de formação, baseado no método intuitivo, mas, já encaminhando para os métodos ativos, com grande influência da psicologia experimental” (NERY, 2009, p. 42).

Na *Ata de Inauguração*, escrita a próprio punho pelo Diretor Honorato Faustino, consta que a inauguração da nova sede se deu no dia 11 de agosto de 1917 e teve a presença dos alunos e do corpo docente da Escola Normal, autoridades locais, como o prefeito e o presidente da Câmara Municipal, do Doutor Oscar Thompson (na qualidade de Diretor Geral da Instrução), Antônio de Pádua Almeida Prado (Presidente do Diretório Político), Oscar Rodrigues Alves (Secretário do Interior), Diretores da Escola Agrícola Luiz da Queiroz, do Grupo Escolar Moraes Barros, do Grupo Escolar Barão do Rio Branco e do Colégio

²⁹ Lázaro Rodriguez Lozano foi professor de Música na *Escola Normal de São Carlos*, e Fabiano Lozano foi professor da mesma disciplina, na *Escola Normal de Piracicaba*.

Piracicabano, Deputados e Senadores, do Governador do Estado de São Paulo, Altino Arantes, amigos e demais autoridades.

Em 1917, quando Oscar Thompson retorna à Diretoria da Instrução Pública, recria-se a *Escola Complementar*, porém, como “ciclo intermediário” entre o primário e o normal, pois, sem um curso intermediário, os alunos chegavam à escola normal sem certos conhecimentos básicos. De acordo com Nery (2009, p. 37), o retorno da Escola Complementar reformulada

[...] representa a retomada do primeiro modelo interiorano de formação de professores, na república paulista, sem, contudo, formar o professor. Assim, a Escola Complementar passa a funcionar no mesmo prédio que a Escola Normal, tanto primária quanto secundária, numa tentativa de melhorar o preparo para o ingresso no curso normal, cujo exame de admissão ampliara as exigências.

Segundo Nery (2005), anos mais tarde, em 8 de dezembro de 1920, com a lei 1.750 – *Reforma Sampaio Doria* – foi determinado que todas as escolas normais fossem equiparadas segundo o modelo da *Escola Normal Secundária*³⁰ e passaram a denominar-se Escola Normal de (...) com o complemento dado pela localização. Dessa forma, a *Escola Normal Primária de Piracicaba* passou a denominar-se *Escola Normal de Piracicaba* e, atualmente, é denominada *Escola Estadual Sud Mennucci*, funcionando no mesmo prédio.

A *Reforma de 1920* causou uma mudança no quadro de professores da *Escola Normal de Piracicaba*. O grupo formado por Honorato Faustino, Lourenço Filho, Thales de Andrade, Fabiano Lozano, entre outros, possibilitou a elaboração da *Revista Educação* como veículo de divulgação da própria Reforma.

³⁰ A Escola Normal Secundária (Escola Normal Secundária da Capital, de São Carlos e de Itapetininga) tinha o nível de formação pedagógica mais elevada que o da Escola Normal Primária.



Figura 2: Foto da construção da Escola Normal de Piracicaba.



Figura 3: Foto do prédio da Escola Normal de Piracicaba, encontrada no Museu da Escola Estadual Sud Mennucci – antiga Escola Normal de Piracicaba.

A *Reforma de 1920* criou o *Museu Escolar*, que deveria ser formado por coleções de objetos naturais e artificiais, com a orientação dos professores e apoio dos alunos. Este era condição essencial para a aplicação do método intuitivo, indicado pelo reformador Sampaio Doria. Na *Escola Normal de Piracicaba*, os responsáveis pelo *Museu Escolar* foram os professores Honorato Faustino e Lourenço Filho. No artigo “Movimento Escolar” (*Revista de Educação*, v. I, nº 1, 1921, p. 61), há uma notícia da instalação do Museu Escolar, que conta com materiais trazidos pelos próprios alunos do curso primário, para os estudos de ciências naturais. A breve notícia ressalta que, depois da instalação do museu, verificou-se um maior interesse nos estudos em ciências naturais pelos alunos. Também nesse artigo, há informações sobre a conclusão das instalações do Laboratório de Química, necessário no ensino ativo, desenvolvido por meio das experiências dos alunos.

Após passar por outras reformas, que transformaram sua estrutura e organização, em 1945, a Escola recebeu o nome de *Escola Normal Sud Mennucci*, em homenagem a Sud Mennucci³¹, piracicabano, formado pela *Escola Complementar de Piracicaba*, foi delegado Regional de Ensino da região de Piracicaba, durante a administração de Sampaio Doria como Diretor Geral da Instrução Pública paulista. Anos mais tarde, foi denominada *Instituto de Educação Sud Mennucci* e, atualmente, denomina-se *Escola Estadual Sud Mennucci*.

É importante ressaltar o papel modelador que o Estado de São Paulo desempenhou, junto às outras unidades da Federação, em relação à organização do ensino primário e normal, durante as primeiras décadas da República. Na ausência de modelos e normas fixadas pelo Governo Federal, o Estado de São Paulo, além de distinguir-se nos setores político e econômico, destacou-se também no setor educacional. De acordo com Tanuri (1979, p. 72), isso aconteceu “graças às reformas que aí se realizaram já nos primeiros anos da República, passando a servir, até certo ponto, de padrão para os demais”.

A escola foi vista, no Estado de São Paulo, como marca republicana, “o sinal da diferença entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o progresso” (CARVALHO, 1989, p. 23). Os republicanos paulistas buscaram “dar a ver a própria República e seu projeto educativo e, por vezes, espetacular” (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 52). Por isso, a construção de prédios de escolas monumentais e a importância das cerimônias inaugurais dos edifícios escolares, apontadas por Carvalho (1989, p. 25).

³¹ A biografia completa de Sud Mennucci pode se encontrada em VICENTINI, P. P; LUGLI, R. S. G. Sud Mennucci. IN: FÁVERO, Maria L. A; BRITTO, Jader de M. (Org.). *Dicionário de Educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

Para fazer ver, a escola deveria se dar a ver: Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes – tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava.

O Estado de São Paulo se tornou modelo, em termos de organização da instrução, e as demais Unidades Federadas do país levavam dele não apenas os profissionais de ensino, mas também a caracterização dos prédios, a mobília, os livros e os materiais didáticos para serem usados em suas escolas.

A realização da educação escolarizada tornou-se central para alcançar os objetivos republicanos, devido às teses liberais e democráticas moderadas, dominantes entre os republicanos, desde 1920, para as quais a educação era vista como

[...] fator de resolução de problemas sociais, e porque havia a necessidade objetiva de integrar e disciplinar sobretudo a imigrante para o trabalho na lavoura cafeeira, projetar e realizar a educação escolarizante torna-se a tarefa republicana por excelência, tanto na fase de propaganda quanto na fase de instituição do regime. (HILSDORF, 2003, p. 60-61).

Assim, a construção da sede da *Escola Normal de Piracicaba* foi um marco histórico importante na História da formação de professores no Estado de São Paulo e para atendimento da demanda de professores. Foi, ainda, uma forma de registrar as marcas do Partido Republicano Paulista na região, uma vez que este buscava consolidar o regime republicano, por meio da expansão educação.

2.2 O mercado editorial e editor: o *Jornal de Piracicaba*

A principal característica do mercado editorial brasileiro até a década de 1920 era o consumo de livros importados e livros brasileiros impressos fora do país. Além disso, para se tornar autor, era necessário capital para investir e distribuir os próprios livros, já que as poucas editoras existentes publicavam apenas os livros didáticos, jurídicos e alguns romances de sucesso. A Primeira Guerra Mundial trouxe boas consequências para a indústria brasileira, dificultando a importação de produtos da Europa, pois os produtos importados foram substituídos pelos nacionais e, com isso, entre 1914 e 1920, a indústria manufatureira paulista cresceu por volta de 25% ao ano, inclusive a indústria editorial (HALLEWELL, 2005, p.

311). Como os livros eram impressos na Europa, houve a necessidade de iniciar a indústria gráfica no país, para atender às necessidades brasileiras.

Nas primeiras décadas do século XX, a produção e o consumo de livros ainda eram baixos, devido à dificuldade de publicação; entretanto, os estudos de Cruz (2000) sobre o periodismo na cidade de São Paulo, nos anos 1910, salientam que há nesse momento uma grande expansão de jornais e revistas. O número de tipografias instaladas cresceu significativamente, em função do desenvolvimento econômico e cultural de São Paulo. A leitura, privilégio apenas da elite, começava, ainda que de forma reduzida, a fazer parte do cotidiano das demais classes sociais. Havia necessidade de se produzir materiais que se tornaram rotineiros para a vida cotidiana da cidade. Para Cruz (2000, p. 77), o “movimento de crescimento e circulação de materiais impressos em São Paulo, principalmente da imprensa periódica, acompanha o próprio ritmo de desenvolvimento da cidade”.

No caso de impresso de destinação pedagógica, como a *Revista de Educação*, que buscou fazer a propaganda da *Reforma de 1920*, Nery (2009, p. 60) destaca:

Tais periódicos ajudam a compreender o processo pelo qual as escolas normais do interior do estado se constituem como espaços privilegiados de organização de uma cultura política e pedagógica de formação de professores. Ao analisar tal produção, esse texto busca aproximar-se dos conhecimentos pedagógicos que efetivamente circulam neste ambiente formativo e das práticas instituídas nestas escolas. Este conjunto de elementos permite reavaliar o processo de conformação do modelo de formação de professores no estado para além dos significados adquiridos pela Escola Normal da Capital. O que os professores escrevem sobre educação e ensino é forte indício de quais modelos estão efetivamente sendo privilegiados na formação do professor primário, seja nas aulas organizadas por esses professores, ou nas recomendações de leitura aos alunos. Nestes textos emergem uma série de práticas instituídas que faziam parte de projeto de formação docente.

Desse modo, é importante para este trabalho estudar e compreender o espaço de produção do impresso e o processo que este percorreu, até chegar ao leitor. As condições econômicas e sociais do período em tela foram coadjuvantes, nesse processo. A urbanização, o desenvolvimento econômico e cultural e o entusiasmo pelo progresso, que se instaurava na cidade de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, foram levados também para o interior. Como nos primeiros anos de século XX ainda não havia editoras de grande porte, no Estado, as pequenas tipografias – como a do *Jornal de Piracicaba* – foram responsáveis pelas publicações de livros, revistas, folhetins, cartazes de propaganda, entre outros materiais que circulavam na época. Enfatiza Toledo (2001, p. 23-24):

Nesta conjuntura em que a imprensa *caseira* passa a ser uma alternativa para a circulação de outras idéias, outros projetos ou outras perspectivas que as da elite, a leitura de almanaques, folhinhas, pequenos jornais começa a se expandir e oferecer à população formas alternativas de impressos que, apesar de absorverem muito da linguagem da imprensa tradicional, adaptam-se às condições de produção daqueles sujeitos que passam a produzi-las, inventando novas linguagens e conteúdos.

Com Piracicaba em pleno crescimento, a criação do *Jornal de Piracicaba* foi importante para impulsionar o desenvolvimento, não só econômico, mas também cultural da cidade. Cruz (2000, p. 190) acrescenta:

Através dos jornais e revistas, os circuitos de difusão da imprensa periódica ampliam-se e as relações entre grupos produtores e público leitor redefinem-se. Nos novos veículos, o controle dos conteúdos e formas de contar escapam progressivamente das mãos dos produtores diretos. Tais conteúdos e formas, anteriormente mais articuladas no interior da prática social de associações culturais, clubes ou mesmo grupos de literatos independentes, passam a ser concebidos no interior da estrutura da redação das novas empresas jornalísticas sob a batuta do redator-chefe.

Porém, no fim da década de 1910 e início da década de 1920, o processo de crescimento desse tipo de imprensa começa a declinar, com o aparecimento de novas tecnologias que nem todas as tipografias conseguiram adquirir.

Segundo Queiroz (1998, p. 55), o *Jornal de Piracicaba* foi criado em 1900. No dia 04 de agosto daquele ano foi impressa a primeira edição do jornal, que circula ininterruptamente até os dias atuais. A redação e as oficinas funcionavam no Largo do Teatro. Sua criação foi liderada pelo engenheiro Buarque Macedo, diretor da fábrica de tecidos Arethuzinha. A direção geral era de Alberto da Cunha Horta, enquanto a redação ocorria sob a condução de Antonio Pinto de Almeida Ferraz, que posteriormente foi também editor da *Revista de Educação* e professor da *Escola Normal de Piracicaba*.

A partir de 14 de novembro de 1900, assume a gerência João Pedro de Meira, havendo a primeira mudança da sede, que passou a ser na Rua Moraes Barros, número 188-A. Alberto Horta, por motivos de saúde, deixou a empresa, mudando-se de cidade, na mesma data em que saem Buarque de Macedo e o redator Antonio Pinto de Almeida Ferraz (QUEIROZ, 1998, p. 56).

Em 1º de março de 1904, a direção passou às mãos de Alvaro de Carvalho, perdurando até 13 de fevereiro de 1912. João Franco de Oliveira assumiu a gerência e Pedro Krahenbull a

chefia de redação, Manuel Prates a tipografia, atuando como colaboradores José de Mello Moraes e Pedro Crem (QUEIROZ, 1998, p. 61).

Em 3 de janeiro de 1914, João Franco de Oliveira assumiu o cargo de gerente e, a partir de 8 de novembro de 1923, o jornal passou a ser propriedade de João Franco & Cia., tendo como gerente o próprio Franco e, como redatores, Pedro Krahenbull e Pedro Crem, sendo os dois últimos igualmente proprietários (QUEIROZ, 1998, p. 62).

Por meio da tese de Queiroz (1998) e pela consulta dos exemplares do Jornal, verifiquei que, nas décadas de 1910 e 1920, foram publicadas diversas notícias sobre questões políticas, envolvendo os ideais republicanos, bem como artigos sobre a situação da instrução pública paulista, escritos por professores da *Escola Normal de Piracicaba* e anexas, o que indica que havia relações de amizade e profissionais entre os professores da Escola e os responsáveis pelo Jornal.

Pedro Crem foi lente de Língua Vernácula e Caligrafia, na *Escola Complementar de Piracicaba*, permanecendo como um dos chefes do jornal até 1933. Isso provavelmente contribuiu para ampliar as relações dos professores da Escola Normal e anexas com os redatores e proprietários do jornal. Penso ainda que o professor Antonio Pinto também colaborou nessa aproximação, uma vez que foi a *Tipografia do Jornal de Piracicaba* que produziu a *Revista de Educação* e os livros de professores da Escola, como o livro *Saudades*, de Thales Castanho Andrade³².

2.3 A *Revista de Educação* (1921-1923)

A *Revista de Educação* (1921-1923) é, assim, órgão da antiga *Escola Normal de Piracicaba* e Anexas e foi publicada pelos professores dessas escolas, sendo Lourenço Filho³³ (professor de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal) um dos principais editores e idealizadores do periódico.

³² Sobre a obra de Thales C. de Andrade, ver: STANISLAVISKI, Cleila de F. Siqueira. *Saudade* (1919-2002): a contribuição de Thales Castanho Andrade para o campo da leitura escolar. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNESP, Marília, 2006.

³³ Manuel Bergstron Lourenço Filho nasceu a 10 de março de 1897, na Vila de Porto Ferreira/SP, e faleceu a 3 de agosto de 1970, no Rio de Janeiro. Em 1912, ingressou na recém-criada Escola Normal de Pirassununga, formando-se em 1914. Em 1915, foi nomeado professor primário substituto do Grupo Escolar de Porto Ferreira. Em 1916, mudou-se para São Paulo e diplomou-se pela Escola Normal da Praça, onde foi aluno de Antônio Sampaio Dória. Em 1917, recebeu em Campinas o diploma do curso ginásial. Matriculou-se em 1918 na Faculdade de Medicina, mas interrompeu os estudos no segundo ano. Iniciou o curso de Direito, em 1919 (GANDINI; RISCAL, 2002). Em 1921, aos 23 anos, foi para a Escola Normal de Piracicaba lecionar Psicologia e Pedagogia, começando seus primeiros experimentos sobre a maturidade escolar, que resultaram no livro *Testes ABC*.

Foram encontrados, até o momento, 6 números, divididos em 3 volumes, todos impressos na *Typographia do Jornal de Piracicaba*. O Quadro 1 ao números publicados e o quadro, em anexo, mostra os autores e os artigos de todos os números.

<i>Revista de Educação</i>							
Volume	Fascículo/Nº	Data de publicação	Quantidade de Artigos	Quantidade de páginas	Figuras e fotos	Tamanho	Impressão
I	1	Maio de 1921	14	65	6	14,5 x 20,5 cm	Typographia do Jornal de Piracicaba
I	2	Agosto de 1921	14	92	8	14,5 x 20,5 cm	Typographia do Jornal de Piracicaba
II	1	Maio de 1922	8	62	0	14,5 x 20,5 cm	Typographia do Jornal de Piracicaba
II	2	Outubro de 1922	10	62	0	14,5 x 20,5 cm	Typographia do Jornal de Piracicaba
II	3	Dezembro de 1922	12	72	2	14,5 x 20,5 cm	Typographia do Jornal de Piracicaba
III	1	Setembro de 1923	13	64	0	14,5 x 20,5 cm	Typographia do Jornal de Piracicaba

Quadro 1: Publicações da *Revista de Educação* (1921-1923)

No v. I, nº 2, publicado em setembro de 1922, a *Revista de Educação* traz em sua contracapa a finalidade com que veio a lume:

A *Revista de Educação*, órgão da Escola Normal de Piracicaba e escolas anexas, conforme a sua própria denominação indica, é uma publicação periódica que tem por fim estudar, discutir e divulgar as mais salientes questões que, directa ou indirectamente, se prendem á educação em geral. O objectivo immediato é o de contribuir de uma maneira pratica e tão efficaz quanto possível, para o progresso scientifico do ensino primário e secundário; e, como, nesse ensino o mal mais geral e nefasto é o verbalismo estéril, o aprendizado só de palavras, o cultivo desintelligente e brutal da memória, a “*Revista*” inscreve como primeiro artigo de seu programma o combate systematico a esse desvio de instrucção, que tanto mal causa á formação do espírito da creança, e do adolescente. Por isso mesmo, toda collaboraçã, ao mesmo tempo que orientada nesse sentido, deve ser vasada nos moldes da concisão, da clareza e da precisão da linguagem, fazendo questão das ideas e não só das palavras.

Dará preferênciã aos trabalhos do corpo docente da Escola Normal e anexas e destes sempre, aos que visarem o aperfeiçoamento da maneira de ensinar

as disciplinas do curso primário, complementar e normal. Mas, poderá publicar contribuições de outros professores extranhos, quando realmente valiosas. Poderá, também, mas só excepcionalmente, publicar pequenas traduções, que venham facilitar o estudo dos normalistas. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, v. 1, nº 2, 1921).

Nessa apresentação, a Revista, seus editores e colaboradores já deixam claros os objetivos do periódico em combater o ensino verbalista de mera memorização. Saliento que, no capítulo anterior, com o estudo do pensamento educacional de Sampaio Dória, pude notar as mesmas considerações sobre o ensino verbalista. Com isso, considero que essas considerações podem ser um indício de que a Revista foi criada para fazer a propaganda da *Reforma de 1920* em apoio ao reformador Sampaio Dória.

As capas seguem um padrão de organização em todos os números encontrados, possuem diagramação simples e não têm desenhos. O título está impresso em letras maiores, abaixo vem o respectivo volume e fascículo e, em seguida, está o sumário da edição em letras menores, o que deixa à mostra, na capa, os temas tratados pelos autores nos artigos, para fácil visualização do leitor. Por último – bem abaixo da capa – está a data (mês e ano) de publicação. Abaixo, seguem as capas das Revistas do volume I, número 1 e 2, publicadas em maio e setembro de 1921, e volume III, número 1, de setembro de 1923.

Toledo (2001, p. 6), ao analisar a coleção *Atualidades Pedagógicas* (1931-1981), considera que a padronização em termos de cobertura (capa, lombada, contracapa) e de estrutura interna (estabelecendo-se um modelo ao qual os textos publicados são submetidos), causa um barateamento nos custos gerais, motivado pela unidade da coleção. O editor seleciona os textos e autores, observando certos critérios específicos e formando um conjunto de obras organizado em uma determinada ordem, para públicos diferenciados, cuja qualidade é garantida pela seleção do editor. Assim, a padronização organizacional da Revista pode indicar uma forma de baratear os custos da impressão.

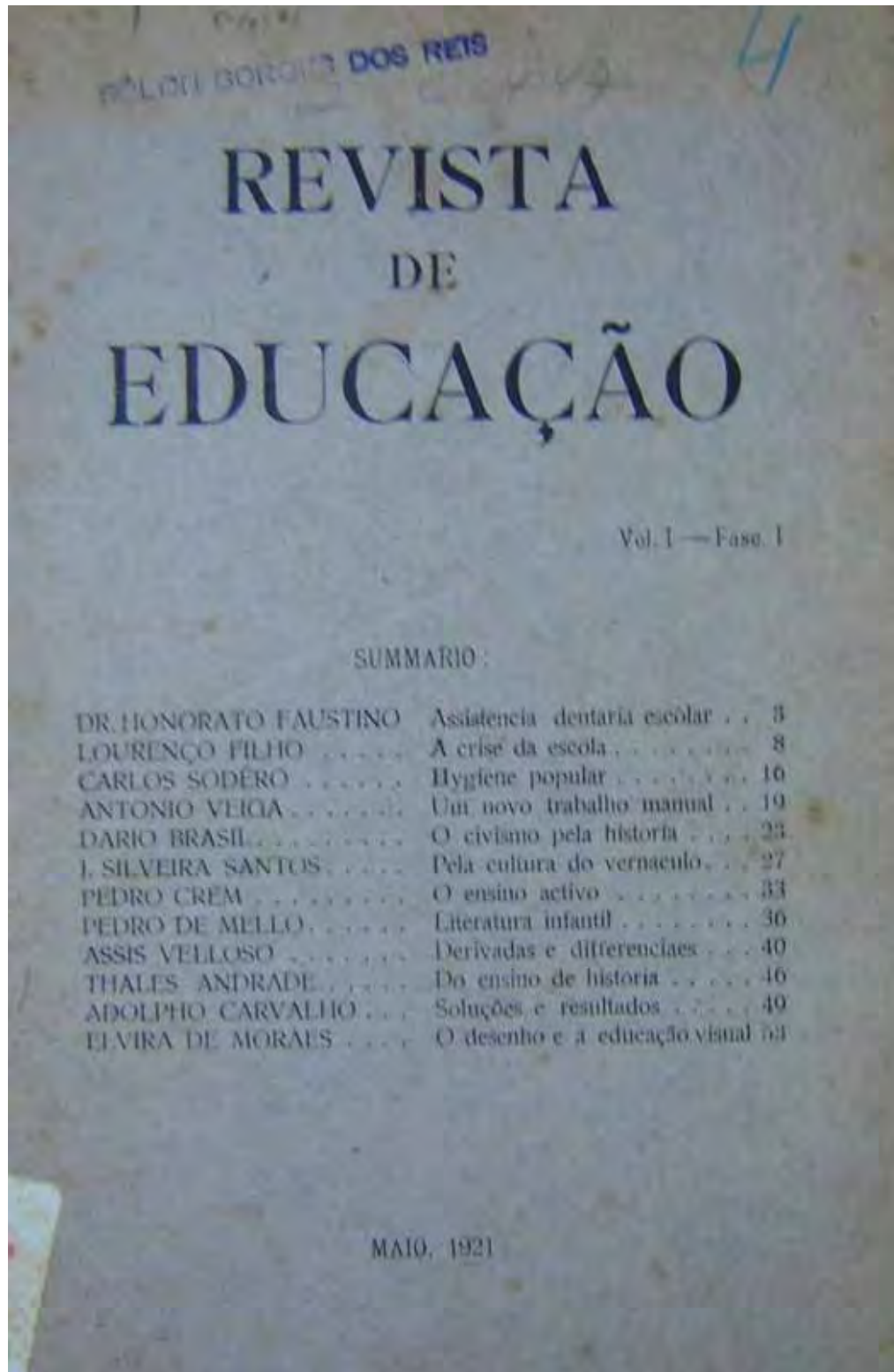


Figura 4: Capa da Revista de Educação volume I, número 1

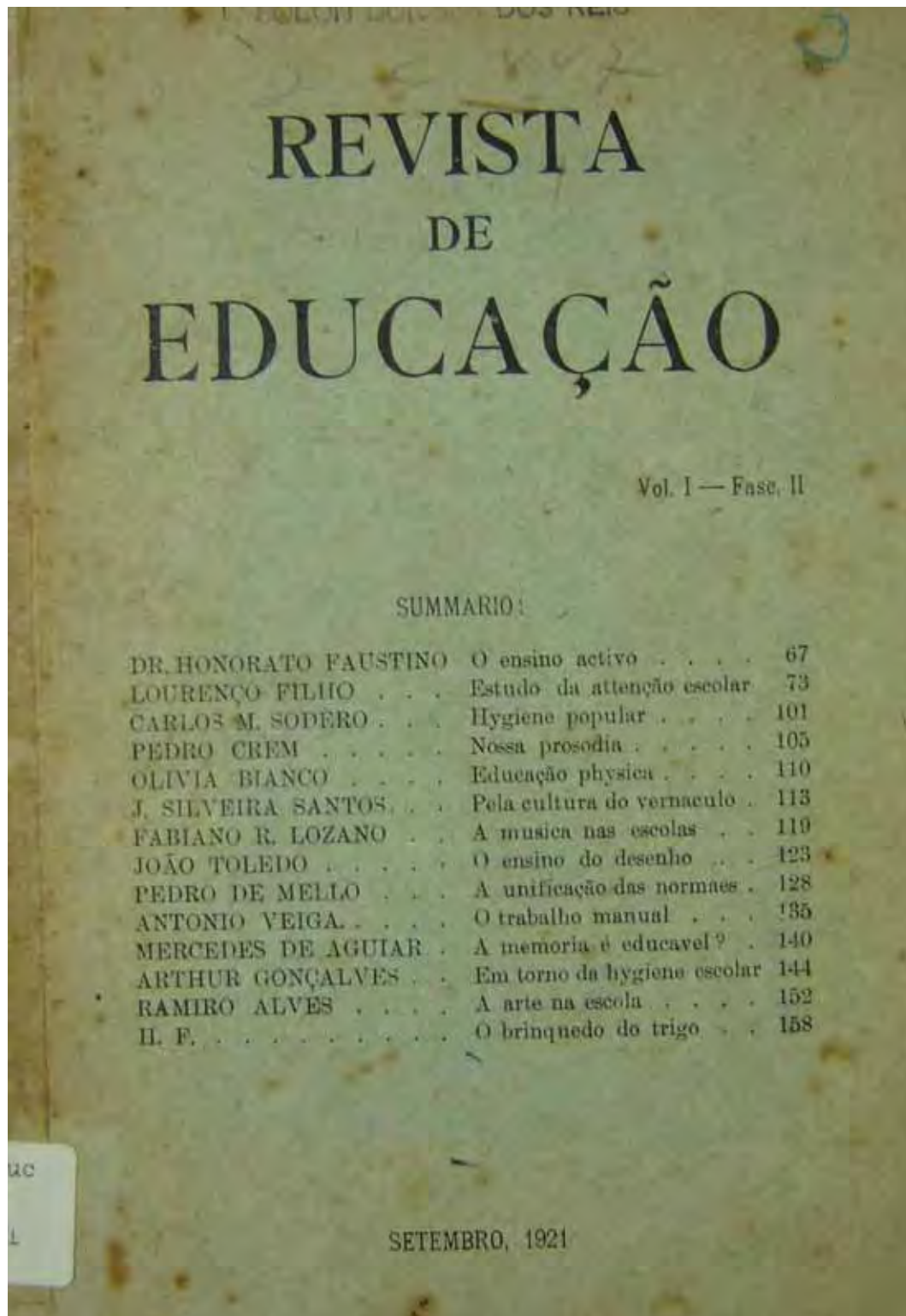


Figura 5: Capa da Revista de Educação volume I, número 2.

REVISTA DE EDUCAÇÃO

Vol. III — Fasc. I

SUMMARIO:

DR. CARVALHO E SILVA	Degradação da prole	3
CARLOS M. SODÉRO	Hygiene no commercio	8
DR. HONORATO FAUSTINO	Ensino de calligraphia	13
PEDRO DE MELLO	Analphabetos	18
FESSEL JUNIOR	Descobrimiento do Brasil	21
DR. ORESTE PENTAGNA	Prophylaxia na escola	23
ELISIARIO ARAUJO	Pratica de ensino	28
H. F.	A liberdade	32
	Carta anonyma	37
	Linguagem escripta	39
SANTOS CORDILHA	Mathematica	46
ANNIBAL S. SANTOS	Educação physica	53
	Varias	60

SETEMBRO, 1923

Figura 6: Capa da Revista de Educação volume III, número 1.

Como apresenta o Quadro 1 acima, o periódico publicou poucas imagens e fotografias, provavelmente por encarecer o produto. A *Revista* tem tamanho de 14,5 cm de comprimento por 20,5 cm de altura; não há informações sobre a tiragem, seu pedido era feito no próprio *Jornal de Piracicaba* e sua assinatura anual era de 8\$000 Réis. Ela era paga com os recursos da própria escola, como consta no *Livro de Registro de Despesas*³⁴ da antiga Escola Normal. Porém, não foram encontrados nos livros de escrituração do arquivo permanente da escola os registros de entrada dos recursos provenientes da venda dos números, o que deixa em aberto a questão da destinação desses recursos. Penso que esses recursos eram revertidos para a produção da própria *Revista*, porque, nesse momento, a impressão era cara.

A *Revista de Educação* tem o mesmo tamanho da *Revista da Escola Normal de São Carlos* e da *Revista de Ensino*, o que pode significar uma padronização dos dispositivos tipográficos da época. Tanto a *Revista de Educação* como a *Revista da Escola Normal de São Carlos*³⁵ apresentam o sumário (ou índice) logo na capa, deixando a primeira vista informações como o título do artigo publicado e seu respectivo autor. Outros periódicos educacionais produzidos na década de 1910, 1920 e 1930 trazem igualmente o sumário impresso na capa, como o jornal *O Estímulo*³⁶, a *Revista Escolar*³⁷, a revista *Escola Nova*³⁸, a revista *Educação*³⁹. Com isso, verifico que a impressão do sumário na capa era uma tendência na produção dos impressos paulistas, nesse momento⁴⁰.

No Quadro 1, observa-se que cada volume publicado representa, de certa forma, uma fase da *Revista*. O volume I (primeiro ano) representa os primeiros passos de publicação da *Revista*, relativa aos dois números; no segundo ano, a publicação de 3 números dá indícios da melhor fase do periódico. Já no terceiro ano, verifica-se que, depois da publicação do v. II, nº 3 (dezembro de 1922), houve o período de quase um ano para abrir o volume III (setembro de

³⁴ Este livro se encontra no Arquivo Permanente da *Escola Estadual Sud Mennucci*, em Piracicaba/SP.

³⁵ Sobre a *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ver: OZELIM, Jaqueline Rampezoti. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. Marília, 2006 (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, 2006.

³⁶ Órgão do grêmio normalista 2 de Agosto da *Escola Normal de São Paulo* (1914 a 1919). Fundado em 1906, o jornal feito pelos normalistas da *Escola Normal Caetano de Campos*, era espaço de homenagens, estudo e discussões acadêmicas. Sobre o jornal *O Estímulo*, ver: SERRA, Áurea Esteves. *As associações de alunos das Escolas Normais do Brasil e de Portugal: apropriação e representação (1906-1927)*. 2010. 290f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

³⁷ Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública Paulista. O então Diretor da Instrução pública, Pedro Voss, organizou a *Revista Escolar*, sob a direção do professor João Pinto e Silva, a qual seria substituída, em 1927, depois da morte de Carlos de Campos e da troca do diretor da Instrução Pública, pela revista *Educação*, resultado da fusão da revista oficial do Estado com a publicação da Sociedade de Educação, dirigida pelos "liberais reformadores".

³⁸ Segunda fase da revista *Educação*, órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo.

³⁹ Esse número publicou o *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, redigido por Fernando Azevedo, em 1932.

⁴⁰ Sobre esses periódicos, ver: NERY, Ana Clara B. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embate no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

1923). Isso pode ser uma indicação de decadência (período de dificuldades de publicação ainda desconhecidas) da Revista. Por outro lado, no fim do v. III, nº 1, a Revista informa: “Na impossibilidade de fixar épocas para o aparecimento desta revista, as assinaturas já tomadas ou por tomar, serão consideradas de ora em diante por series de tres numeros na importancia de 6\$000” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, v. III, nº 1, 1923, p. 64). Essa informação demonstra que havia o objetivo de continuar a publicação do periódico, porém, o v. III, nº 1 foi o último da coleção encontrado. Em relação ao preço da *Revista*, tenho a hipótese de que os exemplares recém-produzidos, ou seja, os lançamentos, custavam 8\$000 Réis, enquanto os exemplares anteriores eram vendidos em séries de três números por 6\$000 Réis, como consta na citação acima. Penso que diminuir o preço dos exemplares anteriores seria, além de uma estratégia de venda, uma forma de fazer a *Revista* circular, uma vez que o preço era mais acessível.

A *Revista de Educação* (v. III, nº 1) organiza alguns artigos divididos em seções. Essas seções são uma novidade apresentada apenas no volume III, uma vez que os volumes anteriores não se estruturavam dessa maneira. A *Revista* traz a seção “Variedades” com o artigo *Analphabetos*, e a seção “Para as Creanças”, com o artigo *Descobrimto do Brasil*; a seção “Varias” encerra o número 1, com algumas notas informativas sobre a *Escola Normal de Piracicaba e anexas*.

Como apontei no Quadro 1, a *Revista de Educação* teve vida relativamente curta, com apenas seis números. A ida de Lourenço Filho (maior idealizador da Revista) para reformar a Instrução Pública no Ceará pode ter contribuído para a extinção desse órgão. De acordo com Hisldorf (1998), a Revista teve os seguintes redatores:

- Honorato Faustino - o diretor da *Escola Normal de Piracicaba e anexas* (único autor que publicou artigos em todos os números);
- Antônio Pinto de Almeida Ferraz e Lourenço Filho - professores da Escola Normal;
- Pedro Crem, Dário Brasil, Antônio dos Santos Veiga e Maria Graner – professores da Escola Modelo anexa à Escola Normal.

A *Revista de Educação* publicou artigos de professores e diretores, textos escritos por alunos e por outros profissionais ligados à área de educação. As mulheres tiveram menor participação do que os homens, talvez porque havia, nesse período, mais homens do que mulheres lecionando nas escolas normais.

É importante mencionar que há artigos sem identificação de autoria e outros assinados somente por iniciais, como Q.E.D. e H.F., este último parecendo ser de Honorato Faustino,

Diretor da Escola Normal, um dos principais colaboradores da Revista, publicando em todos os números. Em anexo, apresento um Quadro com a relação da todos os autores e artigos.

2.4 A organização conteudística: as temáticas gerais da *Revista de Educação*

O contexto em que a *Revista de Educação* é publicada foi de efervescência cultural, política e social, haja vista os vários acontecimentos que marcaram o momento histórico, como a Primeira Guerra Mundial, a Semana de Arte Moderna e o Centenário da Independência do Brasil. De fato, segundo Nagle (1974), a década de 1920 foi caracterizada em todo o país pela efervescência ideológica, pela inquietação social, pela perturbação provocada pelas campanhas presidenciais, pelo alastramento de incursões armadas, pelas lutas reivindicatórias do operariado e pressões da burguesia industrial.

Nesse momento, na cidade de Piracicaba, havia um grupo de intelectuais nascidos ou formados profissionalmente na cidade, que colocavam em circulação as ideias da época. Lourenço Filho, que será um dos expoentes do movimento de renovação educacional, fez parte desse grupo de intelectuais, ao ser transferido da *Escola Normal da Capital* para a *Escola Normal de Piracicaba*. Hilsdorf (1998) argumenta que, segundo J. M. Ferreira⁴¹, eles formavam um “Bloomsbury caipira⁴²”, já que a intensa atividade cultural e artística que desenvolviam, além das referências culturais comuns, era acompanhada por laços de amizade e parentesco. Isso demonstra que Piracicaba estava em forte expansão, naquele momento, e em consonância com os anseios republicanos de então.

É nesse contexto que a *Revista de Educação* é publicada pelos professores da *Escola Normal de Piracicaba* para contribuir com a formação de professores primários, discutindo as questões educacionais e, principalmente, fazendo a propaganda da Reforma de 1920, legitimando-a. A *Revista de Educação* surge imediatamente após a publicação da *Reforma do Ensino de 1920* (lei nº. 1.750 de 8 de dezembro de 1920), na administração de Sampaio Dória na Diretoria Geral da Instrução Pública. Dória foi sócio e um dos fundadores da *Liga Nacionalista de São Paulo* e, na Reforma, incorporou também os ideais nacionalistas defendidos por esse grupo.

Conforme Hilsdorf (1998, p. 98), Sampaio Dória envia às Escolas Normais do interior paulista seus colegas da Escola Normal da Capital, para fazerem a propaganda da Reforma e

⁴¹ Autor citado por Hilsdorf (1998).

⁴² Faziam parte desse grupo os professores Lourenço Filho, Thales Castanho de Andrade, Fabiano Lozano, Honorato Faustino e outros, que atuavam em torno do *Jornal de Piracicaba*.

auxiliar na sua efetivação. Assim, Lourenço Filho, amigo e ex-aluno de Doria, foi encaminhado para a *Escola Normal de Piracicaba*, como professor da cadeira de Pedagogia e Psicologia e, em comissão, para a de Prática Pedagógica – as mais importantes da instituição, aquelas que iriam imprimir aos trabalhos escolares as novas diretrizes pedagógicas – por isso, a importância é dada a essas cadeiras, que passaram a ser ocupadas por pessoas próximas a Doria. Lourenço Filho, ao contrário do que ocorreu com os ex-professores da *Escola Normal de São Carlos*, que, além de assumirem a cadeira de Pedagogia e Psicologia, responsabilizaram-se igualmente pela direção das Escolas, não ficou com a direção, que continuou a ser exercida por Honorato Faustino, fato esse que demonstra a relevância do diretor, no cenário educacional, o qual anos mais tarde assumiria a direção da *Escola Normal da Capital*.

A vinda de Lourenço Filho para Piracicaba não foi um ato do tipo “remoção de cadeira”, tão comum na vida dos professores: ela está diretamente ligada à implantação da reforma do sistema público paulista empreendida por Antonio Sampaio Doria em fins de 1920 (decreto 1750, de 08/12/1920). [...] Para dar conta desse radical programa, Sampaio Doria colocou em pontos-chaves, administrativos e pedagógicos, da organização paulista de ensino, nomes do universo escolar comprometidos com ele, quer do ponto de vista do partilhamento das idéias, quer do ponto de vista das relações pessoais, professores jovens, muitos deles ex-alunos, adeptos das novas teorias do ensino e simpatizantes ou membros, como ele, da Liga nacionalista – que objetivava a nacionalização do país e a desalfabetização. (HILSDORF, 1998, p. 96-98).

No entanto, Nery (2009, p. 121) levanta a hipótese de que essa nomeação representou uma tentativa de reequilibrar as forças, desestabilizando a hegemonia do grupo de professores organizados em torno da *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923). Como mencionei acima, para garantir com êxito a aceitação da Reforma, Sampaio Doria promove uma série de trocas, no corpo docente das instituições. De acordo com Nery (2009, p. 51), Doria fez uma reorganização, transferindo os professores da *Escola Normal Secundária de São Carlos* para as antigas Escolas Normais Primárias. Dessa forma,

[...] temos a transferência da Escola Normal de São Carlos de João Toledo para a Escola Normal de Campinas, de Carlos da Silveira para a Escola Normal do Braz e de Antonio Firmino de Proença para a Escola Normal de Pirassununga. O maestro Lazaro Lozano, professor de música é transferido para a Escola Normal da Capital, para ocupar a 1ª Aula. Mario Natividade, lente de matemática, foi transferido para a Escola Normal de Campinas. Do conjunto de colaboradores da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, além destes, o diretor do Grupo Escolar Paulino Carlos, Elisiário Fernandes de

Araújo, assumirá a direção da Escola Normal de Casa Branca. Da Escola Normal Secundária de São Paulo, Lourenço Filho vai para a Escola Normal de Piracicaba. Pedro Voss continua à frente da Escola Normal de Itapetininga, o mesmo ocorrendo com Mariano de Oliveira, na direção da Escola Normal de São Carlos e com Honorato Faustino em Piracicaba.

Das Escolas Normais Primárias foram feitas remoções para as demais escolas da mesma categoria. Da Escola Normal Primária de Piracicaba foram removidos Elias de Melo Aires para a cadeira de História e Geografia da Escola Normal de Pirassununga e João Dutra para a Aula de Desenho da Escola Normal de Casa Branca.

É possível notar que, em São Carlos, houve o maior número de alterações no corpo docente. Isso pode ter ocorrido, segundo Nery (2009, p. 120), como forma de desarticular o grupo de professores que colaboravam para a *Revista da Escola Normal de São Carlos*, tendo em vista que “este grupo parece ter forte ligação com Oscar Thompson”, ex-Diretor Geral da Instrução antes de Dória.

A ida de Lourenço Filho à Piracicaba onde, dentre outras ações, criou um periódico, pode significar uma tentativa de fazer frente àquele periódico sancarlense. Este cenário indica que haveria disputas entre os que apoiavam Oscar Thompson e aqueles que coadunavam com as orientações de Sampaio Doria. (NERY, 2009, p. 121).

Os periódicos publicados nas *Escolas Normais de Piracicaba* e *São Carlos* ganharam força, no campo educacional, funcionando como legitimadores de saberes, práticas e agentes determinados, levando-os à disputa pela hegemonia no cenário educacional. Com a remoção dos professores, a *Revista da Escola Normal de São Carlos* perdeu seus maiores colaboradores. Para Silveira, “a dispersão foi fatal à revista e acarretou o desaparecimento della” (SILVEIRA⁴³, 1929, apud NERY, 2009, p. 120).

Como mencionei, em trabalhos anteriores⁴⁴, a *Revista de Educação* foi criada como estratégia editorial para fazer a propaganda da *Reforma Sampaio Doria*, contribuindo para sua efetivação. Contudo, há igualmente indícios de que a *Revista de Educação* objetivava desarticular a *Revista da Escola Normal de São Carlos*, cujos colaboradores apoiavam o ex-diretor Oscar Thompson.

É importante ressaltar, neste trabalho, que o “projeto” da *Revista de Educação* foi pensado para essa finalidade, porém, quando o v. I, nº 1 foi publicado, Doria já não estava mais à frente da Direção Geral da Instrução Pública paulista. Mesmo com isso, Doria não deixou de

⁴³ SILVEIRA, Carlos da. Apontamentos para uma história do ensino público em São Paulo- Revistas de Ensino. Revista de Educação, v.3, n.3, jun. 1929.

⁴⁴ INOUE, Leila Maria. *Divulgando “novos” ideais de formação docente: a Revista de Educação (1921-1923)*. Marília, 2007 (Monografia de Conclusão de Curso) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2007.

influenciar as publicações da *Revista de Educação* e as discussões sobre a instrução no cenário educacional paulista,⁴⁵ depois de sua exoneração.

O periódico publicou artigos sobre diversas temáticas, identificadas como: alunos, professores, ensino, escola normal, reformas, administração do ensino, saberes e práticas. As temáticas presentes na Revista estão relacionadas ao contexto político, econômico, cultural, social e, principalmente educacional, vivido naquele momento no Estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, no que se refere às tentativas de modernização do ensino e extinção do analfabetismo, buscando formar uma sociedade nova. Alguns temas concernem às disciplinas da Escola Normal, dirigidos especialmente para a formação dos normalistas, como Prática Pedagógica, História, Português, Ciências, Desenho, Trabalhos manuais, Música etc., além de auxiliar no trabalho dos professores que já atuavam na escola primária. Os artigos, de modo geral, contribuíam para a propagação dos ideais da *Reforma de 1920*, trazendo o nacionalismo como principal elemento. Desse modo, analisarei os artigos que discutiam os elementos nacionais, moral e civismo, higiene, arte e língua vernácula, de maneira mais aprofundada, no Capítulo 3.

Os artigos eram escritos por professores, inclusive de outras Escolas Normais do Estado de São Paulo, como Campinas, Pirassununga e Casa Branca, por alunos e outros profissionais, como médicos, por exemplo. Entre os autores, destaco a participação do professor Lourenço Filho, que considero ser um dos maiores idealizadores da Revista. Depois de sua ida ao Ceará, em 1922, para ser Diretor da Instrução Pública desse Estado, Lourenço Filho ainda contribuiu com a formação dos professores e divulgação dos saberes pedagógicos, em Piracicaba. Pode ter sido ele o responsável por proporcionar a troca de correspondências entre normalistas cearenses e paulistas, fato registrado no artigo “Mensagens entre estudantes”, publicado pela *Revista de Educação* (v. II, nº 2, 1922). No mesmo número, aparece, no artigo “Correspondência Infantil” (v. II, nº 2, 1922), uma carta trocada entre alunos do Grupo Modelo de Piracicaba e escolas do Ceará. Em nota, a Revista informa que foi a Diretoria da Escola quem teve a ideia de promover a troca de correspondência entre os alunos do Grupo Modelo e outras escolas brasileiras e estrangeiras. Vale ressaltar a importante contribuição da *Revista de Educação* à circulação de modelos culturais. Como

⁴⁵ A influência de Doria no setor educacional, após sua exoneração, pode ser vista nas questões que envolvem o *Inquérito de 1926*, elaborado por Fernando de Azevedo para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a pedido de Julio de Mesquita Filho. Sobre o inquérito, ver: AZEVEDO, Fernando de. *A educação na encruzilhada: problemas e discussões*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

exemplo, cito o artigo “Prática Pedagógica⁴⁶”, publicado no v. II, nº 1. Este é um dos poucos artigos de Lourenço Filho⁴⁷ publicado pela Revista e que está incluído em uma coletânea de textos do autor, intitulada *A Formação de Professores: da Escola Normal à Escola de Educação*, que foi organizada por Rui Lourenço Filho, em 2001. Esse texto de Lourenço Filho foi apresentado por Sampaio Dória na *Conferência Interestadual do Ensino Primário*, no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1921, como modelo de programa de ensino. O programa de Lourenço Filho seria um ensaio do que os professores teriam que apresentar, no exercício da autonomia didática (medida proposta pela Reforma de 1920). O artigo

‘Plano de prática pedagógica’ (1922) é um documento histórico-pedagógico de muita significação. Designado para reger a Prática Pedagógica na Escola Normal de Piracicaba, Lourenço Filho elabora o plano em 1921, executa-o com seus alunos e, para debate e orientação dos professores, publica-o na Revista de Educação (v. 22, fasc. 1, 1922), da Escola Normal de Piracicaba. O autor leva o documento a seu mestre e professor Antonio de Sampaio Dória, que iria representar a Liga Nacionalista de São Paulo, na Conferência Interestadual de Ensino Primário, reunida no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1921. Sampaio Dória apresenta na conferência uma extensa e séria “Memória sobre a educação nacional” (Anais..., p. 351-389). O trabalho de Lourenço Filho é apresentado, em anexo, “por amostra do que vai ser a prática pedagógica. É um ensaio para programa definitivo, que, no exercício da autonomia didática, terá de apresentar, no ano próximo, à aprovação do governo”.

No dia seguinte ao da conferência, o professor Lourenço Filho tornou-se um nome nacional. (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 5).

Ao final do Programa, há uma nota explicativa informando que ele está em conexão com as disciplinas de Psicologia (3º ano) e de Pedagogia Experimental (4º ano), fazendo com que os alunos primeiro verificassem na prática, em Prática Pedagógica, o que veriam na teoria, nas disciplinas do 3º e 4º.

No 3º ano, os alunos já tinham o conhecimento do ambiente que mais convém às classes de ensino, e

[...] iniciam-se agora, no estudo, igualmente objetivo e experimental, do regimen escolar. Como o curso está em paralelismo com o de “Psychologia geral e aplicada á educação”, e bem assim com o de “Anatomia e Psycologia Humanas”, é possível, sem complicações theoricas, um rápido exame

⁴⁶ O artigo é o programa da disciplina Prática Pedagógica destinada aos alunos do 3º e 4º ano do curso Normal de Piracicaba elaborado pelo professor Lourenço Filho.

⁴⁷ Segundo Hilsdorf (1998), Lourenço Filho foi influenciado pelos livros de psicologia encontrados na Biblioteca do Colégio Piracicabano através dos quais redirecionou seus estudos segundo a linha norte americana de testes psicológicos. Foi então que na escola Modelo, anexa à *Escola Normal de Piracicaba*, que Lourenço Filho realizou os testes e publicou os primeiros resultados dos seus estudos.

científico da criança e a do aluno. O programma procura responder assim a uma nova indagação, A QUEM SE ENSINA, e o faz indicando os praticantes na compreensão da necessidade do methodo. (LOURENÇO FILHO, 1922, p. 52).

No 4º ano,

[...] depois do estudo pratico do ambiente e do regimen escola, do conhecimento de “psychologia aplicada á educação”, e, agora , pari passu com o da “pedagogia experimental”, os alumnos se exercitam a dar aulas, applicando conscientemente os preceitos da methodologia especial de cada disciplina. O programma procura responder assim ás indagações finaes: QUE SE ENSINA? E COMO SE ENSINA? (LOURENÇO FILHO, 1922, p. 54).

Sendo assim, compreendo que, no 3º ano, com as aulas de Anatomia e Psicologia, os normalistas teriam os conhecimentos sobre a organização da escola e sobre o desenvolvimento infantil, para que, no 4º ano, por meio da pedagogia experimental, pudessem exercitar o que aprenderam nas disciplinas do curso.

A *Revista* se destaca também como importante veículo de disseminação de saberes educacionais, pela publicação do artigo “Estudo da Atenção Escola” (v. I, nº 2, 1921), de Lourenço Filho. No livro *Testes ABC: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita*, Lourenço Filho (1934, p. 35) informa que suas primeiras pesquisas sobre a questão da maturidade escolar, que resultaram nesse livro, foram realizadas na escola-modelo anexa à *Escola Normal de Piracicaba*, e seus primeiros questionamentos sobre a atenção e maturidade escolar foram registrados no artigo “Estudo da Atenção Escolar”, publicado pela *Revista de Educação*. Nesse artigo, o autor explicita que o conhecimento do funcionamento da mente infantil pode ajudar o trabalho do professor. Fator importante para o ensino, despertar e manter a atenção da criança é tema central do artigo. Para tanto, o professor deve ter preparo técnico e moral. Concebendo o ensino como arte, o autor afirma que a “intuição, onde todo conhecimento se assenta, não é um mero agrupamento de sensações”, mas, “um producto da actividade da propria intelligencia cognoscente, desde que ela percebe e julga as impressões sensoriais” (LOURENÇO FILHO, 1921, p. 75). O interesse é essencial e, nesse sentido, cabe ao professor despertar o interesse dos alunos sobre as questões trabalhadas, para que estes se mantenham atentos e a aprendizagem ocorra. Numa segunda parte do artigo, a que o autor intitulou *Aplicações Pedagógicas*, há um conjunto de fatores que deveriam ser seguidos pelos professores das escolas primárias, para manter a atenção escolar, evitar a fadiga – um dos fatores que impedem a atenção – e, sobretudo, despertar o interesse. Os principais

autores citados são William James e Claparède, além de Compayre e Sampaio Doria. Cita ainda outros autores que, apesar de considerar leituras recomendáveis, não abordavam a atenção escolar, como Faria de Vasconcellos e Binet. A presença desses autores demonstra que Lourenço Filho está atento ao movimento pedagógico internacional, não apenas norte-americano, mas também europeu. Segundo Nery (2009, p. 113)

Este artigo é considerado por Almeida Junior (1946) como estudo pioneiro na área dos testes psicológicos, área sobre a qual Lourenço Filho se tornou referência ao publicar seu livro *Testes ABC*. Segundo Hilsdorf (1998) Lourenço Filho, ao lado de Honorato Faustino, propôs aos alunos da Escola Normal que realizassem as medidas de acuidade visual e auditiva dos alunos da Escola Modelo, anexa à Escola Normal. A partir dos resultados os alunos eram classificados e divididos nas diversas classes. A finalidade desses exames era a melhoria do ensino da linguagem. Ao contrário dos testes realizados nos laboratórios de Psicologia instalados após a vinda de Ugo Pizzoli ao Brasil, em que havia um conjunto de medidas antropométricas no estudo da capacidade de aprendizagem do aluno, os testes desenvolvidos por Lourenço Filho privilegiavam a acuidade visual e auditiva, como fatores importantes para a manutenção da atenção e o controle sobre a fadiga escolar.

Na seção *Movimento Escolar*, no 1º número da *Revista de Educação*, há uma breve notícia sobre a criação do Gabinete de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal de Piracicaba, ainda em 1920. Segundo consta, nesse Gabinete eram desenvolvidas experiências sobre a memória infantil, a imaginação, a associação de ideias e o raciocínio, para subsidiar as aulas de Psicologia e de Metodologia Especial. Esses mesmos testes foram realizados na Escola Modelo, anexa à Escola Normal do Estado, no Ceará, por Lourenço Filho.

Esse fato demonstra a importância da *Revista* e da *Escola Normal de Piracicaba*, no cenário educacional brasileiro, tendo em vista que o livro *Testes ABC* teve repercussão mundial. Na foto abaixo, aparece Lourenço Filho (no centro da imagem), com um grupo de normalistas, fazendo os testes nas crianças do grupo-modelo.



Figura 7: Foto de Lourenço Filho (no centro) aplicando os testes nos alunos da Escola Modelo anexa à Escola Normal de Piracicaba.

A Revista apresenta muitos artigos relacionados aos elementos nacionalistas. Antunha afirma que o fundamento da *Reforma Sampaio Doria* pode ser encontrado no nacionalismo, no civismo e na ideia de que a educação é fundamental para o crescimento nacional.

Se procurarmos, agora, estabelecer o traço de convergência e o fundamento mais longínquo de todos os elementos unificadores que encontramos presidindo a concepção da Reforma e a sua própria execução, poderíamos talvez encontrá-los exatamente no nacionalismo e no civismo que inspiraram o reformador e na ideia de que a educação é o elemento fundamental da mudança das instituições e a base da grandeza nacional. (ANTUNHA, 1976, p. 217).

Nessa perspectiva, como a *Revista* foi pensada para fazer a propaganda da *Reforma de 1920*, publicou artigos que visavam a divulgar o nacionalismo, enfatizando a Educação Moral e Cívica, o escotismo, a higiene, os elementos nacionais – como a História, a língua, a arte e o canto de músicas patrióticas⁴⁸ – e a ideia de educação renovada, abordando as medidas propostas pela Reforma que modificavam a organização da instrução pública.

Uma das mudanças feitas pela Reforma foi a unificação das Escolas Normais Paulistas. O artigo *A Unificação das Escolas Normas*, de Pedro de Mello (v. I, nº 2, 1921), menciona

⁴⁸ Os artigos que tratam desses temas serão analisados mais profundamente no Capítulo 3 desta Dissertação.

que a Reforma reorganizou todas as escolas normais segundo o padrão da *Escola Normal Secundária*, e que essa mudança trouxe benefícios aos professores.

A *Revista*, em consonância com as ideias da *Reforma de 1920*, defendeu o ensino ativo e o uso do método intuitivo, em oposição ao ensino tido como “tradicional” ou verbal, de decoração e repetição. *O Ensino Activo nas Escolas Normaes e Complementares*, escrito por Honorato Faustino (v. I, nº 2, 1921), cita logo nas primeiras linhas o artigo 255 da Reforma Sampaio Doria, em que, segundo o autor, o ensino deve estar baseado no aprendizado ativo, com o desenvolvimento da iniciativa intelectual e da faculdade crítica do aluno. Tece elogios às modificações feitas pela Reforma, estatuinto que a elaboração dos programas de ensino fosse feita pelos próprios professores que iriam aplicá-los. Após um conjunto de orientações aos professores, para estruturação dos programas nos moldes do ensino ativo, completa o autor:

São hoje inteiramente condenadas no *ensino activo*, inteligente, perfeitamente orientado pelos preceitos da *moderna arte de ensinar*, as postillas (sic) e lições dictadas ou lidas, que amortecem no alumno a iniciativa intellectual e a faculdade de critica, encaminhando-o para a escravidão mental e abuso da memoria, com prejuizo do desenvolvimento e educação das faculdades nobres do espírito. (FAUSTINO, 1921, p.71).

Ensino ativo e a moderna arte de ensinar são preceitos postos pelo autor e que compõem o quadro da Pedagogia Moderna. Não há, nesse artigo, nenhuma menção a autores em que poderia se basear Faustino, ao escrever o artigo. Ao final, sugere que o professor indique leituras aos alunos, para que estes frequentem as bibliotecas escolares, que deveriam ser fomentadas pelo Estado, com “obras de real valor”. Assim como Honorato Faustino, Manuel Dias de Almeida⁴⁹, no artigo *Methodologia das Sciencias Physicas Naturaes Nas Escolas Complementares*, argumenta que o ensino deve ser feito intuitivamente, utilizando os recursos da memória visual, através de experiências demonstradas diante dos alunos (ALMEIDA, 1921, p. 31).

A Reforma de 1920 criou o *Museu Escolar*, que deveria ser formado por coleções de objetos naturais e artificiais, com a orientação dos professores e apoio dos alunos. Este era condição essencial para a aplicação do método intuitivo. Na *Escola Normal de Piracicaba*, os responsáveis pelo *Museu Escolar* foram os professores Honorato Faustino e Lourenço Filho. Na seção *Movimento Escolar*, há a notícia da instalação do Museu, que conta com materiais trazidos pelos próprios alunos do curso primário para os estudos de ciências naturais. A breve notícia ressalta que, depois da instalação do museu, verificou-se um maior interesse nos

⁴⁹ Lente de Ciências Físicas e Naturais na Escola Complementar de Piracicaba.

estudos em ciências naturais pelos alunos. Também nessa seção, há informações de que as instalações do Laboratório de Química estão quase concluídas. No fascículo 5, há uma foto dos normalistas fazendo experiências nesse laboratório. No fascículo 1 da Revista, o artigo “*Museu Escolar*” – sem identificação do autor –, aborda que, com instalação do museu, o ensino será ativo e não apenas com palavras (1921, p. 61).

Alguns artigos da *Revista de Educação* tratavam especificamente das disciplinas do ensino normal. Com a *Reforma da Instrução Pública de 1920*, segundo consta no Anuário de Ensino de 1920-1921, as cadeiras do Ensino Normal ficaram distribuídas da seguinte forma:

1º ano: Português, Latim, Francês, Matemática, Geografia e Cosmografia, História do Brasil, Desenho, Música e Ginástica.

2º ano: Português, Latim, Francês, Matemática, Corografia do Brasil, Física, Desenho, Música e Ginástica e Prática Pedagógica.

3º ano: Português, Latim, Química, Anatomia e Fisiologia Humana e Biológica, Psicologia, Desenho, Música e Ginástica e Prática Pedagógica.

4º ano: Literatura Vernácula, Higiene, História Geral, Pedagogia e Didática (regência de classe)

Ao observar as cadeiras da Escola Normal, após a *Reforma de 1920*, e os temas e assuntos abordados pela *Revista de Educação*, vejo que os autores se preocupavam em retratar os saberes estudados nas cadeiras da Escola, como Higiene, Música, Desenho, Didática, Ginástica (educação física), entre outras⁵⁰, o que, de certa forma, é uma estratégia para a divulgação das mudanças propostas pela Reforma na reorganização do conteúdo de ensino.

A *Reforma Sampaio Doria* pretendeu inverter a lógica que preside à institucionalização do método intuitivo pela *Reforma Caetano de Campos* (1891), em que o método era atrelado à prática, uma vez que nessa reforma o importante era um ensino enciclopédico (NERY, 2008, p.17). O método intuitivo, ou de intuição analítica, era fundamental para o desenvolvimento da capacidade de aprender do aluno, ou seja, o método se dissociava da prática, porque nele se encontrava a base do ensino, “enraizando a prática docente no campo discursivo das prescrições metodológicas deduzidas de fundamentos científicos” (CARVALHO, 2003, p.

⁵⁰ Ver, em anexo, o Quadro com todos os artigos publicados pela *Revista de Educação*.

114). Mesmo assim, professores, como Lourenço Filho, ainda pensavam na pedagogia como arte: ensinar a ensinar é

[...] fornecer esses modelos, seja na forma de roteiros de lições, seja na forma de práticas exemplares cuja visibilidade é assegurada por estratégias de formação docente, preferencialmente dadas a ver em Escolas Modelos, anexas às Escolas Normais, como previra, por exemplo, a pedagogia moderna tal qual foi implantada no Estado de São Paulo, no bojo das providências com que os republicanos históricos projetaram instaurar o novo regime, abrindo o caminho do Progresso. (CARVALHO, 2003, p. 143).

Com o estudo da *Revista de Educação*, verifico que são apropriadas as ideias de autores como Pestalozzi, Herbart, Binet ao lado de Montessori, Claparède e Dewey. Nota-se a ausência de Spencer, como um dos principais autores da Pedagogia Moderna, presente no livro de Sampaio Doria. Os artigos defendem um ensino ativo, o desenvolvimento de capacidades cognoscíveis dos educandos, tentando desenvolver alguns princípios pedagógicos que subsidiariam a prática do professor. Como o periódico foi publicado até 1923, não é possível constatar as mudanças no campo pedagógico e político que irão direcionar a educação e o nacionalismo em São Paulo.

Segundo Carvalho (2003), as décadas de 1920 e 1930 marcaram a passagem da Pedagogia Moderna para a Pedagogia da Escola Nova. Com isso, Nery (2008, p. 17) salienta que:

Seria no abandono da ideia de Pedagogia como Arte de Ensinar e no entendimento desta como Científica, baseada em fundamentos teóricos e metodológicos derivados principalmente da psicologia, que se estabeleceu uma nova forma de conceber a educação e o ensino, na chamada Pedagogia da Escola Nova.

Com isso, a *Revista de Educação* foi publicada em um momento em que as duas posições pedagógicas – pedagogia moderna e escola nova – se misturavam e se contrapunham ao mesmo tempo, pois compreendo, por meio dos estudos de Carvalho (2003), que uma deriva da outra, razão pela qual a Revista traz, em suas páginas, as marcas dessa disputa.

A *Escola Normal de Piracicaba*, após a Reforma de 1920, passa a incorporar um conjunto de práticas que, ao que parece, tinha por finalidade formar o professor a partir de atividades que pudessem ser reproduzidas na Escola Primária. A maioria dessas práticas estava alicerçada na necessidade de visualização, como dado essencial da aprendizagem e

como possibilidade de posterior reprodução. Os artigos *Para a Prática*⁵¹ I, II e III são exemplos de atividades que seguem o método intuitivo, sugeridas pelos autores, que podem ser reproduzidas na sala de aula. O artigo *Para a Prática* (v. II, nº 1, 1922) descreve a importância da correção das atividades pelos alunos e defende a ideia de se transformar a correção individual em correção coletiva, pois torna o aprendizado mais ativo e, também, defende que o ditado bem feito é um exercício de linguagem e cultura geral, que leva o aluno a usar suas funções mentais.

Uma questão que ainda permanece é se tais práticas já não estavam presentes antes mesmo da reforma Sampaio Dória. O periódico, enquanto estratégia de legitimação e enquanto objeto de disputa, parece marcar esse momento da educação paulista como inovador, como se houvesse certo rompimento com o período anterior.

Desse modo, diante das mudanças “inovadoras” propostas pela Reforma Sampaio Dória, os futuros professores precisariam ser formados de acordo com a nova base ideológica, pois seriam eles que colocariam em prática tais medidas. Sendo assim, considero que a *Revista de Educação* teve como principal objetivo fazer a propaganda da Reforma, contribuindo, dessa forma, para a propagação de “novos” ideais de formação de professores⁵².

2.5 A circulação da *Revista de Educação* e os leitores

A circulação desse periódico pode ser mapeada através dos artigos publicados pelo *Jornal de Piracicaba*, o qual publicou igualmente artigos de alguns professores da *Escola Normal de Piracicaba*. Um desses artigos enfatiza:

Já tomaram assignatura da “Revista de Educação”, os sr. Dr. Sampaio Dória, Dr. Ruy de Paula Souza, prof. José A. Antunes, prof. Roldão de Barros, dr. Baptista de Castilho, d. Luiza Avolio, d. Aracy de Oliveira Camponez do Brasil, profs. D. Lydia Pereira Granja, Nelson de Oliveira Camponez do Brasil, Francisco Pasternak, José de Oliveira Gusmão, José Barbosa, Oscar de Arruda, Libero Maynardi, Adhemar Paulo Castellar de Barros, Leonor Lourenço, Abrahao Gomes, Alcindo de Arruda, Frontino Brasil, Mario Marques, Natale Sabino e Oswaldo de Godoy além dos professores e funcionários da Escola Normal e annexas. (JORNAL DE PIRACICABA, 31/05/1921, p. 1).

⁵¹ Artigo sem identificação do autor.

⁵² Foi essa a ideia que originou o título de minha Monografia de Conclusão de Curso – *Divulgando “Novos” Ideais de Formação Docente: a Revista de Educação (1921-1923)* – apresentada em 2007.

O fato de grandes intelectuais paulistas, que ocupavam cargos na instrução pública, terem sido assinantes da *Revista de Educação* pode fazer parte dos objetivos da própria *Revista* em fazer a propaganda da Reforma de 1920. A notícia anuncia que o próprio Sampaio Doria foi assinante do periódico. Isso pode ser considerado uma estratégia para propagar a circulação da *Revista* e, conseqüentemente, a Reforma, legitimando-a. O mesmo jornal acrescenta:

Continua a encontrar inteira acceitação a “Revista de Educação” publicada nesta cidade sob os auspícios do illustrado corpo docente das escolas Normal, Complementar e Anexas. É animador o numero de pedidos que chegam de todos que em nosso paiz se interessam pelos problemas do ensino.

As pessoas que desejarem obter o primeiro fascículo, do qual ainda restam alguns exemplares, poderão obtel-o na redação desta folha. E para ficarem com a colleção completa, porquanto a “Revista de Educação” terá uma numeração continuada, de modo que um certo numero de fascículos formara um volume, que poderá ser encadernado e figurar na estante de todo aquelle que se interessa pela educação popular. (JORNAL DE PIRACICABA, 23/06/1921, p.1).

Outros periódicos de grande circulação, como os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano*, publicaram notícias sobre a *Revista de Educação*, algumas das quais foram reproduzidas pelo *Jornal de Piracicaba*. O *Jornal do Commercio*, veiculado no Rio de Janeiro, faz a seguinte análise da Revista:

É ja uma brilhante realidade o esforço dos corpos docente e discente da Escola Normal de Piracicaba, e a “Revista da Educação” anda de mão em mão nos circulos estudiosos paulistas como um preceptor severo e sabio que sabe levar á victoria segura e duradoira os profissionaes, os estudantes e os simples curiosos. [...]

Nesta terra, o lemma tem sido outro: escreve-se para simples estudantes o que devia escrever para mestres; e a razão é simples; para isso basta a exposição de theorias alheias, com a affirmação catecismal de que “a verdade está no autor”. (JORNALDE PIRACICABA, 8/06/1921, p.1)

A mesma notícia tece elogios ao novo periódico educacional, ressaltando suas qualidades:

A mocidade estudiosa de Piracicaba acaba de emprehender, com exito, uma obra de grande alcance, elemento valioso que é da educação na sua mais ampla comprehensão – fundou e já poz em circulação uma revista destinada a divulgar tudo o que ha de mais moderno e de mais efficiente no turbilhão dos problemas pedagogicos. (JORNAL DE PIRACICABA, 8/06/1921, p.1).

O jornal *Folha da Noite* trouxe artigo assinado pelo jornalista Francisco Damante, também reproduzido pelo *Jornal de Piracicaba*:

Agora, que esse orgam, essa publicação, não tenha vida efhemera – eis os nossos votos mui sinceros e ardentes; que não dure apenas o espaço de alguns mezes, como já tem acontecido a algumas de programmas e de intuitos mais ou menos idênticos; que ella, a novel, a bem feita, a nobre, a tão necessária “Revista de Educação”, - viva sempre, impere continuamente, tratando com largueza de vista, com interesse e com patriotismo, de todas as causas referentes à sciência educativa, cuidando – como se nota em suas paginas – com especial carinho e desempenho, de todos os factos que se relacionem com a melhoria dos nossos aparelhos escolares, servindo de guia, mestra conselheira do nosso professorado, em cuja classe já se ressentia a falta de um orgam do genero. (JORNAL DE PIRACICABA, 07/07/1921, p. 1).

O mais importante jornal de São Paulo, *O Estado de S. Paulo*, enaltece também a *Revista de Educação*:

Um facto que merece mais que o simples registro habitual entre os limites da secção competente: acaba de apparecer em Piracicaba, graças aos esforços de um grupo de professores da Escola Normal, da Escola Complementar e da Escola Modelo, uma “Revista de Educação”.

Tudo, nessa iniciativa, nos traz uma tal ou qual surpresa, ao mesmo tempo que agradavelmente nos lisonjeia. Escripta e impressa em Piracicaba, apresenta-se a revista com perfeita correcção e bom gosto, na sua sobriedade distincta, e apresenta-se cheia de collaboração variada e succulenta – nada menos de doze artigos, todos elles firmados por professores daquella mesma cidade. Temos ahi, pois, mais um signal dos admiraveis progressos intellectuais do nosso interior. (OESP, 09/06/1921, apud NERY, 2009, p. 91).

Tal notícia contribui não apenas para divulgar a *Revista*, mas também para legitimar a Escola Normal de Piracicaba, no campo de formação de professores no Estado, já que havia disputa entre as escolas normais de Piracicaba e São Carlos.

A revista *A Escola* (Rio de Janeiro, ano I, número 7, setembro de 1926), encontrada no acervo da *Escola Estadual Cardoso Almeida*, em Botucatu/SP, aponta o recebimento do 1º número do volume III da *Revista de Educação*. Consta nas páginas finais do volume III da *Revista de Educação* o recebimento de periódicos de outras instituições⁵³ nacionais e

⁵³ Apenas o volume III anunciou o recebimento de outros periódicos: *Renovación*, de Buenos Aires; *Anales da Instrucción Primaria e Educación*, de Montevideo; *A Educação*, *A Escola* e *O Norte*, do Rio de Janeiro; *Revista Nacional* e a *Revista da Educação*, de São Paulo.

estrangeiras: *Renovación*, de Buenos Aires; *Anales da Instrucción Primaria e Educación*, de Montevideo; *A Educação, A Escola e O Norte*, do Rio de Janeiro; *Revista Nacional* e *Revista da Educação*, de São Paulo. Isso pode ser um indício de que havia permuta com outros periódicos e de que a *Revista* circulou em outros Estados brasileiros e em outros países.

Os possíveis leitores da *Revista de Educação* seriam os normalistas que estudavam no ensino normal, os professores já formados e outros profissionais que trabalhavam na área de educação.

Assim, diante do estudo apresentado, considero que a *Revista de Educação* foi um importante veículo na disseminação das ideias e práticas escolares, divulgadas durante a década de 1920, tendo sido uma estratégia editorial de um grupo composto por professores da *Escola Normal de Piracicaba*, para fazer a propaganda da Reforma de 1920 e de seus objetivos nacionalistas, como parte de um projeto mais amplo, arquitetado por Sampaio Doria.

Compreendo que a publicação da Revista tinha como propósito firmar a *Escola Normal de Piracicaba* como instituição de referência na formação de professores e, também, que as temáticas publicadas são parte de um ideário político, educacional e pedagógico selecionado e publicado pelos professores das escolas normais, junto de uma linha editorial. Assim, com a criação da Revista, foi construído um discurso do que era relevante para a formação dos professores, que procurava impor os modelos culturais. Nesse sentido, a criação da *Revista de Educação* e a seleção e publicação dos artigos funcionavam como dispositivos de normatização pedagógica e como suporte material das práticas escolares, pois tinham como objetivo formar os professores sob a base ideológica da *Reforma de Ensino de 1920* e oferecer subsídios para os professores que já trabalhavam no ensino primário. Com isso, a Revista é o suporte que divulga e faz circular as correntes educacionais, evidenciando as práticas que as produzem e os usos que são feitos delas.

CAPÍTULO 3. A REVISTA DE EDUCAÇÃO (1921-1923): INSTRUMENTO DE DIFUSÃO DOS IDEAIS NACIONALISTAS

A *Revista de Educação*, fonte deste estudo, enquanto veículo de divulgação dos ideais defendidos pelos professores da *Escola Normal de Piracicaba*, fez circular, em suas páginas, muitos princípios nacionalistas do momento. Neste capítulo, ocupo-me em explorar a presença desses princípios, no periódico, para tanto, examino as informações contidas em cada um dos elementos que o compõem, visando a compreensão as implicações do ideário nacionalista na formação dos professores primários, tendo em vista que o projeto da *Revista de Educação* foi pensado para contribuir na propagação da *Reforma de 1920*, elaborada por Sampaio Doria, cuja principal base ideológica foi o nacionalismo.

De Luca (1999, p. 41), em sua análise sobre a *Revista do Brasil*⁵⁴, considera que, devido aos fatores como a imigração, o analfabetismo, entre outros, alguns elementos passaram a ser esmiuçados num esforço que, segundo seus idealizadores, permitia aos brasileiros pensar sobre o país e suas particularidades. Dessa forma, os intelectuais assumiram a tarefa de traçar os destinos do país.

Os intelectuais brasileiros do início do século XX partiram à procura dos fundamentos, características e especificidades da nação brasileira, assinalando uma nova etapa nas descobertas do Brasil. Percorreram a história, a geografia a literatura, a gramática e a filologia; estudaram a composição étnica da população, a organização econômica e social, as instituições políticas, o sistema educacional e o de saúde, a produção cultural; enfim todos os aspectos que consideravam relevantes para explicar a realidade nacional. Positivismo, determinismo, evolucionismo e darwinismo social: esse o instrumento analítico que orgulhosamente ostentavam e ao qual atribuíam à capacidade de revelar, quando habilmente almejado, a verdadeira face do país. (DE LUCA, 1999, p. 33-34).

Esse novo homem brasileiro e republicano, assim como o estrangeiro que vivia no Brasil, deveria saber seus deveres e defender seus direitos, mas, para isso, era necessário ser alfabetizado e trabalhador, conhecer os artistas brasileiros, ser livre de doenças que o impossibilitassem de trabalhar. Deveria ter conhecimentos sobre moral e civismo, sobre a História do país e dos “heróis” que lutaram no passado. Então, cabia à escola a tarefa de transmitir ou inculcar tais saberes nos cidadãos.

⁵⁴ É preciso salientar que a *Revista do Brasil* não é um periódico educacional, como a *Revista de Educação*, porém, publicou artigos sobre as questões educacionais, inclusive alguns escritos por Sampaio Doria, e outros temas relacionados aos ideais nacionalistas, como a história, a língua vernácula, a higiene.

De acordo com Terci (2006, p. 18), o movimento nacionalista de São Paulo foi traduzido em Piracicaba no “bairrismo piracicabano”. Formado pelas elites, os “bairristas” planejavam ações para modernizar e desenvolver a cidade, tornando-a uma das cidades interioranas mais importantes do Estado de São Paulo. Ao que tudo indica, foi o *Jornal de Piracicaba* que contribuiu para a propagação desses ideais. O jornal chegou a publicar a seguinte nota ufanista:

Bairristas somos todos nós que acordamos para o mundo ouvindo o adorável tan-tan do salto, esse fator inexpugnável de forças que desabrocham dia a dia em usinas florescentes. Gabamo-nos com razão de nossa terra. Podemos dizer como o Andrada glorioso: da América, o Brasil; do Brasil, S. Paulo; de S. Paulo, Piracicaba. (JORNAL DE PIRACICABA, 17/01/1922, apud TERCI, 2006, p. 19).

Terci (2006) não traz muitas informações sobre os “bairristas”, nem explicita se os professores da *Escola Normal de Piracicaba* faziam parte desse grupo. Porém, como havia uma estreita relação entre os intelectuais da cidade, a *Revista de Educação* e o *Jornal de Piracicaba* que atuavam em comum acordo, na tarefa de propagar os ideais nacionalistas naquela região, há grandes possibilidades de participação dos professores nesse grupo.

Se era necessário nacionalizar a escola primária, formando “os cidadãos para uma nação sólida”, os professores também precisariam de formação, porque eles eram os responsáveis por formar as novas gerações. Assim, a *Revista de Educação* divulgou tais ideias em seus artigos, constituindo um conjunto de saberes necessários para a atuação dos professores.

Com o estudo da *Revista de Educação*, identifiquei alguns saberes que contribuía para a difusão dos princípios nacionalistas. Para a organização deste Capítulo, agrupei os artigos tendo por critério a temática apresentada em seu conteúdo. Desse modo, os artigos que alertavam sobre os cuidados com a saúde e a eugenia estão na temática *Higiene, Saúde e Eugenia*. Os artigos que tratam de trabalhos manuais, artes, teatro e músicas são da temática *Artes, Música, Literatura e Trabalhos Manuais*. Os artigos que se referem à importância dos conhecimentos históricos, comemorações e heróis nacionais são da temática *História, Moral e Civismo*. E por último, os artigos que tratam sobre a preocupação com o ensino de língua portuguesa fazem parte da temática *Língua Vernácula*.

3.1 Higiene⁵⁵ e Saúde: para o corpo, para a mente e para a nação

De Luca (1999), ao referir-se ao personagem “Jeca” do conto “Urupês”, de Monteiro Lobato, publicado pela primeira vez no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 23/12/1914, informa que este é produto da avaliação que Lobato vinha tecendo sobre o Brasil e os brasileiros, desde a Faculdade de Direito. Nessa avaliação, o brasileiro era

[...] incapaz de evolução e impenetrável ao progresso, arredio à civilização, vegetando no seu isolamento e ignorância, indisciplinado e refratário ao trabalho árduo e contínuo de que tanto necessitava o país, reafirmava agora pela via literária, o rol de estigmas que pesava sobre a maioria da população brasileira, corroída por uma inferioridade primordial. (DE LUCA, 1999, p. 202).

O personagem de Lobato retrata um brasileiro degradado e impossibilitado de construir a nação republicana que os intelectuais tanto almejavam, nas primeiras décadas do século XX. Em decorrência, a educação foi o melhor meio encontrado para corrigir esses problemas e formar os republicanos para a República. De fato, a educação foi “o elemento de regeneração da nação, um instrumento para a reforma social e propulsora do progresso e da civilização” (SOUZA, 2000, p. 106).

Sendo assim, os artigos⁵⁶ que se relacionam com a temática *Higiene e Saúde* se ocupam dos cuidados com o corpo e com o meio ambiente que deviam ser transmitidos pela escola, além dos cuidados que os professores e diretores deviam tomar, em relação à higiene do prédio escolar.

No Decreto 3356, de maio de 1921, que regulamenta a *Reforma de 1920*, constam diversos artigos sobre a inspeção médico-escolar. O artigo 58, por exemplo, aponta que a inspeção médica deveria ser feita em todos os estabelecimentos de ensino públicos e particulares da Capital e do interior, com o objetivo de verificar as condições de higiene dos estabelecimentos, vacinar e tratar doenças de professores, de funcionários e de alunos pobres.

Relacionando a Reforma com os saberes de higiene e saúde publicados na *Revista de Educação*, verifico que a saúde dos alunos e professores era uma preocupação da época,

⁵⁵ Higiene faz parte da 6ª cadeira que compõe o programa da escola normal, de acordo com o Decreto 3356, que regulamenta a Reforma do Ensino de 1920.

⁵⁶ *Assistencia Dentaria Escolar* (v. I, nº 1, 1921); *Hygiene Popular* (v. I, nº 1, 1921); *Hygiene Popular* (v. I, nº 2, 1921); *Educação Phisica* (v. I, nº 2, 1921); *Em Torno da Hygiene Escolar* (v. I, nº 2, 1921); *Hygiene Popular* (v. II, nº 1, 1922); *A Ordem Material e a Ordem Moral* (v. II, nº 2, 1922); *Degradação da Prole* (v. II, nº 3, 1922); *O Fumo e seus efeitos* (v. II, nº 3, 1922) e *A Vida Rural e a Hygiene* (v. II, nº 3, 1922), *Degradação da Prole* (v. III, nº 1, 1923), *Da Hygiene no Commercio dos Generos Alimenticios* (v. III, nº 1, 1923), *Prophylaxia das Moléstias Oculares na Escola* (v. III, nº 1, 1923) e *Educação Phisica* (v. III, nº 1, 1923).

sendo que, diversas medidas foram tomadas para mudar os hábitos de higiene da população. O tema foi de tal relevância que a Revista publicou artigos sobre higiene em todos os números, orientando os professores e a população sobre transmissão de doenças, maus hábitos, entre outros assuntos. Gonçalves⁵⁷ (1921, p. 145) salienta:

Applicada, a Hygiene significa o animo ao fraco, a esperança ao desalento, a vida ao moribundo, muitas vezes; faz-se pae dos orphons da sorte; seja no campo, seja na cidade, seja no individuo é sempre um bem e uma necessidade; é sempre um auxilio á conservação da vida plena, é sempre uma esperança de melhores dias. Ella se inclue, pois, forçosamente, no plano de educação; é mesmo, como temos visto nas aulas de Pedagogia, uma parte da educação physica.

O autor parece fazer um apelo para os cuidados com a saúde e a higiene da população, ressaltando a educação como forma de corrigir os (maus) hábitos. Nas primeiras décadas do século XX, a população sofreu com epidemias, doenças e o acúmulo de lixo. Então, para acabar com esse mal, a educação foi a melhor forma de prevenção, conforme destaca Rocha (2003).

Segundo Rocha (2003), as transformações pelas quais passou a cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e o início do século XX, decorrente do aumento da população devido à imigração, surgimento de cortiços, enchentes, acúmulo de lixo, epidemias, greves e rebeliões, eram acompanhadas de problemas sociais que necessitavam de novas formas de intervenção. No conjunto de iniciativas voltadas para resolver esses problemas, destaca-se a ação dos médicos-higienistas e sanitaristas, que procuraram de várias maneiras intervir nos costumes da maioria da população. Dentre essas várias maneiras para organizar o modo de vida da população, estão as iniciativas educacionais como forma de “higienização dos costumes”, ou seja, difundir através da escola a educação sanitarista com o intuito de mudar os maus costumes. Assim, foi criado o *Instituto de Higiene*⁵⁸, em 1918, com o objetivo de nortear as ações de saúde pública na cidade de São Paulo e em todo o Estado.

O *Instituto de Higiene* foi essencial na formulação da política sanitária adotada em 1925, cujo objetivo principal se constituía na formação da consciência sanitária na população e nas crianças, por meio da educação, visto que os higienistas entendiam que a causa dos diversos problemas mencionados acima se devia à falta de educação. Nesse sentido, o Instituto contribuiu para a articulação de estratégias para disseminar a higiene nas escolas,

⁵⁷ Aluno do 4º ano da Escola Normal.

⁵⁸ Criado em 1918, com base no modelo norte-americano, que resultou de um acordo do Governo do Estado de São Paulo e a Junta Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller.

atuando diretamente na formação dos professores primários, tanto pela preparação de agentes sanitários de saúde pública como pela produção de impressos destinados às crianças e mestres das escolas primárias.

Nesse momento, surgiram ligas, como a *Liga de Higiene Mental*, fundada no Rio de Janeiro, em 1922, a *Liga Pós-Saneamento do Brasil*, criada em 1918, de forma que, com esse movimento de ideias, o conceito de saúde estava sendo ampliado e a escola era, sem dúvida, um espaço privilegiado para difundir tais saberes e costumes. Segundo De Luca (1999, p. 220-226), o governo do Estado mostrou-se sensível a essa questão e distribuiu gratuitamente para os alunos das instituições públicas a *Cartilha de Higiene*, obra editada por Monteiro Lobato.

Os maus hábitos de higiene acarretavam graves danos sociais, os quais comprometiam não apenas a existência dos indivíduos e representavam um perigo para a coletividade, mas também para sua descendência. O futuro da nação parecia ameaçado, na medida em que uma parcela significativa de seus habitantes, em vez de se tornarem cidadãos produtivos, acabava em prisões e hospitais. Escreve De Luca (1999, p. 216):

A erradicação das doenças infecto-contagiosas e das endemias assumia feição de uma cruzada, que tinha por meta possibilitar a implantação de um sistema de trabalho eficiente, produtivo dentro dos parâmetros exigidos pela economia de mercado. Reabilitar e valorizar o brasileiro, ou melhor, discipliná-lo, adestrá-lo, moralizá-lo para transformá-lo em um agente capaz de concretizar as inúmeras potencialidades da terra, esse o ideal apregoado pelos apóstolos do discurso higienizador.

Para atingi-lo, preconizava a imediata adoção de um amplo conjunto de medidas, planejadas, controladas e executadas pelos homens de ciência, detentores de um saber técnico e especializado, e que deveriam ser investidos pelos poderes públicos de uma ampla autonomia. Esses cruzados modernos, manipuladores competentes das verdades científicas, propunham-se a atuar como um exército, hierárquica e racionalmente organizado, no qual cada um tinha atribuições precisas, para livrar a nação dos males que a corroíam.

Para se tornar uma nação moderna – como pretendiam os republicanos – o Brasil não poderia permitir que a população continuasse em estado de degradação. Para reverter tal situação, adotou medidas educacionais para corrigir os problemas sanitários. Isso pode ser visto na disciplina de Higiene, no 4º ano da Escola Normal (ver, no Capítulo 2, a relação de todas as disciplinas existentes depois da Reforma de 1920).

Com o movimento republicano, os projetos de urbanização e modernização das cidades e da sociedade tinham a higiene e a saúde como elementos norteadores. Higienizar representava construir uma imagem moderna.

Para Terci (2006, p. 16), na década de 1920, a higiene e a estética foram pensamentos que influenciaram as elites políticas piracicabanas.

A lei sobre construções decretada pela Câmara Municipal na ocasião em que Paulo de Moraes a presidia sintetizava a proposição saneadora. Estabelecendo total controle sobre as construções dentro do perímetro urbano e exigindo a solicitação de autorização da Câmara para edificações e reedificações, estabelecia uma série de regulamentos e condições para aprovação dos projetos: o alinhamento deveria ser aprovado pelo fiscal arruador; definia-se dimensões mínimas para as construções tendo em vista as condições de arejamento, luminosidade e nivelamento do terreno para permitir escoamento das chuvas; proibia construções em lugares possíveis para a abertura de ruas; condicionava as construções de fundos às que fossem muradas, assim como proibia o aproveitamento de muros feitos no alinhamento de ruas e praças para construções que ficassem visíveis de fora; obrigava a demolição das construções em ruína; condicionava as construções em terreno que outrora serviram para depósito de lixo à sua completa limpeza anterior à edificação; dispunha sobre toda sorte de questões referentes às condições da construção definindo o material a ser usado, proibindo o uso de madeira e barro, obrigando o reboque e caiação externos e o calçamento; dispunha ainda sobre as condições para a manutenção das cocheiras e estábulos, estabelecendo prazo de seis meses para que os existentes se enquadrassem no disposto pela lei; estabelecia o prazo de um ano para o cumprimento da lei; definia comissão de inspeção para averiguação das construções e estabelecia multa de 25\$000 reis para os que, nesse prazo, não se enquadrassem e 50\$000 reis para os reincidentes.

Com efeito, os estudos de Terci (2006) demonstram que Piracicaba estava em consonância com os ideais republicanos da época. A construção do grandioso prédio da *Escola Normal Primária de Piracicaba* representa os ideais de progresso que se instalaram na cidade e a importância da educação, para a República.

Nas escolas, o professor era responsável por difundir os saberes e cuidados com a higiene e a saúde. Cabia a ele manter a ordem da sala, tomando alguns cuidados quanto ao espaço, ventilação, iluminação e disposição dos móveis, a fim de preservar a saúde das crianças. São em lugares como a sala de aula, onde há aglomerações de pessoas, que as doenças são facilmente transmitidas (BRASIL, 1922, p. 103). Havia também uma preocupação com o cuidado dos dentes, como é ressaltado por Faustino, no artigo *Assistencia dentaria escolar* (v. I, nº 1, 1921). Tal preocupação pode ser vista na foto abaixo, encontrada no museu da E. E. Sud Mennucci, mostrando uma criança em tratamento dentário.



Figura 8: Foto de uma criança em tratamento dentário.

Carlos M. Sodero⁵⁹ foi o autor que mais publicou sobre essa temática, totalizando cinco artigos: *Hygiene Popular* (v. I, nº 1, 1921a); *Hygiene Popular* (v. I, nº 2, 1921b); *Hygiene Popular* (v. II, nº 1, 1922); *A Vida Rural e a Hygiene* (v. II, nº 3, 1922) e *Hygiene no Commercio dos Generos Alimenticios* (v. III, nº 1, 1923). Conforme o autor, “quanto mais conservar a saúde aos que a têm - procura para vós e para os vossos, a vida e a alegria no ar puro e amplo na intensa luz solar directa” (1921b, p. 104).

O cidadão de uma nação moderna deveria ser forte, saudável, disposto ao trabalho e não improdutivo e entregue aos vícios, que destroem fisicamente e moralmente o homem. A Revista alerta para o perigo do uso de drogas, como o álcool e o tabaco, enfatizando que o uso de drogas poderia prejudicar a vida produtiva das pessoas.

Socialmente, o que é o alcool?

— Ladrão que rouba operarios ás industrias, camponeses aos socegados labores agricolas, cidadãos á administração, soldados e filhos valorosos á patria. Escola de vicios, caminho da miseria, do crime da loucura, enchendo cadeias e hospitais, criando despezas que recáem directa ou indirectamente sobre a parte morigerada da população. (SODERO, 1922b, p. 19).

Honorato (2007, p. 6) apontou, em seus estudos sobre poder e a civilidade na *Escola Complementar de Piracicaba*, que embora o fumo fosse uma droga consumida pelos alunos, estes eram reprimidos pelos professores e diretor. Por exemplo:

⁵⁹ Lente de Anatomia, Fisiologia e Higiene na Escola Normal de Piracicaba.

“No dia 31 de março de 1908 o alunno do 2º anno, Bartholomeu Lopes dos Santos, soffreu a pena de admoestação particular, por ter, com desrespeito ao professor de marcenaria, puxado na respectiva aula, um pedaço de fumo, que se pôs a bicar”. (LIVRO DE PENAS, 1908, apud HONORATO, 2007, p. 6).

Na verdade, nesse ambiente, o uso de fumo era considerado ato de indisciplina e desrespeito, acarretando pena ao aluno e, diante da ação dos higienistas e do “poder” disciplinador da escola, para modificar os costumes da população, era necessário ter professores conscientes, que formassem as novas gerações pelo exemplo. Desse modo, não era aceitável esse tipo de comportamento por parte de um normalista.

A prática de exercícios também era tida pelos autores da Revista como uma forma de cuidar da saúde, regenerando a “raça brasileira”. Segundo Bianco⁶⁰ (1921, p. 110), “espera-se da Educação Física (arte de objetivos conscientes e já muito distanciada do empirismo) encaminhar o homem para sua perfeita organização intelectual e moral”. A autora frisa que a educação física seria importante para o desenvolvimento humano, pois, “em suas benéficas consequencias, quer puramente individuais, quer sob o ponto de vista da colletividade, visando à melhoria da raça que trará como importantíssimo corollario o engrandecimento da nação” (1921, p. 112).

Para solidificar a nação brasileira, eram necessários homens fortes, que impulsionassem o progresso e que defendessem a pátria. Com isso, o escotismo foi uma das formas indicadas para instruir patrioticamente os brasileiros e integrar os imigrantes estrangeiros.

Na *Revista de Educação*, o artigo *Educação Physica* (v. III, nº 1, 1923), de Annibal da Silveira Santos⁶¹, é o primeiro que se refere ao escotismo como atividade física e cívica.

Como aponta Nery (2009, p. 47):

O escotismo possuía uma federação denominada Associação Brasileira de Escoteiros (ABE) cuja sede ficava em São Paulo. No biênio 1921-1923 a presidência da entidade era exercida por José Carlos de Macedo Soares e dentre os membros da diretoria estavam Oscar Thompson e Djalma Forjaz entre outros; ainda faziam parte da Comissão Técnica os professores Guilherme Kuhlmann (Diretor Geral da Instrução Pública) e Sampaio Doria. A atuação de Oscar Thompson e Sampaio Doria, por conta do vínculo de ambos com a Faculdade de Direito, e, por conseguinte, com a ABE e a LNSP, favoreceu a difusão do nacionalismo nas escolas paulistas.

⁶⁰ Professora de Educação Física da Escola Normal de Piracicaba.

⁶¹ Substituto Efetivo no Grupo Modelo anexo à Escola Normal de Piracicaba.

O escotismo foi oficializado nas escolas públicas paulistas apenas com a *Reforma de 1920*. O artigo 252, do Decreto 3356, de 31 de maio de 1921, determinou que grupos de escotismo e linhas de tiro, para alunos maiores de 16 anos, fossem criados em todas as escolas normais. Mas, em anos anteriores, Oscar Thompson já havia indicado sua prática.

O movimento escoteiro foi iniciado nas escolas em 1917, ocasião em que se abriu um curso para diretores e inspetores de grupos escolares e difundiu-se amplamente o “Manual do Escoteiro”, de Baden Powell. Nesse mesmo ano, Oscar Thompson havia assumido a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. O *Anuário do Ensino* de 1917 mostra que eram os inspetores que, através de palestra e conferências, faziam a propaganda das linhas de tiro e da Liga de Defesa Nacional. O Diretor Geral relata ainda o início da difusão do movimento escoteiro nas escolas públicas. (NERY, 2009, p. 67).

O Decreto determinou também que os professores de ginástica das Escolas Normais e Complementares seriam os instrutores do escotismo, e todos os alunos matriculados nas escolas públicas seriam aspirantes a escoteiros. Para ser um escoteiro, a idade mínima seria de 10 anos, devendo haver a deliberação pessoal espontânea para a instrução e a permissão dos pais.

Certamente, a atuação de Doria na LNSP contribuiu para a expansão dos ideais nacionalistas na educação. O escotismo, enquanto atividade física e cívica, caracteristicamente disciplinar (e algumas vezes, de caráter militar), era igualmente um meio educativo de formar os alunos para “defender” a pátria. Souza (2000, p. 110) ressalta:

Juntamente com a erradicação do analfabetismo, questão política de ampliação das bases eleitorais, grande ênfase foi dada à educação cívica, considerada elemento fundamental para o soerguimento moral da nação, para a cultura do patriotismo e para a defesa da nacionalidade. É nesse contexto que surge e se intensifica nos meios educacionais e políticos a defesa do escotismo como fator de educação do caráter e de defesa da pátria

O escotismo, além de atividade física, era compreendido como uma “escola de moral e civismo”. A participação dos escoteiros em festas cívicas foi importante para a difusão dos ideais nacionalistas. Na *Escola Normal de Piracicaba*, a prática do escotismo também tinha o propósito de preparar os futuros professores para atuarem como instrutores de escoteiros na Escola Primária. Assim, o aluno da Escola Normal acompanhava o desenvolvimento das atividades escoteiras com os alunos da Escola Modelo anexa. A foto abaixo, da comemoração

do Centenário da Independência do Brasil, na *Escola Normal de Piracicaba* e anexas, registra normalistas e escoteiros participando da comemoração cívica.



Figura 9: Foto da Comemoração do Centenário da Independência na Escola Normal de Piracicaba.

O artigo *Degradação da Prole* (v. III, nº 1, 1923) é o primeiro artigo que trata da eugenia e da educação sexual. Nesse texto, o Dr. Tacito de Carvalho e Silva⁶² alerta que, se alguns cuidados com a saúde e higiene não forem tomados, durante a gravidez e a infância, pode ocorrer a degradação da raça. Em certos casos, a hereditariedade é responsável pela propagação de alguns problemas de saúde, pois o casamento necessitava de orientação. Nesse artigo, o autor defende que a educação sexual deveria ser ensinada discretamente às moças e aos rapazes, desde a puberdade, a fim de que fossem advertidos das características de seu sexo e dos perigos que ameaçam a saúde (1923, p. 4).

Em relação à eugenia, nesse período histórico, De Lucca (1999, p. 235) argumenta:

⁶² Pediatra e Lente de Biologia e Higiene na Escola Normal de Campinas.

No discurso da época mesclavam-se propostas relativas à saúde pública, que pretendiam promover as condições gerais do meio ambiente; à educação; a difusão de hábitos higiênicos e a prática esportiva com a defesa da reprodução selecionada da espécie. Em nome da ciência e das suas verdades clamava-se por uma intromissão, que precisava não ter limites, na vida privada dos indivíduos. Nessa medida, higienistas e eugenistas reclamavam uma ação decidida do Estado, condenando a inoperância de um poder que se lhes afigurava incapaz de tomar as medidas necessárias para retirar a nação de seu estado mórbido.

A Inspeção Médico-Escolar, proposta pela *Reforma de 1920*, foi uma tentativa do Estado para fiscalizar as condições de higiene nos estabelecimentos escolares e forma de disciplinar os costumes da população brasileira. Em 1919, a Liga de Pós-Saneamento do Brasil enviou uma proposta ao Congresso Federal, condenando a reforma do Artigo 183-IV do Código Civil, que pretendia eliminar a proibição, vigente na época, do casamento entre tios e sobrinhos (DE LUCA, p. 229). Com essa proibição, os higienistas e eugenistas buscavam o aprimoramento da raça, porque, no casamento entre familiares, os filhos podem nascer com problemas de ordem genética.

3.2 Arte, Música, Literatura e Trabalhos Manuais

É importante destacar que a *Reforma de 1920* incluiu as disciplinas de Anatomia e Fisiologia Humana e Biologia (consideradas, pela escola renovada, ciências de suporte para a Pedagogia) e contribuindo para maior desenvolvimento das disciplinas de Música, Desenho e Trabalhos Manuais, na Escola Normal. Tanuri (1979, p. 163) salienta que Reforma encara tais disciplinas como:

[...] técnicas didáticas a serviço de um ensino mais concreto em oposição ao ensino “verbalista”. Possivelmente tais idéias já se refletiam na reforma de 1920, uma vez que as disciplinas Música e Desenho passavam a figurar em *todas* as séries do curso normal.

Com isso, observo que essas disciplinas eram, do ponto de vista educacional do reformador, essenciais na formação intelectual, física e moral do homem, ou seja, como uma forma de inculcar saberes.

Os artigos⁶³ relativos a essa temática tratam da importância dos trabalhos manuais e da arte, na formação do ser humano. O trabalho e a arte são tidos como elementos educadores que têm o poder de socializar e transmitir valores e sentimentos.

Para José Murilo de Carvalho (1990, p. 11), a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social e em momentos de redefinição de identidades coletivas, como é o caso da implantação do regime republicano, no Brasil. Nessas ocasiões, a finalidade da arte “não era apenas encantar os olhos, mas, sobretudo, contribuir poderosamente para a educação pública penetrando nas almas” (1990, p. 12). No caso da Revolução Francesa, a atuação de David, como pintor, revolucionário e teórico da arte, é um exemplo do esforço de educação cívica mediante o uso de símbolos e rituais.

O quadro *A pátria*⁶⁴, de Pedro Bruno, é um exemplo, citado por Carvalho (1990, p. 107), de que, em nosso país, a arte também foi usada como forma de educar e inculcar o sentimento nacionalista na população. Nota-se, na figura abaixo, a intenção do pintor em retratar a pátria como a “mãe” acolhedora e protetora do seu povo.

⁶³ *Um Novo Trabalho Manual* (v. I, nº 1, 1921); *Literatura Infantil* (v. I, nº 1, 1921); *A Educação Visual e o Desenho* (v. I, nº 1, 1921); *O “Clube da Horta”* (v. I, nº 2, 1921); *A Música nas Escolas* (v. I, nº 2, 1921); *O Trabalho Manual e o Ensino Intuitivo* (v. I, nº 2, 1921); *A Arte na Escola* (v. I, nº 2, 1921); *Brinquedo de Trigo* (v. I, nº 2, 1921); *Hymno da Colheita* (v. II, nº 1, 1922); *Literatura Infantil* (v. II, nº 2, 1922a); *Literatura Infantil* (v. II, nº 3, 1922b); *Formas de Governo* (v. II, nº 3, 1922); *Bem-digo a Escola* (v. II, nº 3, 1922); *Descobrimiento do Brasil* (v. III, nº 1, 1923); *A Liberdade* - para a comemoração do 13 de maio - (v. III, nº 1, 1923) e *A Carta Anonyma* (v. III, nº 1, 1923).

⁶⁴ Carvalho (1990, p. 119) assim o descreve: “O quadro apresenta traços claramente positivistas. Embora seu conteúdo seja a bandeira, o título é a “Pátria”, ao gosto dos ortodoxos. O conteúdo também poderia ser endossado por Miguel Lemos: um grupo de mulheres de todas as idades, filhas, mães, avós, confecciona a bandeira. É a exaltação tanto da bandeira e da pátria quanto ao papel moral da mulher [...] Ainda como traço positivista, há um retrato de Tiradentes pregado na parede”.



Figura 10: Quadro *A pátria*, de Pedro Bruno, Museu da República.

Na *Revista de Educação*, as letras das músicas publicadas retratam a mesma intenção da obra acima. Abaixo, cito um trecho da música intitulada *Hymno do Ypiranga*, composta por Pedro de Mello e publicada pela Revista, ao fim do artigo *7 de Setembro* (v. II, nº 2, 1922).

Salve, YPIRANGA glorioso,
 Bello regato crystallino!
 Berço gentil, maravilhoso
 Da grande Patria Brasileira!
 Foi no teu palco peregrino,
 Que da divina Liberdade
 A voz se ouviu a primeira vez!

É possível verificar que a letra do hino e o quadro *A pátria* buscam inculcar ou formar o sentimento nacionalista por meio da arte. Assim, ela é um importante instrumento na formação do sentimento nacionalista no povo.

O homem de uma nação moderna deveria ter disposição para o trabalho e conhecer obras de diversos artistas, mas, principalmente, dos nacionais, valorizando a nacionalidade. No artigo *Um Novo Trabalho Manual*, o autor ressalta que o trabalho manual é importante nas escolas primárias, pois, além de cooperar para o desenvolvimento físico, intelectual e moral da criança, tem valor educativo e desperta a atenção em todos os seus graus e, sobretudo, “uma excelente disposição moral para o trabalho” (VEIGA, 1921, p. 20).

No artigo *Trabalho Manual e o Ensino Intuitivo* (v. I, nº 2, 1921), Veiga⁶⁵ começa ressaltando a necessidade da instrução a serviço da pátria, já que, segundo seu pensamento, a instrução permite formar pessoas que se empenhem em trabalhar para o progresso do país. Veiga (1921, p. 135) parece referir-se à escola como algo divino ou sagrado, pois declara:

É na escola primaria, esse santuario onde se dissipam as trevas da ignorancia, ao contacto das luzes do ensino. Ella é o tabernaculo em que aprendemos a soletrar as premicias de uma educação esboçada em familia; em suma, é o tempo em que cultuamos a instrucção, dignificando-a com a efficacia da moral sã, sem que as luzes do ensino tonar-se iam uma verdadeira utopia.
[...] é a escola onde se preparam, em alfbre regenerador, os precusores do engrandecimento de um paiz.

O trabalho agrícola teve destaque na *Revista de Educação*. Nas páginas 113 e 114 (v. I, nº 2, 1921), a Revista publicou “O Clube da Horta”, que apresenta quatro fotos com notas informativas abaixo delas. As fotos retratam o trabalho dos alunos do *Grupo Modelo de Piracicaba*⁶⁶ nas hortas e jardins cultivados por eles mesmos, nos quintais de suas casas. As notas informam que, por iniciativa de um professor do *Grupo Modelo de Piracicaba*, foi fundado o *Clube da Horta*, que incentivava as crianças a transformarem seus quintais, antes improdutivos, em hortas e jardins. Esse trabalho demonstra como “a creança pode encaminhar a sua actividade de jogo para um fim útil e educativo por todos os aspectos” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1921, p. 113).

Artigos como *Brinquedo de Trigo* (v. I, nº 2, 1921); *Hymno da Colheita* (v. II, nº 1, 1922) e *A Liberdade* (v. III, nº 1, 1923), de Honorato Faustino, são roteiros de peças de teatro infantil e letras de música que a *Revista de Educação* publicou. O seu conteúdo visa a divulgar o patriotismo, a valorização dos elementos nacionais, a moral e os bons costumes e a necessidade do trabalho, na vida do homem. A peça *Brinquedo de Trigo*, por exemplo, alude ao trabalho do campo, ao cultivo da terra e à criação de animais. O roteiro da peça é acompanhado de letra e música, também de autoria de Faustino, cujo conteúdo apresenta apelo nacionalista. A introdução do artigo traz elementos nacionalistas que ressaltam a importância da agricultura para o país.

⁶⁵ Professor da Escola Modelo Isolada.

⁶⁶ Escola primária anexa à Escola Normal de Piracicaba (que funcionava em prédio distante), onde os normalistas poderiam aprender e praticar o ofício de professor.

A grandeza futura do Brasil esta innegavelmente ligada ao seu desenvolvimento agrícola, que precisamos incentivar em todos os meios e um delles, é sem duvida, e de grande influencia o de irmos despertando entre as crianças das escolas primárias o gosto pela cultura da terra, já em ensaios praticos de horticultura, já por meios de brinquedos como o que abaixo vai ser publicado. (FAUSTINO, 1921, p. 154).

A arte – teatro, canto, desenho e pintura – funcionavam como formas de ensinar valores morais, sentimento cívico e outros saberes que contribuía para o desenvolvimento de habilidades mentais e motoras. Segundo Moraes⁶⁷ (1921), a visão é muito importante na vida do homem, pois é um sentido que auxilia na formação das ideias. Desse modo, a escola precisa educar e desenvolver a visão das crianças. Para isso, o desenho é um dos meios mais interessantes. Porém, a escola precisa tomar certos cuidados de higiene quanto à iluminação da sala de aula, porque más condições podem prejudicar a visão. Ao fim do artigo, a autora explicita:

O que é preciso é formar homens e mulheres que saibam vêr bem, ouvir bem, que tenham educação manual rudimentos de educação moral e civica. A educação tem sido até hoje muito desvirtuada; e por isso que tanto ainda sofremos.
É preciso cuidar da educação da sensibilidade, tanto daquela que nos põe em contato com o mundo exterior – a sensibilidade dos sentidos, como da que põe o indivíduo em comunicação comsigo mesmo: a sensibilidade intima, o character. (1921, p. 59-60).

Como forma de cuidar da educação da sensibilidade, a *Reforma de 1920* propôs, no artigo 254, a obrigatoriedade da realização e participação dos alunos no Orfeon Escolar, cujos ensaios seriam aos sábados.

O autor Fabiano Lozano, e também professor de música da *Escola Normal de Piracicaba*, inicia seu artigo *A Musica nas Escolas* (v. I, nº 2, 1921) com uma crítica à maneira como a música tem sido ensinada nas escolas e como muitos tomam “as modinhas” como música popular. Lozano acredita que esse tipo de música, sem qualidade, deve ser combatido, pois prejudica a verdadeira arte e perverte o gosto do povo. Nessa perspectiva, nas escolas, os professores devem ensinar aos alunos trechos de compositores clássicos, para apurar o gosto musical dos alunos (LOZANO, 1921, p. 120).

Conforme Fucci Amato (2008, p.2), a educação musical esteve ligada ao movimento nacionalista desde as primeiras décadas do século XX, tornando-se disciplina importante na educação pública brasileira. Com a efetivação do movimento nacionalista, em 1928, o escritor

⁶⁷ Aluna do 4º ano de Escola Normal de Piracicaba.

e musicólogo modernista Mário de Andrade⁶⁸ propôs o desenvolvimento de um projeto nacional-erudito-popular para o país, de cunho nacionalista, usando a música folclórica como condição indispensável para o ingresso e a permanência do artista na *república musical*.

A evolução do nacionalismo musical processa-se de forma linear, desde os compositores coloniais que produzem na Metrópole, passando pela emoção brasileira que já se manifesta no internacionalismo de Carlos Gomes e pela busca incipiente de motivos brasileiros (Itiberê, Nazareth, Levy, Nepomuceno), até chegar ao aproveitamento e pesquisa do folclore na elaboração de uma música brasileira (Gallet e Mário de Andrade). (FREITAG⁶⁹, 1972, apud FUCCI AMATO, 2008, p. 3).

Heitor Villa Lobos contribuiu igualmente para o movimento nacionalista e sua relação com o canto orfeônico, quando ocupou cargos públicos nos setores educacionais. A proposta de Villa-Lobos “era a difusão das idéias nacionalistas por meio da educação musical, que também formava os indivíduos cívica e moralmente, conjugando o belo (a estética) como o bom (a moral e a ética)” (FUCCI AMATO, 2008, p. 4).

Com a ideia de reconstrução da nação pela educação, o escolanovismo concebeu que a arte deveria ser retirada do pedestal em que se encontrava e colocada no centro da comunidade. Na escola, o ensino de música deveria ser acessível a todos, contribuindo para a formação integral do ser humano (FONTERRADA⁷⁰, 2005, apud FUCCI AMATO, 2008, p. 5).

O estudo de Gilioli (2003) destaca os nomes de Lázaro e Fabiano Lozano e Honorato Faustino como pioneiros do canto orfeônico⁷¹. A prática do canto orfeônico em Piracicaba foi, sem dúvida, desenvolvida pela influência dos irmãos Lázaro⁷² e Fabiano⁷³ Lozano, que

⁶⁸ De acordo com Fucci Amato (2008, p. 3), Mário de Andrade foi amigo de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde de Vargas, entre 1934 a 1945, e juntos realizaram vários projetos culturais.

⁶⁹ FREITAG, L. V. *O nacionalismo musical no Brasil* (das origens até 1945). Tese (Doutorado), São Paulo, USP, 1972.

⁷⁰ FONTERRADA, M. *De Tramas e fios: um ensaio sobre música e educação*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

⁷¹ O canto orfeônico é uma modalidade de coral (geralmente executado sem acompanhamento de instrumentos), destinados a amadores, cuja característica é ser uma prática musical de teor essencialmente pedagógico-escolar e moral. Os orfeões foram importados do modelo europeu, nos aspectos de forma e organização, mas desenvolveram conteúdos e características nacionais, apresentando conteúdo que refletisse a brasilidade, pois os orfeões europeus tinham um repertório musical relacionado à identidade nacional de seus países (GILIOLI, 2003, p.33- 34).

⁷² Lázaro (1871-1951) foi maestro e professor na Escola Complementar de Piracicaba. Em 1921, foi nomeado professor de Música na Escola Normal de São Paulo. Em meados da década de 1920, voltou para Tíjola (sua cidade natal, na Espanha) e foi regente da Banda Municipal dessa cidade (GILIOLI, 2003, p. 102-104).

⁷³ Fabiano (1884-1965) era espanhol naturalizado. Com treze anos, veio com a família para o Brasil, ingressando na Escola Complementar de Piracicaba, onde se formou em 1903, com 19 anos. Também estudou Música no Colégio Piracicabano, onde, mais tarde, foi diretor do Departamento de Música.

pertenciam a uma família de músicos dotada de um bom capital cultural, no campo da música erudita.

Fabiano Lozano foi nomeado professor da cadeira de Música na *Escola Normal de Piracicaba*, em 1914. Logo que iniciou as aulas, criou um *Orpheon* na *Escola Normal de Piracicaba* e anexas (foto do Orpheon em anexo). Em 1915, criou a Orquestra Lozano e, nesse momento, já era autor de diversas composições publicadas e seu trabalho era conhecido nacionalmente (GILIOLI, 2003, p. 105-106).

Contando com a colaboração do diretor [Honorato Faustino], [Fabiano] Lozano ensaiava se conjunto fora do horário escolar, com enorme entusiasmo por parte dos orfeonistas. Os normalistas, tendo recebido por parte uma excelente formação coral e musical, iam para outras cidades disseminar os seus conhecimentos, divulgando dessa forma o canto em conjunto como prática de integração social e de aprimoramento artístico. (PAJARES, 1995, apud GILIOLI, 2003, p. 131).

Na *Escola Normal de Piracicaba*, Fabiano Lozano e Honorato Faustino tiveram atuação importante, na implantação da *Reforma de 1920*, pois esta tornou obrigatória a prática do canto orfeônico nas escolas públicas paulistas. Conforme determina o artigo 254 do Decreto 3356, ficou obrigatória a realização e participação dos alunos no Orpheon Escolar, cujos ensaios seriam aos sábados.

Honorato Faustino de Oliveira (1867-1948) também foi músico (flautista) e publicou, a partir de 1915, em fascículos, sua obra *Repertório Escolar*, com uma série de cantos infantis e cenas escolares ornadas de música, especialmente escritas para as escolas brasileiras (GILIOLI, 2003, p. 108). Além dos cargos já mencionados, Faustino foi médico e ministrou aulas de música nas escolas primárias. Publicou livros sobre métodos de ensino de língua portuguesa, como *Lições práticas de pontuação e acentuação do “A”* (1919), e algumas de suas composições, na *Revista de Educação*.

Com isso, penso que, em virtude de suas medidas, a *Reforma de 1920* pretendia construir uma identidade nacional, integrando os estrangeiros que viviam no Brasil, “através do cultivo dos elementos nacionais como a língua, os símbolos pátrios, dentre os quais se incluíam os hinos e canções brasileiras”.

3.3 História, Moral e Civismo

De modo geral, os artigos⁷⁴ dessa temática tratam da importância dos conhecimentos históricos para a vida do cidadão, ressaltam a importância do papel do professor e da educação, como meios para impulsionar o crescimento do país, o sentimento patriótico e os valores morais necessários para a formação do homem (cidadão brasileiro e “republicano”).

Os professores *Thales Castanho de Andrade*⁷⁵, *Dario Brasil*⁷⁶ e *Pedro de Mello*⁷⁷ publicaram artigos, focalizando a necessidade de o cidadão conhecer a história e do país. Já o artigos *Um Jubileu* e *Discursos* são discursos a respeito dos valores morais e sentimentos cívicos que seriam necessários ao exercício da profissão docente.

Na opinião de Bittencourt (2008, p. 109), a História era entendida como componente da formação nacional, sem perder seu caráter universal. Parte dos intelectuais engajados nos projetos de modernização do país, pela via da industrialização, considerava a história da pátria – ao lado da geografia – disciplinas fundamentais que deviam ser disseminadas para o conjunto da população estudantil.

Com o estabelecimento do regime republicano, a Instrução Moral e Cívica substituiu as aulas de ensino religioso. A introdução dessas disciplinas nas escolas representou um apêndice da História ou um acréscimo a essa disciplina, servindo para desenvolver o sentimento patriótico, direcionando a moral secular (BITTENCOURT, 2008 p. 117).

Com este estudo, percebo que os intelectuais procuram “dar brilho” à história do país, atribuindo à disciplina de História a função de difundir o patriotismo e valorizar a grandiosidade do país. Entretanto, apesar de o território brasileiro ser extenso, a história do país ainda jovem não compartilhava dessa grandiosidade. Enfatiza De Luca (1999, p. 86-87):

⁷⁴ *O Civismo pelo Ensino de História* (v. I, nº 1, 1921); *Do Ensino de História* (v. I, nº 1, 1921); *7 de Setembro de 1922* (v. II, nº 2, 1922); *Um Jubileu* (v. II, nº 1, 1922 - Discurso pronunciado a 21 de abril, na sessão comemorativa do 25º aniversário da Escola Normal de Piracicaba) e *Discurso* (v. II, nº 3, 1922).

⁷⁵ Formado pela *Escola Normal de Piracicaba*. Ele era amigo de Lourenço Filho, desde 1915, quando, juntos, lecionaram com Sud Mennucci no *Grupo Escolar de Porto Ferreira*. Em 1919, Thales já havia publicado duas edições do conto “Filha da Floresta”, na linha de literatura didática. Ele servia como base às aulas de Lições de Coisas sobre o meio agrícola. O romance *Saudade*, cujo conteúdo se refere à instituição sensível, intelectual e moral da criança, foi impresso com suporte da Secretaria da Agricultura, pois fazia propaganda da Escola Agrícola de Piracicaba. O prefácio desse livro foi escrito por Sampaio Dória, que atestava seu valor literário e didático e moral⁷⁵, na linha de Spencer, Rousseau e dos textos de Köpke (HILSDORF, 1998). Sobre o romance *Saudade*, ver: STANISLAVISKI, Cleila de F. Siqueira. *Saudade (1919-2002): a contribuição de Thales Castanho Andrade para o campo da leitura escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNESP, Marília, 2006.

⁷⁶ Lente de Geografia e História na Escola Complementar de Piracicaba.

⁷⁷ Lente de Francês na Escola Normal de Piracicaba.

Da história, por sua vez, esperava-se um conjunto coerente de tradições a serem partilhadas por todos. Acreditando-se conduzidos pela mão firme da metodologia científica, os historiadores debruçaram-se sobre o passado, privilegiando certos indivíduos e episódios de um trabalho de consagração que respondia às necessidades do momento. Emergiu então a figura do bandeirante, dilatador incansável das fronteiras. A narração da conquista e da manutenção do território foi transformada na grande epopéia nacional, redimindo não apenas o nosso passado mas também as regiões tropicais que – afinal – dava sinais de poder conviver com a civilização. Essa construção excludente, que transpunha a recente supremacia desfrutada por São Paulo para o tempo mítico das origens, mal conseguia disfarçar suas implicações políticas.

Thales Castanho de Andrade, *Lente de História Geral e do Brasil na Escola Normal de Piracicaba*, contribui com apenas um artigo, intitulado *Do Ensino de Historia* (v. I, nº 1, 1921). Segundo Andrade (1921, p. 48), as lições de história devem ser ministradas da seguinte forma:

Quando uma criança tiver iniciada a sua educação escolar já pode e deve ir recebendo, também, os ensinamentos que a historia apresenta. Não serão, por certo, lições que versem sobre s povos orientais ou cousa semelhante; serão por exemplo, noções históricas sobre a cidade em que o alumno residir, e depois , a pouco a pouco, sobre a ida do seu Estado, do seu paiz... Mais tarde, bem mais tarde, quando o educando já possuir solidas noções do tempo, largas noções sobre a terra, profundo sentimento de sua nacionalidade, eis chegado o instante propicio para saber com proveito a ida de todas as gentes, por toda a parte, em todos os tempos.

No artigo *O Civismo pelo Ensino de História* (v. I, nº 1, 1921), Dario Brasil ressalta que o estudo da História Pátria despertou interesse diante da ação que a Liga Nacionalista vinha desenvolvendo contra o analfabetismo e a nova direção dada à Educação Cívica, nas escolas brasileiras. Era preciso, além do conhecimento sobre História antiga, média e moderna, o conhecimento da História do Brasil e dos Estados. De acordo com Brasil (1921), a falta dos conhecimentos sobre o país dificulta a concretização dos fenômenos que modificam a sociedade e o próprio país. O autor faz uma crítica à dissociação entre as disciplinas de História Pátria e Educação Cívica, já que não se pode conceber uma disciplina sem o discurso da outra:

A Historia é a base sobre que se fundamenta a Educação Cívica, que deve ser diffundida por meio de exemplos, conferencias, prelecccões e artigos, por todo o paiz e principalmente pela pratica, como se faz nos Estados Unidos, na Itália, Allemanha e outros paizes europeus onde, as grandes em culto de homenagem cívica, aos túmulos dos grandes patriotas, são comuns. (BRASIL, 1921, p. 23).

O autor considera que as disciplinas, realizadas da maneira mencionada acima, podem despertar o “amor do passado e o sentimento pátrio, e assim os indivíduos se tornam verdadeiros cidadãos” capazes de compreender seus direitos e deveres e desempenhar atitudes que interessam ao público e ao coletividade. Para Brasil (1921, p. 24), os intelectuais precisam divulgar o patriotismo em benefício das massas.

O artigo *7 de Setembro* (v. II, nº 2, 1922), escrito por Pedro de Mello, é dedicado ao *Centenário da Independência do Brasil* e à importância da comemoração dessa data, para o país. Ao lado dos comentários do autor sobre a comemoração histórica dessa data, o artigo apresenta um hino intitulado *Hymno do Ypiranga*, escrito pelo próprio Mello. Ele ressalta que o Estado de São Paulo foi o cenário onde se desenrolou esse acontecimento de extrema importância para a nação.

Ao raiar deste dia a alma nacional, de sul a norte, num grande frêmito de entusiasmo, como uma harpa gigantesca, vibrou do intenso júbilo, porque elle rememorava a grande data nacional, a grande data secular, a mais gloriosa da nossa historia, pois que representa aquella em que se constituiu como nação autônoma e independente, a grande pátria brasileira. (MELLO, 1922, p. 111).

Segundo De Luca (1999, p. 22), o ano de 1922 é carregado de dramaticidade e peso simbólico, pois, além do ano do Centenário da Independência, foi o ano da fundação do Partido Comunista e do Centro Dom Vital, de orientação católica, da Semana da Arte Moderna e do episódio do Forte de Copacabana, marco inicial do tenentismo. Sendo assim, estabeleceu-se uma associação entre o ano de 1922 e a ideia de novo.

O artigo *Um Jubileu* (v. II, nº 1, 1922) é um discurso de Sud Mennucci⁷⁸, pronunciado na comemoração do 25º aniversário da *Escola Normal de Piracicaba*. Em sua fala, Mennucci enfatiza a importância da Escola Normal e da instrução desenvolvida nessa instituição, para o progresso do Estado; parabeniza o Dr. Honorato Faustino, pela administração da escola, os mestres e os normalistas, futuros professores que formariam as novas gerações. Mennucci (1922, p. 22) atribui ao trabalho docente o estatuto de uma função cívica.

⁷⁸ Delegado Regional de Ensino da Região de Piracicaba, no período em que Sampaio Doria foi Diretor da Instrução Pública de São Paulo. Sud Mennucci publicou apenas dois artigos, intitulados *Um Jubileu* (v. II nº 1, 1922) e *O Ensino Particular e o Nacionalismo* (v II, nº 2, 1922). Ele nasceu em Piracicaba e formou-se na *Escola Complementar* da mesma cidade. Escrevia para o jornal *O Estado de S. Paulo* sobre questões culturais, escolares e literárias, quando, em 1920, a convite de Sampaio Doria, comandou o recenseamento escolar em São Paulo, proposto pela *Reforma Sampaio Doria*. Em seguida, assumiu a chefia da Delegacia Regional de Ensino de Campinas, de onde foi novamente transferido para Piracicaba (HILSDORF, 1998).

É que esta festa é em si mesma uma glorificação: a exaltação de esforço pertinaz, da paciência reflectida, da vontade disciplinada; é a glorificação de um trabalho exaustivo e extenuante de gabinete, todo elle feito sem alarde, sem espalhafatos, e sem reclames; é enfim, a glorificação dos heroísmos obscuros que, no silencio das salas, forjam as bases impereciveis em que se esteiam a cultura e a civilização.

O artigo intitulado *Discurso* (v. II, nº 3, 1922) é de autoria de Joaquim da Silva, Lente de Psicologia da *Escola Normal de Pirassununga*. O artigo foi dirigido aos formandos da Escola Normal, relatando a importância da profissão docente e de seu dever em formar os brasileiros. O discurso foi publicado pela Revista, mas não foi mencionado o local em que foi pronunciado. Também não há informações sobre as relações entre os professores das duas escolas normais. Assim se expressa Joaquim da Silva (1922, p. 157):

Nosso paiz é uma terra de imigração. Ocioso seria demonstrar-vos que assimilar o imigrante é necessidade de vital importancia para a integridade da Patria.

Esta obra só a escola a pode realizar. As crianças, disse-o um educador americano, são a cadeia que ligará os homens entre si. Conquiste a criança uma vez sendo Ella ganha para o paiz, a família terá mais fortes laços que a prendam á terra que será sua pátria de adopção.

E não só o filho do estrangeiro se orientará assim o ensino. A escola nacionalista affirmará sua constante preocupação de exaltar a nossa grandeza, as nossas possibilidades, o nosso valor. Aprendam também os nossos filhos mesmos a ter orgulho santo de brasileiro pela grandeza material de seu paiz, pela grandeza moral de seus antepassados, que levou o príncipe de nossos poetas a cantar: ‘Por ser de minha terra é que sou nobre, por se de minha gente é que sou rico’.

A questão do analfabetismo e dos imigrantes foi um problema discutido por Sampaio Doria e pela *Revista de Educação*, evidenciando que aquele periódico estava realmente divulgando as ideias postas pela Reforma.

Para resolver esses problemas, a *Reforma de 1920* implantou medidas “nacionalizadoras”. Um dos pontos abordados foi o problema da nacionalização da educação, vista como um meio de fortalecer a nação brasileira, integrando o imigrante estrangeiro. Foi com o objetivo de extinguir o analfabetismo e integrar os imigrantes que a Reforma reduziu a escola primária e desenvolveu a educação moral e cívica, o escotismo e outras medidas patrióticas. Salienta Antunha (1976) que, Doria pretendia a intervenção do Estado nas escolas particulares estrangeiras. Contudo, essa medida gerou muitas controvérsias e acabou não se concretizando. Doria propôs que, em favor da nacionalidade, o Estado fiscalizaria e interviria

nas escolas estrangeiras, uma vez que, de acordo com as novas disposições legais da Reforma, as escolas estrangeiras respeitariam os feriados nacionais, ministrariam o ensino em vernáculo, incluiriam no programa o número de aulas determinado pelo governo; nelas, o ensino de português, da geografia e da história do Brasil seriam ministrados por professores brasileiros, e ainda, deveriam igualmente ensinar às classes infantis os cantos nacionais. Além disso, tornava-se proibido o ensino de língua estrangeira às crianças menores de 10 anos de idade.

3.4 Língua Vernácula

De Luca (1999) argumenta que, junto da história, da geografia e da questão ética, a língua configurou na *Revista do Brasil* como um tópico essencial, no processo de constituição da nacionalidade. A preocupação com a correção gramatical, admiravelmente satirizada por Monteiro Lobato, em 1920, na figura de Aldrovando Cantagalo (LOBATO, 1940), invadiu jornais e revistas, os quais passaram a manter seções especializadas na discussão de pontos controversos, com o intuito de estabelecer como se deveria falar ou escrever (DE LUCA, 1999, p. 245).

Na *Revista de Educação*, a língua também aparece como elemento importante na construção da nacionalidade do cidadão. A língua pátria, capaz de caracterizar um povo, exerce um papel estratégico na afirmação de uma nação. Os artigos⁷⁹ dessa temática tratam do ensino da língua nacional como elemento unificador de um povo, sendo necessário que a população tenha domínio do idioma, isto é, que seja alfabetizada.

O Lente de Português Joaquim da Silveira Santos, da *Escola Normal de Piracicaba*, foi o autor que mais se destacou nessa temática, publicando três artigos: *Pela Cultura do Vernáculo* (v. I, nº 1, 1921a); *Pela Cultura do Vernáculo* (v. I, nº 2, 1921b) e *O Dialeto Paulista* (v. II, nº 2, 1922).

No artigo *Cultura do Vernáculo* (v. I, nº 1, 1921a), o autor afirma que, em virtude da ação das massas populares, nossa língua (organismo vivo) tem sido transformada. “A língua acompanha, naturalmente o progredir da sociedade e tão intimamente se acha a esta ligada,

⁷⁹ *Pela Cultura do Vernáculo* (v. I, nº 1, 1921a); *Pela Cultura do Vernáculo* (v. I, nº 2, 1921b); *A Nossa Prosódia* (v. I, nº, 1921); *O Dialeto Paulista* (v. II, nº 2, 1922); *O Ensino Particular e o Nacionalismo* (v. II, nº 2, 1922 - Conferência pronunciada numa das sessões do Conselho de Educação, que se realizou em julho de 1921, na Capital); *A Utilidade da Carta* (v. II, nº 3, 1922); *Dias do Livro e da Carta* (v. II, nº 3, 1922); *O Ensino de Calligrafia* (v. III, nº 1, 1923) e *Analfabetos* (v. III, nº 1, 1923).

que em cada epocha ella é o expoente da civilização de um povo” (SANTOS, 1921a, p. 28-29). Para ele,

[...] é dever para cada época de curar a pureza e polimento da linguagem tal como recebeu da geração anterior; e o meio mais eficiente é seguir os moldes adoptados pelos que, melhor conhecendo a índole e a genialidade do idioma, são no seu tempo o modelo de vernaculidade e correção. (SANTOS, 1921a, p. 29).

Com o idioma, difundem-se valores, tradições e ideais nacionais que combateriam as escolas estrangeiras instaladas, no Brasil, com a chegada dos imigrantes. Para Santos (1921a, p. 29), é dever dos professores primários cultivar nas novas gerações o amor por tudo que constitui nosso patrimônio moral e intelectual, como a língua.

No artigo *A Nossa Prosódia*, de Pedro Crem⁸⁰ (1921, p. 109), a língua é apontada como fator de coesão nacional. Para ele, “falar bem a língua materna é um elementar dever do cidadão. E a todos nós, que patriotas nos dizemos, é clarão que não deve ser permitida a continuação dessa falta de cuidado com que tratamos, em nosso falar correntio, o nosso danoso idioma”.

O artigo *A Utilidade da Carta*⁸¹ (v. II, nº 3, 1922) apresenta-se como um relato de experiência de atividade realizada no *Escola o Modelo de Piracicaba*. Ao trocar cartas, por meio de um correio criado na escola, as crianças estariam exercitando a leitura e a escrita de maneira agradável. O artigo *Dias do Livro e da Carta*⁸² (v. II, nº 3, 1922) enfoca uma comemoração realizada na Escola Modelo e escolas isoladas de Piracicaba. Tal comemoração era uma forma de estimular a leitura e a escrita.

Na Primeira República, como em outros períodos, o analfabeto foi visto como um problema para o progresso do país; para acabar com esse problema, muitas campanhas pela alfabetização da população foram realizadas, como a promovida pela *Liga Nacionalista de São Paulo*, da qual já tratei, no Capítulo 1. Nesse sentido, Pedro de Mello (1923, p. 19) defende que,

[...] em nosso próprio interesse, devemos aspirar a mais vasta e completa alfabetização. – Alfabeticar! alfabeticar - deve ser, pois, o ideal de todo o governo progressista; e , graças a nossa boa estrella, é este um dos lemmas que, como compromisso de honra, se acha inscripto no programma do governo nosso Estado.

⁸⁰ Lente de Língua Vernácula e Califasia, na Escola Complementar de Piracicaba.

⁸¹ Escrito por Antônio Veiga, Professor da Escola Modelo Isolada.

⁸² Artigo sem identificação do autor.

Segundo De Luca (1999, p. 251), os programas das Ligas Nacionalistas e de Defesa Nacional insistiram na criação de escolas primárias, especialmente em núcleos coloniais, com a obrigatoriedade do ensino de português.

No artigo *O Ensino Particular e o Nacionalismo*⁸³ (v. II, nº 2, 1922), que, na verdade, é um discurso de Sud Mennucci publicado pela Revista, as questões da língua e do imigrante estrangeiro estão presentes novamente. O autor (1922, p. 68) faz elogios à *Reforma do Ensino de 1920* e, dentre as medidas implantadas, ele cita as que se referem ao ensino particular, porque, devido às correntes imigratórias encontradas em nosso país, “o ensino particular é quase synonymo de ensino estrangeiro”.

Para Mennucci (1922, p. 69-70), não existe problema maior para os brasileiros que as diversas nacionalidades instaladas no país. Embora o estrangeiro seja uma necessidade para o progresso econômico do país e do Estado de São Paulo, esses imigrantes conservam o sentimento patriótico pela terra de onde vieram e não pela terra que os acolheram e em que nasceram muitos de seus filhos. “A entrada, pois, das correntes imigratórias, em nosso país, apresenta-se como um problema de duas pontas: a do progresso e da civilização, em que o estrangeiro é imprescindível e a das tradições, em que é um indesejável”. O Delegado argumenta que é preciso neutralizar esse mal e “atrahil-o á terra e vincular-o á gleba, affeição-lhe a alma e amalgamar-o ao povo, em ultima analyse, chamal-o e absorvel-o”, e ressalta que, com a *Reforma do Ensino de 1920*, foi acrescentado mais um meio para absorver o imigrante: o da obrigatoriedade aos filhos dos estrangeiros de saber o português antes de qualquer língua e a proibição de ensinar outras línguas – a não ser o português – a crianças menores de 10 anos. É a escola que vai transmitir a nacionalidade para os filhos dos imigrantes, fazendo-os se fixar no Brasil.

A escola, disseram quando se pediu a aprovação dos preceitos em vigor, é a forja máxima da nacionalidade. Na primeira infância o cérebro é cera molle que recebe, a fogo, as impressões de uma nacionalidade e nunca mais o espírito se libertará dessas marcas indeléveis. (MENNUCCI, 1922, p. 70).

Com o argumento de Mennucci – “na infância o cérebro é cera mole” –, é possível notar como a educação era vista, nesse momento, e que a *Revista de Educação* também se empenhou na busca pela construção da nacionalidade, por meio da educação, assim como pretendia a *Reforma de 1920*.

⁸³ Esse discurso também foi publicado no *Anuário de Ensino* de 1920-1921.

Diante deste estudo, penso que a *Revista de Educação* (1921-1923) contribuiu para a divulgação da *Reforma de Ensino de 1920*, mesmo tendo sido publicada após a exoneração de Sampaio Doria do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública. Os autores buscaram divulgar as medidas implantadas pela Reforma, através de seus artigos, ou seja, a *Revista de Educação* explorou os princípios nacionalistas defendidos pelo reformador, para divulgar as medidas implantadas pela Reforma. Os artigos selecionados e analisados representavam um conjunto de saberes que os professores da Escola Normal publicavam, junto de uma linha editorial que reconhecia sua importância para a formação do professor, naquele momento. De fato, como a valorização dos elementos nacionais era imprescindível, na formação dos cidadãos e da sociedade republicana da época, sua divulgação foi tão intensa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta Dissertação de Mestrado em Educação, busquei apresentar o estudo e análise das ideias nacionalistas presentes na *Revista de Educação* (1921-1923). Pela análise empreendida confirmo que este periódico foi criado com o intuito de divulgar a *Reforma do Ensino de 1920* implantada por Sampaio Doria, que foi membro, fundador da Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP) e defensor da ideia de que a educação seria uma forma de nacionalizar brasileiros e imigrantes e impulsionar o progresso da país.

Diante deste estudo, considero que o estudo do periódico e o acesso ao acervo da antiga *Escola Normal de Piracicaba* são importantes para resgatar elementos da História da Formação Docente no Estado de São Paulo ainda não explorados. Ele reafirma as potencialidades dos periódicos enquanto fontes e enquanto objetos de estudo tal qual apontado por Catani & Sousa (2001) e Carvalho (1998), entre outros.

Considero que a *Revista de Educação* foi um importante veículo de disseminação de saberes educacionais daquele momento, principalmente dos ideais nacionalistas. Ela foi o suporte que propagou a *Reforma de 1920* e também divulgou os primeiros resultados da pesquisa de Lourenço Filho sobre a maturidade escolar que ficou conhecida mundialmente.

Quando a *Revista de Educação* (v. I, nº 1) foi lançada Sampaio Doria não estava mais à frente da Diretoria da Instrução Pública Paulista, porém a Revista apoiou o ex-reformador e divulgou as medidas implantadas por ele. Portanto, considero que a *Revista de Educação* foi criada como estratégia editorial para divulgar a *Reforma de 1920*, ou seja, de fazer sua propaganda.

Com o estudo da formação política, intelectual e profissional de Sampaio Doria observei que ele incorporou os objetivos da LNSP na *Reforma do Ensino de 1920* e isso, consequentemente teve reflexo na *Revista de Educação*. Sendo assim, a Revista divulgou os elementos como higiene; saúde e eugenia; artes; música; trabalhos manuais; história; moral e civismo e língua vernácula que ressaltam e valorizavam a nacionalidade. Tais elementos eram considerados saberes necessários ao cidadão da nova nação pelos editores e pelos autores da Revista.

A educação seria a melhor forma de inculcar o sentimento nacionalista nas crianças em formação e os professores também deveriam receber formação adequada para atingir esse fim. Sendo assim, considero que as temáticas presentes na *Revista de Educação* faziam parte de um ideário político e pedagógico selecionado pelos professores das escolas normais e por uma linha editorial que publicavam o que era considerado relevante para a formação dos

professores naquele momento. A Revista formou um discurso dos saberes considerados necessários à formação profissional, construindo assim, uma cultura pedagógica (um modelo cultural de formação docente). Sendo assim, penso que a criação, seleção e publicação dos artigos funcionavam como dispositivos de normatização pedagógica e como suporte material das práticas escolares.

Enfim, esta dissertação se aproxima dos saberes que efetivamente circulava nas Escolas Normais, no período em tela e, dessa forma, enfrenta, em termos, o hiato entre os usos prescritos e os usos efetivos dos saberes pedagógicos (Carvalho, 1998).

REFERÊNCIAS

a) Fontes Primárias: Artigos da *Revista de Educação*

- ALMEIDA, Ramiro Alves de. A arte na escola. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 2, p. 152-157, ago. 1921.
- ANDRADE, Thales C. de. Do ensino da historia. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 1, p. 46-48, maio. 1921.
- BIANCO, Olívia. Educação physica. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 2, p. 110-112, ago. 1921.
- BORCHERS, Walter G. O fumo e seus efeitos. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 3, p. 139-147, dez. 1922.
- BRASIL, Dario. O civismo pela historia. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 1, p. 23-26, maio. 1921.
- _____. A ordem material e moral na escola. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 2, p.102-105, out. 1922.
- Correspondência infantil. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 2, p. 123-124, out. de 1922.
- CREM, Pedro. A nossa prosódia. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 2, p. 105-109, ago. 1921.
- Dias do livro e da carta. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 3, p. 184-185, dez. 1922.
- FAUSTINO, Honorato. Assistencia dentaria escolar. *Revista de Educação*. Piracicaba, v. I, nº 1, p.3-7, mai. de 1921.
- _____. O Ensino Activo nas Escolas Normaes e Complementares. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 2, p. 67-72, ago. 1921.
- _____. Hymno da colheita. *Revista de Educaçã*., Piracicaba, v. II, nº 1, p. 61-65, maio. 1922.
- _____. Literatura infantil (I). *Revista de Educação*, Piracicaba, v.II, nº 2, p.106-110, out. 1922.
- _____. Literatura infantil (II). *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 3, p. 165-167, dez. 1922.
- F, H. Brinquedo do trigo. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 2, p. 158-160, ago. 1922.
- _____. Bemdigo a escola. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 3, p. 171-174, dez. 1922.
- GONÇALVES, Arthur C. Em Torno da Hygene Escolar. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 2, p. 144-151, ago. 1921.

LOURENÇO FILHO, M. B. Estudo da atenção escolar. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº2, p.73- 100, ago. 1921.

_____. Prática pedagógica. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 1, p. 50-60, mai. 1922.

LOZANO, Fabiano. A música nas escolas. *Revista de Educação*. Piracicaba, v. I, nº 2, p.119-122, ago. de 1921.

MELLO, Pedro de. Literatura infantil. *Revista de Educação*. Piracicaba, v. I, nº 1, p. 36-39, mai. de 1921.

_____. A unificação das escolas normaes. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 2, p. 128-134, ago. 1921.

_____. 7 de Setembro de 1922. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 2, p. 111-115, out. de 1922.

_____. Formas de Governo. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 3, p. 168-170, dez. 1922.

Mensagens entre estudantes. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 2, p. 125-129, out. 1922.

MORAES, Elvira de. Educação visual e o desenho. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 1, p. 53-60, maio. 1921.

MENNUCCI, Sud. Um jubileu. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 1, p. 21-29, maio. 1922.

_____. O ensino particular e o nacionalismo. *Revista de Educação*, Piracicaba, v.II, nº 2, p. 67-77, out. 1922.

Movimento escolar. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 1, p. 64, maio. 1921.

Museu escolar. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 1, p. 61-63, maio. 1921.

SANTOS, Joaquim da Silveira. Pela cultura do vernáculo (I). *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 1, p. 27-32, maio.1921.

_____. Pela cultura do vernáculo (II). *Revista de Educaçã*, Piracicaba, v. I, nº 2, p. 113-118, ago. 1921.

_____. O dialecto paulista. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 2, p. 116-122, out. 1922.

SILVA, Joaquim. Discurso. *Revista de Educação*,. Piracicaba, v. II, nº 3, p. 155-161, dez. 1922.

SILVA, Tácito Carvalho e. Degradação da prole. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 3, p. 131-135, dez. 1922.

SODERO, Carlos Martins. Hygiene popular (I). *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 1, p. 16-18, maio. 1921.

_____. Hygiene popular (II). *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 2, p. 101-104, ago. 1921.

_____. Hygiene popular (III). *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 1, p. 15-20, maio. 1922.

_____. A vida rural e a hygiene. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 3, p. 148-154, dez. 1922.

TOLEDO, João de. O ensino do desenho nas escolas normais. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 2, p. 123-127, ago. 1921.

VEIGA, Antonio. Um novo trabalho manual. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 1, p. 19-22, maio. 1921.

_____. O trabalho manual e o ensino intuitivo. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. I, nº 1, p. 135-139, ago. 1921.

_____. A escola moderna. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 2, p. 82-87, out. 1922.

_____. A utilidade da carta. *Revista de Educação*, Piracicaba, v. II, nº 3, p. 180-183, dez. 1922.

b) Referências Bibliográficas

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *A instrução pública no Estado de São Paulo: a Reforma de 1920*. São Paulo: FEUSP, 1976.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a republica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. IN: CATANI, D. B.; SOUZA, C. P. (Org.). *Práticas Educativas Culturais Escolares Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 31-40.

_____. Reformas da Instrução Pública. IN: LOPES, E M T; FILHO, L M F; VEIGA, C G. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 225-248.

_____. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 121-142.

CARVALHO, Marta; HANSEN, João Adolfo. *Modelos culturais e representação: uma leitura de Roger Chartier*. Varia Historia, Belo Horizonte, nº 16, p. 7-24, set. 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATANI, Denice B.; SOUSA, Cynthia Pereira de, A geração de instrumentos de pesquisa em História da Educação: os estudos sobre as revistas de ensino. IN: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Org.). *Brasil 500 anos: Tópicos em história da educação*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

CATANI, Denice B. *Educadores à meia luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente de Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2003.

CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2000.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

DORIA, Antonio Sampaio. *Princípios de Pedagogia*. São Paulo: POCAI-WEISS& C, 1914.

_____. *Contra o Analfabetismo*. IN: *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: p. 58-66, 1918.

_____. *Questões de ensino: a reforma de 1920, em São Paulo*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

FUCCI AMATO, Rita de Cássia. *Momento Brasileiro: reflexões sobre o nacionalismo, a educação musical e o conto orfeônico em Villa-Lobos*. Revista Electrónica Complutense de Investigación en Educación Musical, v. 5, nº 2, 2008.

GANDINI, Raquel Pereira Chain; RISAL, Sandra Aparecida. Manoel Bergström Lourenço Filho. IN: FÁVERO, Maria de L. de A; BRITTO, Jader de M. (Org). *Dicionário de Educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GILIOLI, Renato Souza Porto. *Civilizando pela música: a pedagogia do canto orfeônico na escola paulista da Primeira República (1910-1930)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HILSDORF, Maria Lucia S. Lourenço Filho em Piracicaba. IN: SOUZA, Cyntia Pereira de. *História da Educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 95-112.

_____. *História da Educação: leituras*. São Paulo; Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 55-85.

HONORATO, Tony. *Escola Complementar (1897-1911): indisciplina, poder e civilidade*. In: X Simpósio Internacional Processo Civilizador - Sociabilidades e emoções, 2007.
<Disponível em: www.uel.br/grupo-tudo/processoscivilizadores/.../Tony_Honorato.pdf>.
Acesso em 2 jun. 2010.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Testes ABC: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita*. São Paulo: Melhoramentos, 1934. (Biblioteca de Educação, v. 20)

LOURENÇO FILHO, Rui (Org.). *A formação dos Professores: da Escola Normal à Escola de Educação*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.
<Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp?cat=11&subcat=31>>.
Acesso em 09 de maio. 2010.

MEDEIROS, Valeria Antonia. *Antonio Sampaio Doria e a modernização do Ensino em São Paulo*. 2005. Tese (Doutorado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

MOREIRA, Silvia Levi. *São Paulo Na primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

NERY, Ana Clara B. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Pulo, São Paulo, 2005

_____. *Saberes de Professores: os periódicos educacionais das Escolas Normais*. In Anais do Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, VII. Belo Horizonte, 2005.

_____. *Produção e circulação de saberes pelos docentes: representações sobre educação e ensino nos periódicos brasileiros e portugueses (1911-1930)*. Digitado. 2008.

_____. (Org). *Divulgando Práticas e Saberes: a produção de impressos pelos docentes das Escolas Normais do Brasil e Portugal (1911-1950)*. Marília/SP: M3T, 2007.

_____. *Em Busca do Elo Perdido: a ação reformadora de Oscar Thompson*. 2009. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

QUEIROZ, Adolpho Carlos Françoso. *A trajetória do 'Jornal de Piracicaba'*. Tese (de Doutorado em Comunicação). Universidade Metodista de São Paulo, 1998.

PERECIN, Marly T G. A educação Pública no Interior do Estado de São Paulo: Piracicaba Como Modelo de Experiência Pedagógica no estado de São Paulo durante a Primeira República. In: *Revista Anual Histórias Piracicabanas Passado sem Poeira. Piracicaba*. ano XII. n 12, 2005, p. 3-23.

Revista de Educação. *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba, 31 maio. 1921. p.1.

Revista de Educação. *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba, 06 jun. 1921. p. 1.

Revista de Educação. *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba, 23 jun. 1921. p.1.

Revista de Educação. *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba, 07 jul. 1921. p. 1.

ROCHA, Heloísa H. P. *A Higienização dos Costumes: educação escolar e a saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: FAPESP, 2003.

SÃO PAULO. Decreto nº 3356, de 31 de maio de 1921. IN: *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1920-1921.

SOUZA, Rosa. F. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. IN: *Cadernos do CEDES (UNICAMP)*, Campinas, v. 52, p. 14-24, 2000.

TANURI, L. M. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: FEUSP, 1979.

_____. História da formação de professores. In: *Revista Brasileira de Educação: 500 anos de educação escolar*. n. 14 (especial) – mai/jun/jul/ ago. SP: Autores Associados p. 61-88, 2000.

TERCI, Eliana Tadeu. *Elites e Espaço Público: a cidade desejada*. In: BRASA VIII, 2006, Nashville. <http://www.brasa.org/abstractspapers>, 2006. Disponível em < WWW.sitemason.vanderbilt.edu/files/dupwuA/Terci.doc > . Acesso em 08 jun. 2010.

TOLEDO, Maria Rita. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. IN: *As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, p. 41-71, 2005.

C) Documentos sobre a Escola Normal de Piracicaba

ATA DE INAUGURAÇÃO DA SEDE DA ESCOLA NORMAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 11 de ago. 1917.

Acervos Consultados

Acervo da Biblioteca Histórica e Museu da Escola Estadual Sud Mennuci, em Piracicaba/SP.

Acervo da Escola Estadual Cardoso Almeida, em Botucatu/SP.

Biblioteca da Faculdade de Educação na USP, em São Paulo.

Instituto de Estudos Pedagógicos Sud Mennucci do Centro do Professorado Paulista, em São Paulo.

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, em Piracicaba/SP.

ANEXOS

Anexo 1 - Quadro de autores e artigos da *Revista de Educação*.

Autores	Artigos publicados
Sud Mennucci - Delegado Regional de Ensino	Um Jubileu – v. II, nº 1, maio de 1922. O Ensino Particular e o Nacionalismo – v. II, nº 2, outubro de 1922.
Honorato Faustino - Diretor da Escola Normal de Piracicaba e Anexas	Assistencia Dentaria Escolar – v. I, nº 1, maio de 1921. O Ensino Activo nas Escolas Normaes e Complementares – v. I. nº 2, agosto de 1921. Brinquedo do Trigo – v. I nº 2, agosto de 1921. Ensino Prático da Orthographia – v. II nº 1, maio de 1922. Para a Prática (II) – v. II nº 2, outubro de 1922. Literatura Infantil (II) – v. II nº 2, outubro de 1922. Para a Pratica (III) – v. II nº 3, dezembro de 1922. Literatura Infantil (III) – v. II nº 3, dezembro de 1922. Bemdigo a Escola – v. II nº 3, dezembro d 1922.
João de Toledo - Diretor da Escola Normal de Campinas	O Ensino do Desenho nas Escolas Normaes – v. I nº 2, agosto de 1921.
Carlos M. Soderó - Lente de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal de Piracicaba	Hygiene Popular I – v. I nº 1, maio de 1921. Hygiene Popular II – v. I nº 2, agosto de

	<p>1921.</p> <p>Hygiene Popular III – v. II nº 1, maio de 1922.</p> <p>Vida e a Hygiene – v. II nº 3, dezembro de 1922.</p>
<p>Dario Brasil - Lente de Geografia e Historia na Escola Complementar de Piracicaba</p>	<p>O Civismo Pelo Ensino da Historia – v. I nº 1, maio de 1921.</p> <p>A Ordem Material e a Ordem Moral na Escola – v. II nº 2, outubro de 1922.</p>
<p>Joaquim da Silveira Santos - Lente de Português na Escola Normal de Piracicaba</p>	<p>Pela Cultura do Vernaculo (I) – v. I nº 1, maio de 1921.</p> <p>Pela Cultura do Vernaculo (II) – v. I nº 2, agosto de 1921.</p> <p>O Dialeto Paulista – v. II nº 2, outubro de 1922.</p>
<p>M. Bergstrom Lourenço Filho - Lente de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal de Piracicaba</p>	<p>Crise da Escola – v. I nº 1, maio de 1921.</p> <p>Estudo da Atenção Escolar – v. I nº 2, agosto de 1921.</p> <p>Pratica Pedagogica – v. II nº 1, maio de 1922.</p>
<p>Pedro Mello - Lente de Francês na Escola Normal de Piracicaba</p>	<p>Literatura Infantil (I) – v. I nº 1, maio de 1921.</p> <p>A Unificação das Escolas Normaes – v. I nº 2, agosto de 1921.</p> <p>A Leitura da Phrase e do Período – v. II nº 1, maio de 1922.</p> <p>7 de Setembro de 1922 – v. II nº 2, outubro de 1922.</p> <p>Formas de Governo – v. II nº 3, dezembro de 1922.</p>
<p>Thales C. de Andrade - Lente de Historia Geral e do Brasil na Escola Normal de</p>	<p>Do ensino de Historia.– v. I nº 1, maio de 1921.</p>

Piracicaba	
José de Assis Velloso - Lente de Matemática na Escola Normal de Piracicaba	Derivadas e Diferenciaes – v. I nº 1, maio de 1921.
Manuel Dias de Almeida - Lente de Ciências Físicas e Naturais na escola Complementar de Piracicaba	Methodologia das Sciencias Physicas Naturaes nas Escolas Complementares – v. II nº 1, maio de 1922.
Pedro Crem - Lente de Língua Vernácula e Califasia na Escola Complementar de Piracicaba	O Ensino Activo – v. I nº 1, maio de 1921.
Adolpho Carvalho - Lente de Latim e Francês na Escola Complementar	Soluções e Resultados – v. I nº1, maio de 1921.
Elias Mello Ayres - Lente de Língua Vernácula e Califasia na Escola Normal de Pirassununga	Questões de Ensino – v. II nº 3, dezembro de 1922.
Joaquim Silva - Lente de Psicologia na Escola Normal de Pirassununga	Discurso – v. II nº 3, dezembro de 1922.
Dr. Tácito Carvalho - Pediatra e Lente de Biologia e Higiene na Escola Normal de Campinas	Degradação da Prole – v. II nº 2, outubro de 1922.
Fabiano R. Lozano - Professor de Musica na Escola Normal e Complementar de Piracicaba	A Musica nas Escolas – v. I nº 2, agosto de 1921.
Olívia Bianco - Professora de Educação Física da Escola Normal de Piracicaba	Educação Physica – v. I nº 2, agosto de 1921.
Antônio Veiga - Professor da Escola Modelo Isolada	Um Novo Trabalho Manual – v. I nº 1, maio de 1921. O Trabalho Manual e o Ensino Intuitivo – v. I nº.2, agosto de 1921. A Escola Moderna – v. II nº 2, outubro de 1922. A Utilidade da Carta – v. II nº 3, dezembro de 1922.

Annibal da Silveira Santos - Substituto Efetivo no Grupo Modelo	Da Disciplina Escolar – v. II nº II, outubro de 1922.
Arthur C. Gonçalves - Discente (aluno do 4º ano da Escola Normal de Piracicaba)	Em Torno da Hygiene Popular – v. I nº 2, agosto de 1921.
Elvira de Moraes - Discente (aluna do 4º ano de Curso Normal)	Educação e o Desenho – v. I nº 1, maio de 1921.
Mercedes Dias de Aguiar - Discente (aluna do 3º ano da Escola Normal de Piracicaba)	A Memória é Educavel? – v. I nº 2, agosto de 1921.
Ramiro Alves de Almeida - Discente (aluno do 4º ano da Escola Normal de Piracicaba)	A Arte na Escola – v. I nº 2, agosto de 1921.
Walter G. Borchers	O Fumo e Seus Efeitos – v. II nº 3, dezembro de 1922.
Sem Autoria	Museu Escolar – v. I nº1, maio de 1921. Movimento Escolar – v. I nº 1, maio de 1921. Para a Prática I – v. II nº 1, maio de 1922. Hinno da Colheita – v. II nº 2, outubro de 1922. Correspondencia Infantil – v. II nº 2, outubro de 1922. Mensagem Entre Estudantes – v. II nº 2, outubro de 1922. Mathematica – v. II nº 3, dezembro de 1922. Dias do Livro e da Carta – v. II nº 3, dezembro de 1922.

Anexo 2: Foto do Diretor Honorato Faustino (Álbum de formatura da turma de 1926 - Museu da Escola Estadual Sud Mennucci)



Anexo 3: Foto de Lourenço Filho (Álbum de formatura da turma de 1926 - Museu da Escola Estadual Sud Mennucci).



Anexo 4: Foto de Thales Castanho de Andrade (Álbum de formatura da turma de 1926 - Museu da Escola Estadual Sud Mennucci)



Anexo 5: Foto do *Orpheon da Escola Normal de Piracicaba* e anexas (Revista de Educação, v. I, nº 2, 1921 – Fabiano Lozano é o primeiro do lado direito da imagem).

